



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**YASMIN DE OLIVEIRA MATOS AZEVEDO**

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA  
BAHIA (1961- 1969)**

Salvador  
2022

**YASMIN DE OLIVEIRA MATOS AZEVEDO**

**A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA  
BAHIA (1961-1969)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Cristiana Mercuri de Almeida Bastos

Salvador

2022

## AGRADECIMENTOS

O término da monografia simboliza a finalização de um ciclo, um dos mais importantes e desafiadores que vivenciei até o momento: a graduação. Não conseguiria concluir essa trajetória sozinha, contei com pessoas que me fortaleceram, incentivaram e inspiraram para seguir até o final e por isso os agradecimentos são extensos.

Agradeço aos meus pais, Ana Paula e Maurício, por toda a base que me forneceram para chegar até voos mais altos, obrigada por respeitarem e confiarem nas minhas escolhas e torcer pelo meu sucesso e felicidade. Agradeço aos meus irmãos, Wesley e Amanda, por todo o companheirismo e momentos de distração que aliviaram a ansiedade da trajetória final, obrigada por me ouvirem mesmo entendendo tão pouco sobre o peso e o trabalho desempenhado para a construção de uma monografia.

Por fim, agradeço a meus avós maternos: Ladjane e José Carlos, minha tia e madrinha Joseyjane e toda a minha família, pela torcida e apoio.

Agradeço também aos meus gatinhos: Dora e Tom, pelos momentos de descanso e companheirismo silencioso em meio a solidão das minhas noites na escrita deste trabalho.

Ao meu namorado, Pedro, toda gratidão pelo apoio, consolo, conselhos, abraços e colo dado nos momentos mais difíceis ao longo desse processo. Pedro tem grande responsabilidade na minha chegada até o Serviço Social, se não fosse por ele, nos últimos minutos antes do fechamento do SISU que disse: “Por que você não tenta Serviço Social?” Não sei se estaria aqui hoje. Obrigada por confiar tão cegamente em mim e na minha trajetória!

Agradeço às amigas feitas ao longo da graduação que tornaram todo esse caminho mais leve e cheio de amor, Ana Clara Andrade, Crislaine Bernardo e Raíra Canuto, obrigada pelas trocas, os sorrisos, as tristezas e angústias compartilhadas. Torço pelo sucesso de vocês e sei que sentimento é recíproco. A caminhada se tornou bem mais leve junto com vocês. Agradeço também a toda turma de 2017.2 pelos momentos juntos, troca de

conhecimentos e compartilhamento das experiências pessoais, acadêmicas e profissionais, vocês também contribuíram para que essa trajetória não fosse solitária.

Agradeço também aos amigos que carrego desde a época da escola, Tainá Hage, Euler Meira e Victor Silva. Obrigada pelo colo e palavras de conforto, pela torcida e confiança depositada em mim e acima de tudo, obrigada pelos momentos felizes vivenciados juntos que também me permitiram respirar e aproveitar a vida.

Agradeço à minha psicóloga, Andreia Pereira, pelo trabalho incrível que construímos juntas, obrigada por me ajudar a enxergar o potencial que existe em mim e por diminuir toda a ansiedade nos momentos em que pensei que não conseguiria.

Agradeço à minha supervisora de campo na Defensoria Pública, Taiane Gomes, por todas as trocas realizadas, por confiar em mim e no meu trabalho e por ensinar a relação contraditória e dialética entre teoria e prática. Me inspiro em você e espero me tornar uma assistente social tão comprometida e esforçada quanto!

À minhas colegas integrantes do Grupo de Estudos sobre a questão social e o Serviço Social, Gabriela Coutinho, Letícia Reis, Prof.<sup>a</sup> Louise Machado, Prof.<sup>a</sup> Ermildes Lima e Prof.<sup>a</sup> Elizabeth Borges, um grande agradecimento pelo conhecimento gerado e compartilhado em conjunto e por despertar a inquietação e curiosidade que me levou a escolha da temática deste trabalho.

Um agradecimento especial à professora Adriana Férriz, pelas oportunidades que me foram dadas ao longo da graduação graças a ela! Obrigada pelo acolhimento dado, por todas as mensagens respondidas e ligações atendidas, pela confiança e apoio ao longo dessa caminhada. Adriana é inspiração pura!

Agradeço à minha banca, Itamires Alcantara e Maria Elizabeth Borges, escolhidas para compor a banca por serem extremamente especiais na construção desse trabalho. Beth, obrigada pelo diálogo feito em uma das reuniões do nosso grupo de estudo que me inquietou e me levou ao desejo de estudar a formação profissional na Bahia, seu conhecimento é gigantesco e espero algum dia chegar próximo dele. Itamires, minha colega de pesquisa, obrigada por todas as trocas, mensagens, compartilhamento de textos,

por estar junto comigo digitalizando todos os TCCs que permitiram a escrita desta monografia, você me inspira desde da época em que foi minha professora substituta na UFBA!

Por fim, agradeço à minha orientadora Cristiana Mercuri. Obrigada por me receber de braços abertos e com todo entusiasmo! Obrigada por todo conhecimento repassado, pela preocupação e cuidado comigo e meu trabalho ao longo dessa trajetória. Sem dúvida, não poderia ter tido outra orientadora para embarcar nessa pesquisa, palavras não são suficientes para expressar minha gratidão, mas, acima de tudo, obrigada por despertar em mim o desejo e vislumbre da carreira acadêmica.

O Serviço Social, sem dúvidas, me transformou por completo. À ele devo a forma de me ver no mundo, ver o próximo, ao posicionamento político, a esperança e confiança na possibilidade de uma sociedade diferente. No final, escolhi aquilo que faz meu coração vibrar e meus olhos brilharem, não poderia ser mais grata e feliz por isso!

## RESUMO

O trabalho aborda a formação profissional em Serviço Social no estado da Bahia no período de 1961-1969. Trata-se de uma pesquisa documental, qualitativa, de caráter exploratório, orientada pelo método de análise crítico, histórico e dialético. Preocupa-se em resgatar a trajetória histórica do Serviço Social e suas particularidades no estado da Bahia, além de discutir aspectos históricos, econômicos, sociais e políticos do Brasil e da Bahia na década de 1960, com o intuito de compreender, ainda que em uma primeira aproximação, algumas das configurações da questão social que conformaram as condições sociohistóricas que, por sua vez, permitiram e demandaram o estabelecimento da formação profissional em Serviço Social em Salvador. Além das leituras e sistematizações sobre as dimensões acima citadas, este trabalho apresenta uma análise das monografias produzidas por discentes do único curso de Serviço Social da Bahia na década de 1960, na qual são destacados elementos considerados centrais para a caracterização da formação profissional no período histórico delimitado para esta investigação, a exemplo de: a concepção de Serviço Social adotada; a compreensão das manifestações da questão social e de suas expressões na Bahia; os principais referenciais teóricos utilizados; os principais conceitos mobilizados; as principais terminologias adotadas, dentre outros. Dessa forma, este trabalho, com todas as limitações inerentes a um trabalho de graduação, busca gerar contribuições para a reconstituição e preservação da história do Serviço Social na Bahia.

Palavras-chave: Formação Profissional. Bahia. História. Questão Social. Serviço Social.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1.A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E AS PARTICULARIDADES NA BAHIA.....</b>	<b>17</b>
<b>2.PANORAMA DO BRASIL NA DÉCADA DE 1960 E O SERVIÇOSOCIAL....</b>	<b>33</b>
<b>2.1 A BAHIA NA DÉCADA DE 1960 E O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>43</b>
<b>3. UM PANORAMA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NOS ANOS 1960 NA BAHIA .....</b>	<b>60</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>107</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>112</b>

## Introdução

O trabalho abordará a formação profissional em Serviço Social no estado da Bahia durante a década de 1960. Reconstruir fatos passados é uma tarefa difícil, já que o estudioso está no exterior do fenômeno. Contudo, explorar o passado significa colocar em movimento a própria vida social e buscar respostas e questões presentes em outro tempo.

Abordar a formação profissional implica necessariamente explanar sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social no Brasil. Iamamoto e Raul de Carvalho (2014) afirmam a necessidade de compreender a profissão historicamente situada, colocando-a como um dos elementos que *participa da reprodução de classes e do relacionamento contraditório entre elas no capitalismo*. Assim, é fundamental entender de que forma a história do Serviço Social se constrói na realidade social.

As discussões sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social são amplas, tendo como principais autores: Iamamoto e Carvalho (2014), Netto (2015), Aguiar (1985), Castro (1993), dentre outros. Entretanto, tais discussões, sobretudo, acerca da história da profissão são centradas na realidade da região Sudeste.<sup>1</sup> Contudo, cada região, estado e cidade terá suas particularidades dentro desse processo. No que se refere à Bahia, a reflexão e a discussão em torno dessa trajetória nos levaram a refletir sobre as configurações da formação profissional baiana, mais especificamente em Salvador, na Universidade Católica de Salvador (UCSAL), no período de 1961 até 1969.

Diante da inexpressiva discussão acadêmica sobre o percurso histórico do Serviço Social na Bahia, a pesquisa se mostra de grande relevância. A escolha pelo objeto a ser estudado se originou com as discussões fomentadas por um grupo de estudo formado no âmbito do programa de monitoria da disciplina “A Questão Social e o Serviço Social” no ano de 2018. A problemática foi debatida através da análise do grupo sobre as poucas produções teóricas destinadas à história da formação profissional na Bahia, que revelou muitas lacunas. Enquanto estudante baiana do curso de Serviço Social, despertou-se uma grande curiosidade para entender esse percurso.

Para a elaboração deste trabalho, foi realizado um levantamento de teses, dissertações, TCCs e artigos sobre a formação profissional em Serviço Social na Bahia, sendo utilizado como fonte de busca o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

---

<sup>1</sup>Sobre a questão ver Mota, Amaral e Vieira (2021).

de Nível Superior (CAPES), Scielo, Google acadêmico e repositórios institucionais e foram encontrados: duas dissertações, um TCC e três artigos.<sup>2</sup> Entretanto, todas essas produções têm como foco a formação profissional em Serviço Social na Bahia na contemporaneidade, a partir da década de 1990 até os dias atuais e assumem diferentes objetos de estudo, como: a expansão das instituições de ensino superior na Bahia que ofertam o curso de Serviço Social, os impactos da EAD para a formação profissional, subjetividades dos (as) estudantes e etc.

Duas publicações atuais trazem expressivas contribuições para o debate: Carrera et al (2021) em um capítulo do Livro “A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste”, organizado por Silveira e o capítulo de Costa e Bastos(2021) presente no livro “Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação” (2021), organizado por Mota, Vieira e Amaral. A produção de Carrera et al (2021) busca apresentar, de forma resumida, o percurso histórico da criação da Escola de Serviço Social na Bahia até os dias atuais do curso de Serviço Social na Universidade Católica do Salvador, enquanto a produção de Costa e Bastos (2021) debruça-se sobre a Escola de Serviço Social da Bahia em sua primeira década (1944-1954), recuperando também a intrínseca ligação entre a Igreja Católica e a escola de Serviço Social no estado.

Entretanto, a dissertação da professora Diva Costa, defendida em 1987, intitulada “Estudos Preliminares para Avaliação do Currículo da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador” trouxe, indubitavelmente, a maior contribuição para a temática. A autora buscou analisar o currículo construído pela Escola de Serviço Social na Bahia desde a sua fundação, em 1944, até a década de 1980, contudo, para além da análise do currículo, também resgata e relata aspectos fundamentais sobre a história da escola de Serviço Social no estado e seus acontecimentos mais marcantes. Entretanto, se trata de um estudo mais inicial e foram deixadas algumas fraturas, como a discussão sobre a escola e a formação profissional durante a década de 1960, marcada pela Ditadura Militar e pelo Movimento de Reconceituação profissional.

Diante dessa lacuna, a escolha pelo período histórico delimitado no objeto de estudo se deu pelo intuito de compreender a formação profissional em Serviço Social na Bahia a partir da incorporação da escola de Serviço Social à UCSAL, em 1961. Inicialmente foi pensado em estender o estudo até 1979, por ser o ano que marca o Congresso da Virada: III

---

<sup>2</sup> Os levantamentos foram realizados em 19 de junho de 2021 através das plataformas já citadas acima e as seguintes palavras descritoras foram utilizadas: Serviço Social na Bahia, Formação Profissional em Serviço Social na Bahia, história do Serviço Social na Bahia, História da formação profissional em Serviço Social na Bahia, Serviço social e a Questão social na Bahia, dentre outros.

Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), o qual questiona os métodos teóricos e metodológicos conservadores do Serviço Social brasileiro e marca, de forma simbólica, a maior articulação entre o Serviço Social e a teoria social crítica marxista. Contudo, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, evidenciou-se que não haveria tempo hábil para fazer a discussão até 1979, assim, foi demarcado de 1961-1969, com o intuito de debruçar-se sobre a década de 1960.

A UCSAL constitui-se em uma instituição de grande importância para a história do Serviço Social na Bahia, não apenas por ter sido o primeiro curso no estado, mas também por ter sido o único curso presente na Bahia até 2001, quando surge a Faculdade Nobre (FAN) em Feira de Santana – ambas as instituições citadas pertencem a iniciativa privada, não obstante seja muito importante ressaltar que há particularidades expressivas nas condições de filantrópica, confessional e comunitária do curso da UCSAL – se manteve como o único curso de Serviço Social durante 57 (cinquenta e sete) anos. Atualmente, esse quadro se mostra de forma bem diferente, de acordo com dados do site censo de educação superior do ano de 2020, existem na Bahia 62 (sessenta e duas) instituições de nível superior que ofertam o curso de Serviço Social, destas apenas 2 são públicas e 60 são do âmbito privado. O total de cursos de Serviço Social a nível de graduação em funcionamento são 33 (trinta e três), sendo 2 cursos públicos e 31 (trinta e um) privados. Quanto ao número de matrículas, totalizam-se 9.077 (nove mil e setenta e sete) matriculados (as) em Serviço Social na Bahia, sendo 332 (trezentos e trinta e dois) alunos (as) em instituições públicas e 8.745 (oito mil setecentos e quarenta e cinco) em instituições privadas, em relação aos concluintes, totalizam-se 1.530 (mil quinhentos e trinta) concluintes, sendo apenas 38 (trinta e oito) advindos de instituições públicas e 1.492 (mil quatrocentos e noventa e dois) de instituições privadas.<sup>3</sup>

Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (2014) defendem a necessidade de compreender a profissão dentro da reprodução das relações sociais, entendendo o contexto que irá demandar novas configurações ao Serviço Social permanentemente. Portanto, é fundamental o entendimento da construção histórica do Serviço Social nesta região, dadas as suas condições políticas, econômicas e sociais que demandaram a atuação do Serviço Social e

---

<sup>3</sup>Dados acessados em 29 de junho de 2022. Mais informações detalhadas sobre a educação superior no Brasil, com dados do ano de 2020, podem ser encontradas no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) no link: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>

da formação profissional no território baiano. Ao entendermos essa trajetória seremos capazes de compreender as especificidades da atuação profissional na Bahia, nos fortalecendo e instrumentalizando enquanto categoria profissional inserida nesta região.

Para a construção desse objeto de estudo: a formação profissional em Serviço Social na Bahia (1961-1969), algumas questões foram levantadas, sendo elas: como se configurou a formação profissional em Serviço Social na Bahia no período de 1961 a 1969? Qual o panorama dos TCCs elaborados no curso de Serviço Social nesse período? Qual a concepção de Serviço Social evidenciada nos TCCs dos (as) alunos(as) do curso de Serviço Social baiano no período demarcado? Como estava configurada a Bahia na década de 1960 (econômico, político e social)? Qual a compreensão das discentes sobre as manifestações da Questão Social e suas expressões na Bahia?

Diante dos questionamentos acima listados, foi definido como objetivo geral: Compreender a formação profissional em Serviço Social na Bahia no período de 1961 – 1969 e os seguintes objetivos específicos: levantar o panorama dos TCCs produzidos pelos (as) discentes de Serviço Social durante o período de 1961- 1969; compreender as concepções sobre Serviço Social presente nas produções dos TCCs; analisar as compreensões das expressões da questão social e na Bahia; e compreender a configuração histórica, econômica, social e política da Bahia (1961-1969).

Sobre o aspecto metodológico, a pesquisa se configura como qualitativa exploratória e documental. Documental por utilizar como fonte da coleta de dados os TCCs produzidos pelos (as) discentes do curso de Serviço Social no período de 1961 – 1969 e qualitativa devido a análise avaliativa realizada a partir dos dados coletados, buscando compreender as complexidades e particularidades a partir das informações coletadas. De acordo com Severino (2007), as ciências humanas não podem quantificar a sociedade, deve-se interpretar as suas singularidades, considerando a particularidade de cada contexto. Portanto, a pesquisa qualitativa é adequada ao objeto de estudo e aos objetivos da pesquisa.

Para ter acesso ao material necessário para a coleta de dados, foi realizado um levantamento das produções dos TCCs a partir do site da biblioteca da UCSAL. A busca foi realizada por palavra, por ano, com a ordenação título, busca livre, em todas as unidades de formação e todos os tipos de obras. Os descritores utilizados foram: Serviço Social, Questão Social, Trabalho, Formação, Assistência Social, LBA, SESC, SESI, Hospital Santa Izabel,

Thales de Azevedo, Menor, Educação, Saúde, dentre outros. A partir dessa busca, não foi encontrado nenhum TCC que se encaixasse nos descritores acima sinalizados que tivessem sido defendidos em 1961, por isso, o universo dos TCCs acabou por se concentrar entre 1962-1969.

Finalizado o levantamento inicial pelo repositório da universidade, foi sistematizado no programa Word a referência de cada TCC (nome do (a) autor (a), título e ano de defesa), além do número de chamada, o qual torna possível a busca na biblioteca. Em seguida, efetuou-se contato através de e-mail com a bibliotecária da UCSAL a qual foi bem solícita e rápida na resposta e permitiu o acesso à biblioteca mesmo em período de pandemia devido à crise sanitária ocasionada pelo vírus da COVID-19. Destaca-se que a liberação do acesso à biblioteca ocorreu em período de maior flexibilização das medidas sanitárias e de distanciamento social na cidade de Salvador.

Ressalta-se que anterior a solicitação de acesso à biblioteca da UCSAL e digitalização dos TCCs presentes, foi feito um pedido às pró reitorias responsáveis da UCSAL para concessão de acesso aos documentos históricos do curso de Serviço Social, como: diretrizes curriculares, atas de reuniões, grade curricular, fotos, dentre outros. Contudo, não se obteve respostas das entidades responsáveis à tempo hábil para a escrita desse trabalho, por isso, a coleta de dados foi feita apenas a partir das monografias produzidas no período delimitado.

Assim, foi agendado o dia para comparecer presencialmente na biblioteca e encaminhado por e-mail, antecipadamente, o documento com o levantamento dos TCCS, portanto, ao chegarmos à biblioteca, os TCCS já haviam sido separados pela bibliotecária e o trabalho consistiu na digitalização deles. Dos 63 trabalhos da década de 1960 que se localizou através do site da biblioteca, foram digitalizados 53 TCCS produzidos entre 1962-1969, logo, 80% do levantamento foi atingido. Destaca-se que nem todos os TCCS presentes no site estavam de fato disponíveis na biblioteca da universidade e como a visita presencial na UCSAL foi feita próxima a um feriado, não houve tempo hábil para fazer a digitalização de todos os TCCS levantados, sobretudo porque, semanas depois, o acesso à biblioteca pelo público externo voltou a ser proibido devido ao avanço da pandemia. Contudo, conseguiu-se digitalizar a maioria dos trabalhos.

A coleta de dados consistiu em duas fases. Primeiro foi feita uma leitura inicial dos 53 TCCS, nos seguintes tópicos: Índice (sumário), Introdução, Conclusão, Sugestões (tópico

presente na maioria dos TCCS desse período e por isso incluído na leitura) e Referências Bibliográficas. As leituras iniciais foram feitas com o intuito de sistematizar os seguintes pontos: Título, ano da produção/defesa, Sumário (se está presente no trabalho e os capítulos que constava Serviço Social no título), Introdução, Conclusão, Sugestões, Referências Utilizadas, Instituição de estágio- já que todos os TCCS produzidos nesse período foram derivados, obrigatoriamente, das experiências de estágio, concepção de Serviço Social presente no trabalho, as manifestações da questão social e suas expressões na Bahia e, por fim, os anexos. Para a organização desses dados, foi elaborada uma planilha no Excel preenchida com as informações de cada TCC, as colunas foram ocupadas com os tópicos já mencionados acima.

Apesar da leitura dos tópicos mencionados ter tornado possível o conhecimento de dados interessantes para a produção deste trabalho, devidamente exposto no capítulo 3 deste TCC, dados como a concepção de Serviço Social presente nos TCCS e as manifestações da questão social, não foram possíveis de serem detalhados com o rigor necessário a partir da leitura inicial, por isso, estabeleceu-se que seria feita a leitura completa de 10 TCCS dentro do universo dos 53, dando início à segunda fase da coleta de dados. Foi determinada essa quantidade por considerar o que seria possível de ser lido diante do pouco tempo disponível para a produção de um trabalho de conclusão de curso e com o intuito de, a partir de um número menor, ser realizada uma leitura mais atenta aos detalhes e informações necessárias. Além disso, considerando o número do universo, a leitura de 10 trabalhos alcançou 18% dos TCCS disponíveis, sendo um número considerável para a análise qualitativa.

Em consonância com o caráter documental e para promover uma análise a partir dos objetivos definidos para a pesquisa, o instrumento utilizado para o levantamento de dados a partir da amostra foi a ficha de leitura (presente nos anexos). Para selecionar a amostra determinada dentro do universo, elaborou-se os critérios a seguir apresentados.

Dentre os 53 TCCs, foram filtrados aqueles que possuem na sua estrutura de sumário/índice, um capítulo/tópico sobre o Serviço Social e/ou atuação do Serviço Social naquela realidade. Estabeleceu-se esse critério por considerar a possibilidade de os trabalhos que possuem um ou mais capítulos sobre o Serviço Social trazerem informações mais vinculadas aos objetivos da pesquisa, sobretudo acerca da concepção de Serviço Social para os (as) alunos (as) do curso. De início, 3 TCCS foram eliminados por não possuírem em sua estrutura um sumário/ índice.

Assim, dos 50 TCCs restantes, 37 são os que se encaixam no critério acima definido. Dentre as 37 monografias, foi necessário definir quais seriam as dez selecionadas para a análise, assim, o segundo critério estabelecido foi que dentro da amostra, deveria ter pelo menos uma monografia de cada ano (1962-1969), entre 1962-1969 totaliza-se 8 anos, logo, 8 TCCs. Para alcançar a quantidade definida (10TCCs), tornou-se necessário selecionar dois TCCs do ano de 1966 (9 TCCs ao total) e dois TCCS de 1969 (13 TCCs ao total), esses foram os anos escolhidos por terem a maior quantidade de monografias disponíveis dentro do universo. Portanto, com exceção de 1966 e 1969, cada ano foi representado na análise com um único TCC.

O terceiro critério adotado foi selecionar monografias com temáticas diferentes entre si, com o intuito de ampliar o leque de informações a serem coletadas. A partir da sistematização da leitura inicial realizada de cada TCC, foi possível levantar as principais temáticas do período, sendo estas: Serviço Social de Grupo, Serviço Social Médico/ atuação na política de saúde, comunidades e o Desenvolvimento e Organização de Comunidade, Serviço Social na previdência social, Serviço Social nas instituições de cunho assistencial e voltadas para famílias, crianças e adolescentes, Serviço Social na educação (básica e superior), dentre outros. Portanto, buscou-se selecionar pelo menos um TCC de cada temática principal. Dessa forma, os 10 TCCS selecionados foram:

<b>ANO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>TEMA CENTRAL</b>
1962	Plano de Serviço Social Médico no Hospital São Jorge	Atuação do Serviço Social no âmbito da saúde.
1963	A realidade da educação primária brasileira e o Serviço Social	Educação básica e a atuação do Serviço Social
1964	Serviço Social médico no Hospital Santa Izabel	Atuação do serviço social no Hospital Santa Izabel
1965	Uma experiência de implantação do Serviço Social	Implantação do Serviço Social na Universidade Federal da Bahia
1966*	Sem Título	Uma experiência de DOC na comunidade de Pernambués
1966	Nossa atividade num centro social	A experiência do Serviço Social em uma instituição assistencialista vinculada à LBA.

1967	Experiência de Serviço Social de grupo em uma comunidade marginalizada.	Aplicação do método Serviço Social de Grupo em uma comunidade de Salvador.
1968	Uma experiência de Serviço Social no Instituto Nacional de Previdência Social	Serviço Social na previdência social e atenção à saúde do previdenciário.
1969	Uma experiência no Centro de Orientação Infanto Juvenil (COIJ)	Experiência do Serviço Social com famílias e crianças.
1969	Relato de uma experiência realizada na Baixa do Padre Antônio	Atuação do Serviço Social em uma comunidade de Salvador.

\*O TCC de 1966 é um dos poucos que não apresentam título.

Apesar dos critérios já descritos terem sido utilizados para a seleção das monografias expostas na tabela acima, a amostra acabou aumentando para 11 TCCs, contudo, o décimo primeiro trabalho não se encaixa no primeiro critério definido: ter um capítulo/tópico sobre o Serviço Social ou sua experiência naquela realidade e por isso não foi incluído na tabela acima. Isso porque, durante o processo da primeira fase da coleta de dados, concomitantemente, foi construída a ficha de leitura (em anexo), utilizada para a segunda fase da coleta de dados. Contudo, ao finalizar a ficha de leitura, selecionou-se de forma aleatória, ou seja, sem seguir nenhum critério estabelecido, um TCC para realizar o teste da ficha de leitura construída, com o intuito de verificar se ela atenderia aos objetivos definidos neste trabalho.

O TCC utilizado para esse teste foi “Padrão de Vida do operário e sua família”, escrito por Margarida Maria Siqueira de Carvalho, defendido em 1962. A partir da leitura da monografia, foi possível coletar dados fundamentais para os objetivos deste trabalho, sobretudo acerca da concepção de Serviço Social e a compreensão sobre a Questão Social e suas expressões. Diante disso, decidiu-se aproveitar a análise realizada enquanto teste para a escrita desta monografia, mesmo que o TCC não se encaixe no primeiro critério definido.

Compreende-se, contudo, que a não adequação do TCC de Carvalho (1962) no primeiro critério definido para estabelecer a amostra, revela uma fragilidade no percurso metodológico utilizado. Entretanto, foi necessário estabelecer um critério mais objetivo com o intuito de afunilar os TCCs presentes na amostra, pois, não foi possível, diante das limitações de um trabalho de graduação, realizar a leitura completa de todos os trabalhos do universo, os quais forneceriam uma análise mais densa do objeto definido e geraria maiores contribuições para a temática. Dessa forma, reafirma-se as lacunas deixadas por essa produção, as quais

podem e devem ser preenchidas por futuras pesquisas, já que a temática aqui discutida abre um grande campo de discussão. A presente monografia apenas fornece, de forma ainda muito simplória, uma aproximação com o objeto de estudo.

Posteriormente à coleta de dados realizada, utilizando-se a ficha de leitura, promoveu-se a análise dos dados encontrados. Para isso, recorreu-se à **análise de discurso**. De acordo com Gaskell (2008), a análise de discurso se debruça em analisar o discurso e seu contexto interpretativo, por entender o discurso como uma prática social. O autor afirma que os analistas de discurso, analisam a forma como a linguagem é empregada, assim como devem estar sensíveis ao que não é dito – o silêncio. Para isso, é exigido um conhecimento aprimorado dos contextos sociais, políticos e culturais, aos quais os textos se referem. A análise de discurso tem grande preocupação com a interpretação dos dados, para além da sua descrição. Devido ao caráter da pesquisa documental, se torna fundamental essa compreensão do “não dito” no texto, ou seja, a necessidade de o/a investigador/a estar atento/a às lacunas ou a questões não explicitadas, mas que aparecem subjacentes ou pressupostas no texto. Ressalta-se, no entanto, a importância de referências objetivas para essas reflexões.

Por se tratar de um objeto de estudo histórico, se torna fundamental a interpretação dos dados sob a ótica do método crítico, histórico e dialético. Netto (2009) afirma que Marx ao assumir a dialética, compreende a realidade social como contraditória e afirma a necessidade de o método de pesquisa partir da aparência para alcançar a essência do objeto. Portanto, ao realizar um estudo histórico, é fundamental compreender a totalidade da realidade social estudada, suas particularidades e contradições.

O trabalho está dividido da seguinte forma: o primeiro capítulo, intitulado “A gênese do Serviço Social no Brasil e as particularidades na Bahia”, busca recuperar o contexto sócio-histórico do Brasil no processo de gênese do Serviço Social, além de discutir sobre a formação profissional em Serviço Social iniciada em 1936 na escola de São Paulo, assim como o surgimento e desenvolvimento da escola de Serviço Social na Bahia em 1944, revelando também os aspectos econômicos, históricos, políticos e sociais do estado nesse período.

O segundo capítulo divide-se em dois subtópicos, o primeiro titulado como “Panorama do Brasil na década de 1960 e o Serviço Social”, fornece um panorama do país durante a década de 1960, quanto ao seu processo econômico, político e social, dando destaque especial ao

desenvolvimento da Ditadura Militar no país, articulado com a expansão e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, discutindo também sobre os desdobramentos do Movimento de Reconceituação no âmbito da profissão. O segundo subtópico deste capítulo, titulado como: “A Bahia na década de 1960 e o curso de Serviço Social”, busca promover a mesma discussão realizada no primeiro subtópico, mas particularizando o contexto da Bahia na década de 1960, no seu âmbito histórico, econômico, social e político, assim como os impactos da Ditadura Militar no estado, relacionando também essa discussão ao desenvolvimento do Serviço Social na Bahia, especificamente, sobre a formação profissional do estado.

O terceiro e último capítulo expõe os dados encontrados sobre a formação profissional em Serviço Social na Bahia, conforme a metodologia já descrita acima. O capítulo também discute a análise realizada pela autora deste trabalho sobre os dados coletados, a partir da ótica crítico-dialética marxista. Este tópico é construído a partir dos pontos presentes na ficha de leitura adotada (em anexo), trazendo informações como: as principais concepções de Serviço Social pelos (as) discentes da escola baiana, a Questão Social e suas expressões na Bahia, principais referências teóricas adotadas, principais conceitos-chaves e terminologias, estrutura das monografias e as informações históricas, econômicas, sociais e políticas sobre a Bahia presente nos trabalhos dos(as) estudantes baianas na década de 1960.

### **1. A Gênese do Serviço Social no Brasil e as particularidades na Bahia**

Abordar a formação profissional implica necessariamente explicar sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Em consonância com Iamamoto e Raul de Carvalho (2014), concordamos sobre a necessidade de compreender a profissão historicamente situada, colocando-a como um dos elementos que participa da reprodução de classes e do relacionamento contraditório entre elas no capitalismo. Destarte, é fundamental entender de que forma a história do Serviço Social se construiu na realidade brasileira.

Conforme aborda Silva (1995), o Serviço Social surge a partir das demandas postas pelo contexto sócio-histórico da sociedade capitalista e o processo de institucionalização dos serviços sociais. Ao buscar as raízes da profissão, a autora aborda que, na América Latina, durante as primeiras décadas do século XX, foi se acentuando o processo contraditório de acumulação de riqueza e de pobreza, diante da monopolização da economia e acumulação privada pela classe dominante. Esse cenário contribuiu para a formação de uma classe com alto

nível de vida e uma maioria de pessoas desempregadas ou subempregadas, cujas necessidades básicas não podem ser satisfeitas, levando ao extremo pauperismo da classe trabalhadora.

Esse quadro tem como origem a industrialização no continente, a partir dos anos 1930, favorecendo a concentração urbana e a formação do operariado. De acordo com Silva (1995), no Brasil, especificamente, a economia desde a segunda metade do século XIX até os anos 1930, se caracterizou como um modelo agroexportador, tendo o café como o principal produto. A partir dos anos 1930, esse modelo vai dando espaço ao modelo industrial de “substituição de importação”. Essa passagem do sistema agrário para a industrialização gerou profundas alterações sociais, muito marcadas pela intensificação da urbanização.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014), a classe operária emergente, apesar de ser constituída de trabalhadores formalmente livres e assalariados, era exposta a uma exploração abusiva e em péssimas condições de trabalho e vida. Esse cenário contribuiu para a politização e reivindicação de direitos pela classe operária desde a década de 1920, além disso, muitos operários eram imigrantes vindos da Europa, onde as ideias socialistas e anarquistas estavam em grande efervescência.

Contudo, as lutas e tensionamentos eram tratados pelo Estado com repressão policial e assistencialismo. A partir da década de 1930, diante do avanço da industrialização e mobilização da classe trabalhadora, as reivindicações operárias passam a ser uma ameaça para a sociedade capitalista vigente, impondo-se a necessidade do controle social da classe trabalhadora. Esse cenário coloca a questão social em evidência, de acordo com Iamamoto (2001), a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura e passa a ser reconhecida através da luta da classe trabalhadora por direitos trabalhistas e seu engajamento político.

Conforme aponta Netto (1992), a questão social é determinada pelo surgimento da classe operária e sua inserção no processo de produção e reprodução capitalista, relacionada aos tensionamentos da relação capital e trabalho e se inscreve na passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, no Brasil, essa passagem de fases se evidencia na década de 1930.

Nessa relação, os serviços sociais que passam a ser institucionalizados se firmam como ponto chave, pois atuam na preservação e reprodução da classe trabalhadora, assim

como no seu controle. Diante disso, o Estado necessitava de uma mão de obra qualificada que fosse diretamente executora das políticas sociais, demandando a formação de assistentes sociais, surgindo então o Serviço Social no país. Conforme apontam os autores Iamamoto e Carvalho (2014), o Serviço Social foi demandado por três setores principais: Burguesia, Estado e a Igreja Católica. Aqui serão expostas, de forma breve, as demandas de cada um desses setores à profissão.

O Estado na década de 1930, sob a figura do presidente Getúlio Vargas, assume uma organização corporativa, canalizando os interesses divergentes que surgem diante das contradições entre a classe dominante e as reivindicações dos setores populares, para, em nome da harmonia social e desenvolvimento, conseguir a colaboração entre as classes e disciplinar e controlar a classe trabalhadora. A política social formulada nesse período, expressa através da legislação sindical e trabalhista, será um elemento central desse processo. Ressalta-se que o Estado, predominantemente, expressa os interesses da classe burguesa dominante. De acordo com Netto (1992), o Estado no capitalismo monopolista exerce múltiplas funções, intervindo tanto nas esferas social e política como na econômica e por isso sua base de legitimação precisa ir além das classes dominantes:

[...] para exercer no plano estrito do jogo econômico o papel de ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista, ele [o Estado] deve legitimar-se politicamente incorporando outros protagonistas sociopolíticos. O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sociopolítica, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um consenso que assegura o seu desempenho (NETTO, 1992, p. 230).

Os interesses da burguesia pelo Serviço Social se vinculam aos interesses estatais, afinal de acordo com Marx (2014) o Estado se firma como um instrumento de manutenção dos interesses da burguesia e do sistema capitalista. Quanto ao empresariado, segundo Iamamoto e Carvalho (2014), existem dois elementos que se relacionam diretamente com a implantação e desenvolvimento do Serviço Social. O primeiro elemento se refere as exigências do empresariado sobre a necessidade da criação de mecanismos de socialização do operariado, ou seja, instituições que tenham o objetivo de promover a integração do trabalhador, no âmbito físico e psíquico ao trabalho fabril. É necessário controlar o tempo livre do operário, como forma de garantir a dominação. Portanto, é preciso “elevantar” o proletariado a um “padrão ético-moral”, a uma racionalidade que esteja ajustada à sociedade capitalista, sendo esta então, uma das demandas colocadas ao Serviço Social.

O segundo aspecto refere-se ao conteúdo assumido pela política assistencialista desenvolvida pela burguesia. No enfrentamento do empresariado às mobilizações da classe trabalhadora, utiliza-se como instrumento a repressão e também ações assistencialistas, estas a partir dos tensionamentos dos grandes movimentos sociais do primeiro pós-guerra. Desse modo, conforme discute Iamamoto e Carvalho (2014), apesar das obras assistencialistas serem pouco comuns entre os empresários, a maior parte das grandes empresas de maior porte proporcionava aos seus empregados serviços assistenciais, como: assistência médica, caixas de auxílio, creches, escolas, construção de vilas operárias e etc., mantidas por contribuição compulsória através de multas aplicadas, por diversos fatores, aos operários. Essas ações assistencialistas formaram-se como um campo amplo de atuação do Serviço Social.

Por fim, a Igreja Católica apresenta-se como uma das grandes protagonistas na institucionalização do Serviço Social no Brasil. De acordo com a recuperação histórica promovida por Iamamoto e Carvalho (2014), após a Contrarreforma, os Estados nacionais europeus são forçados a ceder espaço aos movimentos políticos e ideológicos da classe burguesa, o qual entra em choque com o monopólio ideológico mantido pela Igreja. Assim, a religião católica perde sua ampla hegemonia enquanto ideologia de mundo das classes dominantes, perdendo importância no meio intelectual em geral e diante da própria sociedade civil. A perda da hegemonia católica no Brasil se acentua no final da década XIX e início da década de XX, com o fim do Império e a instituição da República, a qual constituiu Estado brasileiro como laico e se aproxima dos ideais defendidos pela classe burguesa.

Diante da sua perda de prestígio, a Igreja Católica irá reagir, buscando reconquistar o espaço perdido, sobretudo junto à sociedade civil. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014), essa reação terá por base métodos organizativos e disciplinares para retomar o apoio das massas à igreja católica, e, um desses instrumentos foi o Serviço Social, firmado pela Igreja Católica no Brasil a partir da década de 1920 e com maior expressão na década de 1930, como um departamento especializado da Ação Social. Por isso, o Serviço Social no Brasil tem estreita ligação com a religião católica.

Em 1932 surge o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), considerado, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2014), como a “manifestação original do Serviço Social no Brasil” (p.178). É criado a partir da necessidade, de setores da Ação Social e Ação Católica, de tornar mais efetivas as iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes sob a direção da Igreja.

O início do CEAS se dá pelo “Curso Intensivo de Formação Social para Moças”, promovido pelas Cônegas de Santo Agostinho, tendo como convidada Mlle. AdèleLoneaux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. As participantes do curso eram jovens formadas nos estabelecimentos religiosos e pertencentes às famílias da classe burguesa. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2014), o objetivo central do CEAS era promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e buscar a coordenação das atividades e obras de caráter social.

A partir do CEAS, surge em 1936 a primeira escola de Serviço Social do Brasil, no estado de São Paulo, atualmente vinculada à Pontifícia Universitária Católica de São Paulo (PUC-SP). A escola surge para atender a necessidade de uma formação técnica especializada, originada da própria ação católica, mas também das instituições estatais que se formavam nesse período. No ano seguinte surge a Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro, sendo estas as primeiras escolas de Serviço Social no país.

Na Bahia, a primeira escola de Serviço Social surgiu em 1944, na cidade de Salvador e teve como referência para sua instituição e organização, a escola paulista de Serviço Social. De acordo com Bastos e Costa (2021), seguindo a mesma lógica do restante do país, a escola surge através da iniciativa de um grupo integrante da ação católica na cidade. Compreendendo que o Serviço Social está inserido e é determinado pelo contexto sócio-histórico, é fundamental recuperar o cenário baiano na década de implantação da primeira escola de Serviço Social no estado.

Ao contrário do eixo sul do país, que vivencia intensa industrialização e crescimento econômico na década de 1920-1930, a Bahia adentra o século XX com grande crise econômica. De acordo com Santos (2008) a abolição da escravatura, em 1888, quase no final do século XIX, traz sérias consequências para as atividades agrícolas que tinham como base o trabalho escravo. Além disso, a cultura da cana- de- açúcar e indústria açucareira do Recôncavo (principal polo de sustentação da economia baiana) entraram em crise diante da pouca modernização dos métodos de produção, que se mantiveram praticamente os mesmos desde o primeiro século da colonização, tornando-se então impossível de competir com a produção açucareira modernizada que se desenvolvia em Pernambuco, o qual acabou por ocupar o pequeno espaço que havia para o açúcar nordestino no exterior.

Nesse momento na Bahia (década de 1920/1930), conforme aponta Santos (2008), quando a economia açucareira entra em decadência, os cacauzeiros do Sul do Estado começam a produzir segundo uma escala comercial. Então, o polo da economia estadual e a fonte de recurso para o Tesouro se transferem para a zona cacauzeira. Contudo, a cultura familiar que se afirmava com a cultura do cacau não estava em condições de permitir uma acumulação de capitais em favor da cidade do Salvador, cujo porto, contudo, concentrava toda a exportação de cacau para o estrangeiro. Assim, exatamente quando o Brasil se encaminhava para a industrialização, Salvador sentia o impacto da falta de capitais disponíveis para continuar os tímidos esforços feitos no domínio da indústria têxtil no fim do século anterior. A cidade continuava fiel ao seu antigo papel de porto e cidade comercial.

Diante disso, Almeida (2008) afirma:

Sem mercados no campo, em virtude da lenta implantação de relações capitalistas de produção e da extrema concentração da propriedade fundiária e da renda gerada por uma produção agropecuária estagnada tecnologicamente, a incipiente indústria baiana permaneceu, durante a primeira metade do século XX, sem poder contar, também, com a expansão dos mercados urbanos regionais. (ALMEIDA, 2008, p.17)

O autor assegura que os poucos centros urbanos que existiam na Bahia, até a primeira metade do século XX, como Salvador, encontravam no comércio e na administração pública seus principais suportes econômicos. Uma significativa parte da população economicamente ativa era formada por descendentes analfabetos de escravos. A maioria das ocupações da população se concentrava na prestação de serviços pessoais, artesanato, burocracia estatal, na construção civil e no pequeno comércio varejista. O movimento comercial era condicionado ao fluxo existente de mercadorias entre Salvador e as cidades menores através da via marítima, concentrando-se no interior do Recôncavo. Pela falta de meios de transporte adequados, o comércio entre as cidades de menor porte tinha pouca expressão. Conforme aponta Almeida (2008), o comércio, construção civil pesada (portos e estradas), transporte, crédito e serviços públicos cresciam em função da expansão das atividades agroexportadoras estaduais. Assim, como a expansão dessas atividades era deficiente, as cidades baianas não atraíam novos investimentos, nem, por consequência, imigrantes em busca de trabalho. Assim, pouco cresceram no período.

De acordo com Almeida (2008), mesmo em Salvador, capital do estado, a urbanização se deu de forma muito lenta entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. A população da capital, que atingiu a marca dos 170 mil habitantes em 1890, cresceu de forma

pouco significativa em todo o período de 1890-1920. Nesse último ano, a cidade alcançou a marca, já então modesta para os padrões do eixo Rio-São Paulo, dos 280 mil habitantes. Para o autor, o mais alarmante é que suas taxas de expansão demográfica anual, que haviam se situado entre 1,6% e 1,7%, entre 1872 e 1920, despencaram para apenas 0,2%, entre 1920 e 1940, do que resultou uma população praticamente estável, de 290 mil habitantes no segundo semestre de 1940.

Entretanto, Almeida (2008) discute que a partir dos anos finais da década de 1940 e o início dos anos 1950, a situação econômica da Bahia e Salvador começa a mudar. Algumas iniciativas estatais contribuíram para rápidas transformações, entre elas a construção da usina hidroelétrica de Paulo Afonso, a implantação das atividades de extração e refino do petróleo no Recôncavo, a construção da ligação rodoviária Rio-Bahia (BR-116) e a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Paulo Afonso ampliou a oferta de energia elétrica para o consumo industrial no estado, eliminando um dos principais “pontos de estrangulamento da economia regional” (ALMEIDA, 2008. p.22). A primeira usina do complexo hidroelétrico começou a ser construída em 1949, após a criação efetiva da CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), em 1948, e o início do funcionamento das primeiras turbinas ocorreu em 1954, assegurando-se, a partir de então, com sucessivas ampliações, o abastecimento de Recife e Salvador. Almeida (2008) nos informa que a BR-116 começou a ser construída em 1939, com conclusão em 1949. É marcada como a primeira estrada brasileira de longo percurso e a primeira grande via terrestre de integração nacional, contribuindo para o rápido desenvolvimento do comércio interestadual e acelerando o processo de conexão entre a economia regional e o centro industrial do país.

Conforme aponta Almeida (2008), com o início do funcionamento do BNB, em 1954, e a criação da SUDENE, em 1959, expandiu-se a oferta de financiamentos públicos de baixo custo, “capazes de garantir novos investimentos industriais, a modernização das plantas já existentes e a implantação de infraestrutura urbana (água potável, saneamento, energia, telecomunicações e transporte)” (p.22). Esses novos sistemas de incentivos fiscais, tiveram grande importância no desenvolvimento econômico de Salvador e sua região periférica, pois, foram uma das grandes beneficiárias dos recursos que foram mobilizados para o Nordeste através do BNB e SUDENE.

Além disso, o petróleo teve grande importância para o crescimento econômico da Bahia. De acordo com informações colhidas no site Sindipetro (Sindicato dos Petroleiros da Bahia), em 1941, foi descoberto petróleo no município de Candeias, a 50 km de Salvador. Assim, em 1950 surgiu a primeira refinaria de petróleo da Petrobrás, a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), localizada no município de São Francisco do Conde, cidade vizinha de Candeias. Sobre a RLAM, Almeida (2008, p.23) afirma que:

Além de transformações imediatas na economia do Recôncavo (redefinição do uso de terras antes destinadas à agropecuária, crescimento de algumas cidades de pequeno porte, surgimento de uma importante malha rodoviária), os investimentos da empresa estatal provocaram um incremento considerável da renda gerada no estado.

Conforme discute Almeida (2008), no final dos anos 1950, a RLAM acabou por estimular o investimento nas fábricas de produtos químicos, os quais gerariam o aproveitamento das matérias-primas disponibilizadas pela refinaria. Contudo, o salto importante para a industrialização baiana ocorre com os investimentos nas fábricas do Centro Industrial de Aratu (CIA) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), já no final da década de 1960. Portanto, é possível situar que o processo intenso de industrialização na Bahia se dá de forma tardia comparado com a industrialização desenvolvida no eixo Rio- São Paulo.

Quanto à urbanização, Santos (2008) localiza que a partir da década de 1940 a urbanização em Salvador ganha novo ritmo. Depois de 1940, a cultura do cacau estabilizou-se e os preços internacionais elevaram-se. Com a estabilização da cultura cacauzeira, a área de produção perdeu seu papel em atrair a mão de obra excedente e esse espaço passou a ser ocupado por Salvador. O autor traz dados do Recenseamento de 1950, os quais demonstram que entre 1940 e 1950, a cidade recebeu um excedente demográfico de 126.792 pessoas, das quais os imigrantes, cerca de 89.671, representavam 70%. Desde 1950, Salvador aumentou, em média, 15 mil habitantes em cada ano, sendo que pelo menos dois terços são advindos do interior do estado.

Destarte, a partir desses dados é possível inferir outros aspectos dessa emigração rural para Salvador: o grande número de pessoas que não sabiam ler nem escrever, mais ou menos 113 mil (31 % dos maiores de 5 anos); o número de mulheres em relação ao de homens decresce (eram 119 por 100 homens em 1940 e são 117 por 100 em 1950); nos grupos de idade ativa, a proporção dos homens aumenta em relação ao total (20-29 anos: de 45% em

1940 para 45,4 % em 1950; 30-39 anos: de 45% para 45,7%; 40-49 anos: de 44% para 45,8%; 50-59 anos: de 42,2 % para 43,3%).

Santos (2008) continua nos informando que, em 1950, moravam em Salvador 322.486 pessoas com mais de 10 anos de idade. Entretanto, apenas 47% (150.247 pessoas) dessa parcela formava a população ativa, dentre as quais 37.309 (25%) são empregadas como domésticas, apontado por Santos (2008) como, na maior parte dos casos uma forma de subemprego, pois são admitidas com salários quase miseráveis, para obterem alimentação e alojamento (entre as pessoas da classe "serviços", em 1950 (44.686), apenas 7.379 o faziam em estabelecimentos oficialmente instalados. As demais eram domésticas).

Assim, 171.486 pessoas com mais de 10 anos de idade constituem, em 1950, a população não ativa, inclusive aquelas que não têm ocupação estatisticamente definida. Dentre essas, 25.769 são consideradas de condição inativa; 726 não estão compreendidas nos outros ramos ou são mal definidas e 145.717 têm atividades domésticas e não remuneradas ou estudantes.

Santos (2008) afirma que a expressiva quantidade de emigrantes rurais que invadiram a cidade não encontram emprego porque o setor secundário (indústria) era reduzido e o terciário quase inelástico (serviços e comércio de bens). Assim, acabou por se exercer uma grande pressão sobre os órgãos do governo, resultando na admissão de um crescente número de funcionários, muito superior a real necessidade da administração pública.

Fazendo uma síntese do desenvolvimento desigual do capitalismo industrial em Salvador, Santos (2008, P.55) afirma:

Enquanto o Brasil viveu uma fase simplesmente comercial, a capital do Estado da Bahia podia continuar, através de uma larga parte do país, a distribuição dos produtos recebidos pelo seu porto. Mas quando São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades se orientaram para a indústria, protegida aliás, por barreiras alfandegárias, o papel de redistribuição tornou-se insuficiente para guardar a Salvador a possibilidade de manter com sucesso as antigas correntes comerciais, principalmente porque seus meios de transporte eram deficientes e precisavam ser remodelados.

Como quadro comparativo, o autor traz que em 1954, enquanto a indústria de São Paulo representava uma produção de 100 bilhões de cruzeiros, empregando 440 mil operários, as cifras relativas a Salvador eram 2 bilhões e 400 milhões de cruzeiros e 15 mil operários.

Portanto, pode-se concluir de acordo com Santos (2008) que, como Salvador não conseguiu se industrializar, seu nível de vida também não cresce no ritmo desejável e o interior agrícola não encontra o investimento que precisava, por isso, ele empobrece cada vez mais e sua população emigra para a capital. Dessa forma, o nível de vida médio tende a baixar cada vez mais, fruto da pressão exercida pela grande parcela da população que não produz. Logo, a população urbana aumenta em percentagem alarmante. Isso, porém, conforme afirma Santos (2008), não se deve ao dinamismo próprio à cidade, mas, pelo contrário, à ausência de dinamismo e de ação sobre a sua zona de influência.

Desse modo, esta era a configuração da Bahia, mais especificamente Salvador, na década de 1940- 1950, quando surge o curso de Serviço Social no estado. Fundada por um grupo de católicos baianos, constituída como sociedade sem fins lucrativos, teve como idealizador e primeiro diretor o médico, jornalista e sociólogo Thales Olympio Góes de Azevedo, reconhecido intelectual baiano e católico atuante nas atividades da igreja, atuava como presidente do Departamento Arquidiocesano de Ação Social local.

De acordo com Costa (1986), Thales de Azevedo defendia que a Escola de Serviço Social da Bahia, criada em 1944, nasceu para resolver os inúmeros problemas sociais presentes no estado, demandando de agentes competentes para a execução de uma “assistência social organizada e eficiente, com bases científicas.” O posto ocupado por Thales de Azevedo na Igreja Católica expõe que assim como no eixo Sul e Sudeste do país, a escola de serviço social na Bahia também surge no bojo da religião católica.

De acordo com Costa (1986), antes de oferecer o curso de Serviço Social, a escola forneceu um curso de formação prévia, teórico-prático, no qual se inscreveram 60 pessoas, em sua maioria mulheres, oriundas das diversas instituições assistenciais presentes no estado, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Juizado de Menores, o Instituto Feminino, Instituto de Preservação e Reforma e o Sanatório Bahia. Dos inscritos, apenas 24 pessoas concluíram a carga horária teórica e prática, a qual, a parte prática consistia na visita a obras assistenciais na cidade.

Conforme aponta Costa (1986), o curso de formação prévia foi uma estratégia adotada pelos fundadores da escola para atrair possíveis alunos ao Curso Ordinário de Serviço Social. O curso de formação prévia contava com um enfoque higienista e foi ministrado por profissionais médicos e educadores atuantes em instituições assistenciais. Sob a liderança de

Thales de Azevedo, foram inicialmente ministradas aulas de Sociologia, Fisiologia, Direito, Higiene, Alimentação e Assistência à maternidade e à infância.

Costa (1986) nos informa que acompanhando as discussões de interesse do seu tempo, o currículo da escola de Serviço Social da Bahia enfatizava o indivíduo, a higiene e a salubridade do meio, um currículo semelhante às escolas presentes no Sudeste do país, com forte conteúdo doutrinário e católico. É perceptível também a influência higienista. A inauguração do curso ordinário só ocorreu no ano seguinte em que o curso de formação prévia foi concluído.

De acordo com Costa (1986), o curso de Serviço Social inicialmente tinha a duração de três anos, exigia que os candidatos inscritos tivessem idade mínima de 18 anos, bem como a seguinte documentação prévia: certificado de conclusão do curso secundário, idoneidade de registro civil, atestado de vacinação, aplicação em testes de saúde mental e aptidão, aprovação em exames vestibulares, além de entrevista a ser realizada na Escola. De acordo com Carrera et al (2021), a partir de informações presentes em documentos da escola, a filiação do candidato a religiões diversas e a partidos políticos era permitida desde que se respeitasse a orientação católica da Escola. No entanto, no primeiro regimento institucional, observa-se que o capítulo “Da orientação do Curso” afirma que “Os cursos da Escola serão de orientação espiritualista e católica.”

Costa (1986) menciona que uma das dificuldades encontradas pela escola foi a ausência de professores capacitados, pois não havia nenhum (a) assistente social no estado. Assim, o assistente social Tolstói de Paula Ferreira, oriundo de São Paulo e estava em Salvador a cargo da Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do Estado (DSP), assumiu a responsabilidade técnica do curso e a assistente social Maria Aparecida Chaib, que atuava no Serviço Social de Campinas, foi contratada com o apoio do Instituto Feminino da Bahia, a fim de exercer a supervisão do Curso. Nesse meio tempo, a escola de serviço social da Bahia enviou a professora baiana Marfisa Simões para São Paulo com o intuito de concluir o curso de Serviço Social e retornar habilitada para compor o quadro de professores. Com o seu retorno em 1946, já como assistente social, a escola prosseguiu com o fornecimento do curso regular de Serviço Social.

De acordo com Costa e Bastos (2021), a fundação da escola de Serviço Social da Bahia contou com o decisivo apoio da Escola de Serviço de São Paulo, sobretudo na figura

das professoras Helena Iracy Junqueira e Nadir Gouvêa Kfoury e do padre jesuíta Roberto Saboia de Medeiros. Em termos concretos, um grupo de assistentes sociais prestou consultoria nesses anos iniciais, especialmente a família Paula Ferreira. Os irmãos Ernani, Francisco e Tolstói de Paula Ferreira haviam estudado na Escola Normal da Praça da República no início da década de 1930 e se graduado em Serviço Social em 1939.

A sistematização realizada por Carrera et al (2021) através de Costa (1986) e do currículo da escola de Serviço Social, revelam as disciplinas vigentes no currículo da escola entre 1945 e 1965, com disciplinas oriundas de outras áreas do conhecimento, como: Sociologia, Ética Geral, Psicologia, Direito, Estatística, Economia, Cultura Religiosa e Sociologia Religiosa, Higiene e Medicina Social. Mostra-se também presente disciplinas mais específicas do Serviço Social, como: Introdução ao Serviço Social, Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo, Administração de Obras Sociais, Organização Social da Comunidade, Pesquisa Social, Ética Profissional e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso.

O currículo vigente demonstra a presença da influência religiosa e católica na formação profissional, assim como a interlocução com o serviço social norte-americano, como bem aponta Costa (1986), uma mistura entre humanismo cristão e o tecnicismo científico. Aguiar (1986), afirma que o início da formação profissional em Serviço Social no Brasil é dividido em fases, no primeiro momento, a formação se constrói sobre a base neotomista impressa pela Igreja Católica, com caráter doutrinário e moral, muito presente nos primeiros cursos da década de 1930 sob a influência franco-belga. De acordo com Pinto (1986), o neotomismo significa retomar as ideias de São Tomás de Aquino, o qual compreende a pessoa humana como ser perfeito em seu aspecto físico e espiritual, reconhecendo a sua sociabilidade e buscando uma sociedade que tenha como objetivo a união entre os homens e o bem comum. Nessa primeira fase, a atuação do Serviço Social restringe-se ao trabalho de casos individualizados.

Segundo Aguiar (1986), o aspecto técnico da formação profissional só passará a ser significativo com a influência norte-americana, a qual se inicia na década entre 1940-1950. Como já apontado, o Serviço Social está inserido no contexto sócio-histórico, portanto, pode-se compreender que a influência norte-americana se torna mais presente na década de 1940 devido a Segunda Guerra Mundial, a qual, levou a uma situação de supremacia dos Estados Unidos em relação aos países europeus. Aguiar (1986) nos informa que os Estados Unidos da

América demonstram um interesse especial pelos países da América Latina, além do relacionamento econômico e político, o intercâmbio cultural entre o Brasil e Estados Unidos possibilitou a presença americana no Serviço Social brasileiro, o qual se tornou mais concreto a partir das bolsas de estudo oferecidas às assistentes sociais brasileiras entre 1941 e 1957.

De acordo com Pinto (1986), a partir do ano de 1945, o Serviço Social brasileiro incorpora com toda força o chamado modelo funcional com as teorias: *social case work* (serviço social de caso), *social groupwork* (serviço social de grupo) e *community organization process* (desenvolvimento e organização de comunidade). Nos termos de Pinto (1986), o Serviço Social de Casos tem como finalidade ajudar no desenvolvimento pessoal e social do indivíduo, buscando o seu “ajustamento à sociedade”. Já O Serviço Social de Grupo, procura auxiliar os indivíduos no aumento do seu “funcionamento social” através das experiências de grupo e a enfrentarem seus problemas pessoais, de grupo e de comunidade. Por fim, o Serviço Social de Comunidade visa conscientizar, politizar e capacitar uma comunidade para o seu desenvolvimento econômico, social, cultural, psicológico e sua ação cooperativa.

Contudo, conforme discute Iamamoto e Carvalho (2014), não existe uma separação clara e evidente entre essas fases, como se a partir de 1940 a influência católica deixasse de se fazer presente, pelo contrário, existe uma mescla entre as diferentes concepções, formando o que os autores denominam, a partir de 1988, como “arranjo teórico doutrinário”.

Assim, considerando que a escola de serviço social baiana surge em 1944, compreende-se que ela já nasce rodeada por essas influências distintas, as quais se fazem presente no currículo, ao conter, por exemplo “cultura religiosa e sociologia religiosa” ao mesmo tempo que conta com “serviço social de casos, serviço social de grupos e organização social da comunidade”.

Segundo Costa (1986), a escola de serviço social baiana procurou realizar parcerias locais com órgãos públicos das três esferas. Um exemplo dessas parcerias foi o curso realizado em 1946, patrocinado pelo Departamento Nacional de Assistência Social, que habilitou alguns dos funcionários das instituições vinculadas à previdência em Salvador, como as Caixas de Aposentadorias e Pensões dos Serviços Públicos e dos Ferroviários da Bahia e Sergipe, assim como o Instituto de Marítimos, Comerciários e Industriários. Ao final

dessa capacitação, foram estabelecidas as primeiras parcerias interinstitucionais que promoveram bolsas de estudos para os alunos de melhor aproveitamento.

Costa (1986) recupera que a criação de convênios e parcerias com instituições foi uma solução encontrada na época para garantir a permanência de alunos e assegurar os recursos necessários para o funcionamento da escola, pois, nos seus anos iniciais, a escola se manteve através da doação de benfeitores, o que firmou o seu status de entidade civil sem fins lucrativos. Entre os anos de 1945 e 1948, vigoraram as primeiras bolsas de estudo patrocinadas pela LBA, pelo Departamento Regional de Serviço Social e pelo Departamento Nacional de Previdência Social.

A escola manteve outros cursos de pequena duração não apenas para arrecadar recursos como também para difusão da moral e valores católicos defendidos, como o Curso para Noivas, incentivado pela Juventude Feminina Católica, e um Curso voltado para as religiosas que, mantido pelo Departamento Arquidiocesano da Ação Social, visava preparar as alunas para o trabalho nos hospitais e nas instituições assistenciais destinadas às crianças.

A escola também mantinha relações com as entidades representativas da profissão, conforme aponta Costa (1986), tanto em nível local como nacional, sendo filiada à Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABES), a União Católica Internacional de Serviço Social em Bruxelas (UCISS) e a nível local filiou-se à Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), seção Bahia. A autora também resgata que a escola mantinha relações com a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA).

De acordo com Costa (1986), em 1954 se torna necessário encaminhar ao Ministério da Educação (MEC) o pedido de reconhecimento federal do curso na Bahia devido ao artigo 9º da Lei 1.889 de 1953, a qual dispõe sobre os objetivos do ensino do Serviço Social, sua estruturação e demais prerrogativas. Thales de Azevedo, o diretor da escola no período, apontou também a necessidade de eleger uma nova diretoria para a escola, pois o cargo de diretor das escolas era privativo de assistentes sociais, conforme apontava o Decreto 35.311 de 1954 e assim foi instituído a nova diretoria, tendo as professoras Marfisa Araújo como Diretora e Edna SabackCohin como vice-diretora. Em 1956, sob o decreto nº 39.827, a Escola de Serviço Social da Bahia foi reconhecida como estabelecimento de ensino superior.

Costa (1986) debate como a sociedade baiana recebeu a escola. O curso de Serviço Social, já trazia em sua proposta uma nova forma de abordar a assistência, que impactou a sociedade baiana e contribuiu para retardar a sua aceitação. O Serviço Social procurou intervir na comunidade, influir na mudança de mentalidade e na maneira de conceber a assistência. Houve uma reação por parte das famílias baianas devido a aproximação da profissão com a pobreza, além de ter o corpo estudantil majoritariamente feminino, fugindo do papel social designado a mulher baiana. A comunidade estudantil dos demais cursos também tinha dificuldades de compreender a graduação em Serviço Social, entendendo como “escola de freiras” e inclusive o Diretório Acadêmico do curso, São Tomás de Aquino, teve dificuldades para se vincular à União Nacional dos Estudantes (UNE) na época.

Segundo Costa (1987), na década de 1950, o corpo docente da escola permanece fiel à proposta da ação católica, as discentes, ainda que em menor número, já questionavam e lutavam por mudanças na orientação da escola. Uma das primeiras lutas foi pela integração do diretório acadêmico do curso à UNE, enfrentando grande resistência por parte dos integrantes mais radicais do movimento, por compreender que a filosofia católica do curso, se afastava da filosofia da UNE, porém, após longos embates, conseguiu a integração. Outro fator importante foi a mudança de orientação da Ação Católica/ JUC (Juventude Universitária Católica), a qual instrumentalizou as alunas para refletir criticamente sobre a necessidade de mudança de orientação da escola, o que contribuiu para fortalecer os questionamentos sobre o aspecto teórico e metodológico da profissão que eclodiu nos anos 1960.

Ressalta-se que os questionamentos de 1960 esteve presente no Serviço Social em todo o país, para compreender esse processo, é necessário recapitular o que foi exposto acima, sobre a presença marcante da influência norte-americana no serviço social brasileiro entre 1940-1950 e os métodos do serviço social de caso, grupo e comunidade, contribuindo para o caráter mais técnico da profissão. Entretanto, conforme analisa Pinto (1986), as necessidades sociais do Brasil demandam a busca de técnicas próprias do Serviço Social para a realidade de um país subdesenvolvido e as técnicas norte-americanas se afastavam dessa realidade. As classes dominantes brasileiras, incentivadas pelo nacional-desenvolvimentismo, exigia uma resposta do Serviço Social para que as populações empobrecidas pudessem se integrar à sociedade e contribuir para o desenvolvimento do país.

Pinto (1986) destaca que a ideologia desenvolvimentista defende o crescimento econômico acelerado, continuado e autossustentado, contudo, para isso, é necessário superar o

estágio transitório do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, que seria o ponto central a atacar para tirar o Brasil da posição marginal em relação ao capitalismo mundial. As razões para o subdesenvolvimento apontadas por Pinto (1986) seria o modelo agroexportador da economia e o fraco desenvolvimento industrial do país, por isso a industrialização de base era a meta, como forma de garantir a libertação econômica e a própria continuidade da expansão. Assim, os resultados do progresso econômico abraçariam todos os setores da sociedade, logo, o desenvolvimentismo levaria ao fim da miséria e prezava pela dignidade do homem brasileiro. A partir de Juscelino Kubistchek, a ideologia desenvolvimentista ganha evidência na sociedade brasileira.

De acordo com Skidmore (1982), durante a década de 1950, o Brasil se aproxima da teoria desenvolvimentista nacionalista. O desenvolvimentismo nacionalista estava em fase de formulação durante a década de 1950 e recebeu uma definição mais precisa pelas pesquisas e publicações da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), iniciadas em 1949. Seus defensores acreditavam na economia mista, na qual o setor privado recebe novos investimentos, na proporção de um determinado número de prioridades de investimento e ao mesmo tempo o Estado interveria mais diretamente, através de empresas estatais e empresas de economia mista, com o intuito de romper os pontos de estrangulamento e assegurar o investimento nas áreas que não atraíssem o investimento do setor privado. Os desenvolvimentistas reconheciam que o capital privado estrangeiro poderia desempenhar um papel importante, mas só deveria ser aceito sob regulamentação das autoridades brasileiras. Por isso, possuíam o nacionalismo como um dos seus princípios.

Apesar da aproximação com o desenvolvimentismo no Brasil iniciar-se na década de 1950, é no governo janista, em 1961, que o Serviço Social ganha notoriedade pelo próprio presidente para a implantação do desenvolvimentismo. No II Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado em 1961, o próprio Jânio Quadros deixa claro o espaço que cabe ao Serviço Social:

O processo de desenvolvimento a que almejamos enseja a participação do homem na solução de seus problemas, tornando-o agente de seu próprio bem estar. É por aí que o Serviço Social se transforma num instrumento da democracia, ao permitir a verdadeira integração do povo em todas as decisões da comunidade (CBCISS- Anais do II CBCISS, 1961).

Assim, Pinto (1986) aponta que no começo da década de 1960, o Serviço Social passa a ser influenciado pela ideologia desenvolvimentista, no que diz respeito aos seus aspectos

teórico- metodológicos. De acordo com Yazbek (2009), esse contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais, geram questionamentos ao Serviço Social tradicional desde a década de 1950, mas se intensificam e ganham notoriedade na década de 1960. O Serviço Social no Brasil nessa década e as suas particularidades na Bahia serão discutidos no capítulo seguinte.

## **2. Panorama do Brasil na década de 1960 e o Serviço Social**

A partir da década de 1960 nota-se mudanças na profissão. De acordo com Pinto (1986), pode-se observar o crescimento do Serviço Social no Brasil, tanto no número de cursos de graduação ofertados como na consolidação do mercado de trabalho profissional. As condições para o florescimento da profissão são propiciadas pelo crescimento econômico e pelo desenvolvimentismo como ideologia dominante. A influência deste, em toda a América Latina, torna a atuação profissional mais tecnicista, com a pretensão de assumir neutralidade e, assim, distante da comunidade. Contudo, todos os acontecimentos políticos e sociais da década de 1960 contribuem para a efervescência do debate dentro do Serviço Social em toda a América Latina sobre a necessidade de adotar métodos e técnicas que mais se aproximassem da nossa realidade, a qual se mostrava muito distinta da realidade norte-americana e a tentativa de romper com o conservadorismo do Serviço Social tradicional. Para compreender esse processo, é fundamental recuperar o panorama econômico, político e social do Brasil nesse período, o qual influencia diretamente os acontecimentos no âmbito da profissão.

De acordo com Skidmore (1982), em 1961, tomou posse o presidente, democraticamente eleito, Jânio Quadros do partido União Democrática Nacional (UDN) contando com João Goulart do Partido do Trabalhador Brasileiro (PTB) como seu vice. Durante seu discurso de posse, Jânio Quadros direcionou críticas a ineficiência governamental e a crise financeira causada pela inflação e dívidas externas. Logo, Quadros anunciou como proposta de governo um programa antiinflacionário e reforma do sistema cambial, de acordo com as formulações de Skidmore (1982), essa reforma ocasionou como consequência a redução de subsídios para importar matérias primas fundamentais como o trigo e gasolina, gerando o aumento do preço do pão assim como das passagens de ônibus e demais transportes. O presidente prometeu reduzir o déficit governamental e fez novos investimentos no setor exportador com o intuito de superar os problemas crônicos das exportações brasileiras. Essas reformas geraram a aprovação no Fundo Monetário Internacional (FMI)

para possibilidade de renegociação da dívida externa, o que deu início as restrições financeiras dolorosas a fim de estabelecer, mais tarde, as bases de um novo desenvolvimento.

Conforme Skidmore (1982), outra principal característica da política interna de Quadros era o ataque à corrupção e à ineficiência da administração pública. O programa contra a corrupção e anti-inflacionário contribuiu para a eleição de Quadros em 1961, contudo, não favoreceu a simpatia dos grupos sociais ao seu favor, principalmente, entre a classe trabalhadora, que sofreu duramente com as restrições financeiras. Além disso, Quadros não se relacionava bem com o congresso, em especial com a liderança do seu próprio partido (UDN), Carlos Lacerda. Quanto a sua política externa, o presidente levou o Brasil a uma “política externa independente”. Quadros visitou países nunca visitados anteriormente por presidentes brasileiros e manifestou opinião contrária ao bloqueio norte-americano à Cuba após a sua revolução. Skidmore (1982) relata que o presidente esperava fazer negociações com as três grandes potências: Estados Unidos, Europa Ocidental e o bloco da União Soviética. No entanto, o clima de “guerra fria” tornava essa estratégia arriscada.

Skidmore (1982) afirma que, em julho de 1961, se iniciam os ataques a Quadros, liderado por Carlos Lacerda devido à falta de controle da UDN sobre o presidente. Lacerda utilizou a política externa de Quadros para seu descrédito frente aos setores conservadores entre os militares e a sociedade civil, o associando à política nacionalista, contrária à UDN e, geralmente, associada aos políticos de esquerda. Assim, em meio ao clima de crise política, no dia 25 de agosto, Quadros apresentou a sua carta de renúncia ao Congresso. De acordo com a Constituição de 1946, em casos de vacância da presidência, o vice-presidente deveria substituir. No entanto, a constituição também afirmava que em casos de ausência do vice-presidente, o presidente da Câmara dos Deputados seria o próximo. No momento da renúncia de Quadros, João Goulart, seu vice, se encontrava em uma missão diplomática na China, contribuindo ainda mais para a sua associação ao comunismo. Assim, o presidente da câmara, Reniere Mazzilli, assumiu a presidência provisória do Brasil.

A possível ascensão de João Goulart, popularmente conhecido como Jango, ao poder, gerou grande temor, pois, a classe dominante, os militares conservadores e setores da classe média do país acreditavam que Jango era comunista. De acordo com Santana (2009), os motivos pelos quais Jango foi associado ao comunismo se deu pela sua liderança política no PTB, partido de esquerda. Além disso, entre os anos de 1953 e 1954, ele havia sido Ministro do Trabalho durante o governo Vargas e aproximou o Ministério do Trabalho dos próprios

trabalhadores; promoveu a denúncia contra as infrações; formulou a possibilidade de extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo e chegou a mencionar a Reforma Agrária, para o descontentamento de grandes latifundiários.

Assim, Skidmore (1982) afirma que, após a destituição de Quadros, surgiu o conflito entre os militares que se opunham à posse de Jango e os que apoiavam a legalidade. O Congresso negou-se a vetar a posse de Jango, em vez disso, recomendou a criação de um sistema parlamentar, adotado no dia 2 de setembro de 1961 e, assim, no dia 7 de setembro, Jango assumiu a presidência sob o regime parlamentar, como uma forma de limitar os seus poderes.

De acordo com Tavares (2019), no contexto de renúncia de Quadros e em seguida a posse de Jango, o governador da Bahia, Juracy Magalhães, foi contrário ao veto dos ministros militares para a instituição do parlamentarismo e defendeu a posse de Jango. Goulart ao tomar posse assumiu o compromisso de iniciar as reformas de base no país, assumindo as pautas impostas pela classe trabalhadora, além de incentivar as políticas de desenvolvimento regional. De acordo com Skidmore (1982), a partir de 1962 inicia-se, tanto no centro como na esquerda, um amplo apoio em favor do retorno ao sistema presidencial, quase todos acreditavam que o Brasil precisava de um poder executivo forte. Nesse mesmo ano, o governo federal criou a Comissão Executiva de Plano de Recuperação Econômica Rural da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, órgão de pesquisa, desenvolvimento e financiamento da produção do cacau, que conseguiu elevar a produtividade do cacau na Bahia.

Conforme afirma Skidmore (1982), no dia 6 de janeiro de 1963, o povo brasileiro em um plebiscito votou contra o sistema parlamentar e a favor da volta do sistema presidencial. Assim, em 1963, Jango obteve plenos poderes como presidente. No entanto, durou apenas 5 meses, ao ser interrompido pelo golpe civil-militar de 1964.

Skidmore (1982) observa que Jango dava grande ênfase à necessidade de reformas de base (educacionais, agrárias, administrativas etc.), sem acalmar as crescentes suspeitas da sua aproximação ao comunismo. Foram incluídos importantes nomes da esquerda no governo de Jango, como Celso Furtado, ministro do planejamento econômico, responsável por dirigir a SUDENE e por um planejamento de ataque à inflação que também possibilitasse o crescimento econômico. Enquanto Jango se empenharia nas reformas de base.

Assim, de acordo com Skidmore (1982), dois fatos importantes contribuem para a crise política vivenciada por Jango, primeiro a postura de seu ministro das Relações Exteriores, San Tiago, na compra das concessionárias estrangeiras de serviços públicos, buscando nacionalizar as empresas privatizadas, gerando grandes descontentamentos entre setores da direita, sobretudo os de tendências neoliberais. O segundo evento foi a proposta de reforma agrária, apresentada em forma de lei para o Congresso. O projeto foi atacado pela Ação Democrática Parlamentar, aliança interpartidária da ala da direita da UDN e PSD. O assunto invadiu debates no seio da Igreja Católica, com opiniões de apoio e opiniões de grande oposição. Enquanto isso, o setor rural, abandonado desde 1930, começou a se mobilizar nas Ligas Camponesas e ocupação de terras.

Esse conjunto de fatos acima citados contribuiu para a crise política de Jango. De acordo com Santana (2009), com menos de um ano da renúncia de Quadros, setores conservadores da sociedade civil, como a Igreja Católica, mulheres da classe média e da classe média alta, latifundiários e os próprios militares iniciaram uma campanha de desestabilização do governo de Jango, através de notícias falsas em veículos de comunicação sobre o perigo do comunismo e passeatas em praças públicas, para citar alguns exemplos. Destaca-se a atuação das mulheres nessa campanha, sobretudo nos estados de Minas Gerais, Guanabara, São Paulo e Rio de Janeiro.

Destarte, de 31 de março a 2 de abril de 1964, se formula o golpe civil- militar no Brasil e tem fim o governo de Goulart. De acordo com Aguiar (1985), os militares de “linha dura” desejavam se manter no poder e não devolvê-lo aos civis, pois alegavam incapacidade destes de dirigir a nação. Depois do golpe, os civis que deram seu apoio foram colocados em segundo plano e a esquerda desmoronou. Contudo, o congresso não declarou o impedimento de Goulart em seguir na presidência, assim, os militares perceberam o posicionamento do Congresso e decretaram o Ato Institucional nº 1, o qual concede maiores poderes ao Executivo além de determinarem as eleições indiretas para presidente e vice-presidente. No dia 11 de abril de 1964, Castelo Branco é eleito e o congresso elege José Maria Alkimim como vice-presidente e assim inicia-se oficialmente a ditadura militar no Brasil, que durou 21 anos (1964-1985).

Netto (2015) aponta que a Ditadura Militar se inscreveu no mosaico internacional em uma sucessão de golpes de Estado na América Latina, sob a hegemonia norte-americana que patrocinou esse processo, o qual tinha como finalidade: adequar os padrões de

desenvolvimento nacionais ao novo quadro econômico do capital, marcado por uma grande internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos que promoviam resistência ao capitalismo; e eliminar todas as possíveis tendências de revolução e de socialismo.

Netto (2015) pontua que a ditadura brasileira se configura como um processo, denominado como o ciclo da **autocracia burguesa**. Esse ciclo é constituído por três momentos: de abril de 1964 a dezembro de 1968 (governo Castelo Branco e parte do governo Costa e Silva), de dezembro de 1968 a 1974 (parte do governo Costa e Silva e todo o governo Médici) e o período Geisel (1974-1979).

O primeiro momento (1964-1968) foi marcado pela tentativa fracassada da ditadura em legitimar-se politicamente e articular uma ampla base de apoio, entretanto, aos poucos, os apoiadores que firmaram, nos termos de Netto (2015), o pacto contrarrevolucionário, se desfazem e a oposição à ditadura (formada principalmente pelo movimento operário e pelo movimento estudantil) ganhou força. Como resposta, a fim de impedir a derrocada da Ditadura Militar, é instituído o AI-5<sup>4</sup>, o qual “[...] abre o genuíno momento da autocracia burguesa” (NETTO, 2015, p. 57).

Netto (2015) afirma que a ditadura, até então, tinha se configurado como uma ditadura reacionária, que ainda conservava um discurso de alusão à democracia, e que a partir do segundo momento (1968-1974), através do AI 5, se transforma em um regime político de cunho fascista<sup>5</sup>. É nesse momento do ciclo autocrático burguês que a ditadura ajusta estruturalmente o Estado para a funcionalidade econômica e política do projeto “modernizador”: integrar o aparato dos monopólios ao aparato estatal.

O ano de 1974 marca o início do declínio da Ditadura Militar, instaurando o terceiro momento definido por Netto (2015) - 1974 até 1979—caracterizado pelo aprofundamento da

---

<sup>4</sup>Ato Institucional número 5: Foi proclamado em 13 de dezembro de 1968, considerado como o Ato Institucional mais duro da Ditadura Militar no Brasil. Legitimou a suspensão do direito de votar, proibição de atividade ou manifestações de cunho político, suspensão da garantia de habeas corpus em caso de crimes políticos, liberdade vigiada e proibição de frequentar determinados lugares. (Informações colhidas no site do Planalto).

<sup>5</sup>O fascismo tem uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo monopolista, é um movimento político conservador que se disfarça sob uma máscara modernizadora guiada pelo pragmatismo radical. É um movimento antiliberal, antidemocrático, antissocialista e antioperário. Está fincada no cenário de fusão do capital bancário com o capital industrial = capitalismo financeiro. (KONDER, 2009).

crise do “milagre econômico”<sup>6</sup> e pela crise da autocracia burguesa, a qual foi afetada pelo colapso econômico e pela força da ação do movimento operário e popular, assim a autocracia burguesa “[...] é obrigada a combinar concessões e gestos para a negociação com medidas repressivas.” (NETTO, 2015, p.63).

O intervalo de tempo em que se desenvolve a vigência da autocracia burguesa no Brasil demarca também acontecimentos importantes para o Serviço Social no país.

Sem correr o risco do exagero, pode-se afirmar que esse período circunscreve um estágio do processo da profissão cujas incidências para o seu desenvolvimento – imediato e mediato – possuem uma ponderação desconhecida em momentos anteriores (salvo, talvez, aquele que assinala, na transição dos anos 1930 aos 1940, a emergência do Serviço Social entre nós.) (NETTO, 2015, p. 153).

Netto (2015) demarca que, em 1965, inicia-se no Serviço Social o Movimento de Reconceituação na América Latina, que visou modificar as ideias e rumos tomados pela profissão até aquele momento, ao mesmo tempo em que a América Latina enfrentava duras Ditaduras Militares. No caso brasileiro, o processo de mudanças foi identificado por Netto (2015) como um movimento de renovação, considerando-se as três tendências ou direções ideopolíticas teórico-metodológicas identificadas pelo autor: a **perspectiva modernizadora**, a **reatualização do conservadorismo** e a **intenção de ruptura**.

A **perspectiva modernizadora** constituiu-se na primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil. Emergente desde o encontro de Porto Alegre, em 1965, encontra sua formulação nos resultados do primeiro “Seminário de teorização do Serviço Social”, promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) em Araxá (MG), realizado em março de 1967 e, também, nos trabalhos do segundo evento, também patrocinado pelo CBCISS, em janeiro de 1970, em Teresópolis (RJ).

Os textos finais desses dois encontros – O Documento de Araxá e o Documento de Teresópolis – possuem, como veremos em seguida, características e ênfases diferenciadas, mas podem perfeitamente ser tomados como a consolidação modelar da tentativa de adequar as (auto) representações profissionais do Serviço Social às tendências sociopolíticas que a ditadura tornou dominantes e que não se punham como objeto de questionamento substantivo pelos protagonistas que concorreram na sua elaboração. (NETTO, 2015, p. 213)

---

<sup>6</sup>Durante o período 1968-1973, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa de cerca de 11,1%, enquanto no período 1964-1967 o crescimento havia sido de 4,2%. Uma característica notável do “milagre” é que, simultaneamente a taxas muito elevadas de crescimento econômico, o período 1968-1973 caracterizou-se por taxas de inflação declinantes e relativamente baixas para os padrões brasileiros e por superávits no balanço de pagamentos. (VELOSO, VILLELA, GIAMBIAGI, 2008, PG. 224). Existem vários debates acadêmicos acerca desse processo que não convém nos debruçarmos nesse momento.

Portanto, a perspectiva modernizadora não buscou romper com o conservadorismo intrínseco à profissão, pelo contrário, buscou sincronizar a (auto) representação profissional ao projeto da “modernização conservadora” proposta pelo Estado ditatorial. A perspectiva modernizadora continua a invocar as teorias e metodologias positivistas e funcionalistas à profissão, com ideia de “enquadramento” dos indivíduos à realidade brasileira que estava sendo posta.

Os seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984) marcam a segunda direção da renovação do Serviço Social brasileiros denominada por Netto (2015) como a **reatualização do conservadorismo**, que se manifesta no interior da complexa dialética de ruptura e de continuidade com o passado profissional, sem o prejuízo dos elementos renovadores que apresenta. Entende-se que o processo de Reatualização do Conservadorismo busca aperfeiçoar as antigas práticas profissionais de acordo com as novas exigências do perfil profissional na ocasião. Contudo, a reatualização do conservadorismo defende a perspectiva fenomenológica, marcada por uma ideia da intervenção "psicossocial", que seria respaldada pela "compreensão da subjetividade dos indivíduos". Destarte, essa tendência acaba por fomentar críticas à perspectiva modernizadora, recusando o "pensamento causal" e a ideia de neutralidade por exemplo, defende o "processo de ajuda psicossocial", o que a define como uma tendência reativa aos próprios princípios conservadores que já estavam evidenciados, apesar de também manter um cunho conservador.

O terceiro movimento, denominado por Netto (2015) como **intenção de ruptura**, emergiu no bojo da estrutura universitária brasileira na primeira metade dos anos 1970, e tem por cenário principal a Universidade Católica de Minas Gerais. Essa perspectiva permanecerá inteiramente marginal até a década seguinte, anos 1970, quando ganha repercussão para além da universidade e começa a ser discutido pela categoria profissional.

A intenção de ruptura buscava romper totalmente com os valores conservadores do Serviço Social Tradicional, propunha um rompimento com seus procedimentos teóricos, metodológicos e ideológicos. Recorre principalmente ao pensamento marxista, e assim tem caráter contrário à autocracia burguesa. Inicialmente, no Brasil, buscava-se a aproximação com a teoria marxista através da leitura de estudiosos que debatiam o marxismo, mas não buscavam diretamente a fonte (obras de Marx), o que acabou por gerar, conforme Netto (2015), um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio-

históricas da profissão. É com a obra de Iamamoto e Carvalho (2014) no início dos anos 1980 que a teoria social de Marx inicia sua efetiva articulação com a profissão.

Scheffer e outras autoras (2021) promovem uma análise comparativa da vertente por elas denominada de **reformismo reconceituador** com as demais tendências renovadoras de Netto (2015) já descritas acima. De acordo com as autoras, no bojo da erosão do Serviço Social tradicional, no contexto anterior a 1964, eclodiu no Serviço Social de Porto Alegre duas tendências progressivas no âmbito do Desenvolvimento de Comunidade. Essas tendências geraram a constituição de uma vertente renovadora no bojo da Ditadura Militar, o **reformismo reconceituador**, o qual emergiu no I Seminário Latino-americano em 1965, realizado em Porto Alegre, em articulação com o Movimento de Reconceituação.

Scheffer et al (2021) sustenta que os achados da pesquisa identificaram o que por ela foi nomeado de **dereformismo reconceituador** como a primeira vertente de renovação do Serviço Social brasileiro, pois, articula o debate da unidade do Serviço Social latino-americano, sendo, portanto, anterior à Modernização Conservadora, ao menos explicitada pela primeira vez no Seminário de Araxá, em 1967. Estas descobertas e análise, produtos de novas investigações sobre a história do Serviço Social no Brasil, que incluem outras regiões do Brasil estão exigindo a revisão das conclusões estabelecidas até então, a exemplo das observações realizadas por Netto (2015). O reformismo reconceituador está em sintonia com a discussão sobre o papel da profissão na superação do subdesenvolvimento do país, tendo como bases políticas, conforme expressa Scheffer e demais autoras (2021), o trabalhismo nacionalista de Leonel Brizola e as experiências educativas da Ação Popular (AP). Assim, essa tendência buscou vincular a profissão com as demandas em alta naquele momento na América Latina, como o desenvolvimento- subdesenvolvimento, promovendo o diálogo com as reivindicações das classes populares.

Enquanto, conforme abordam as autoras citadas acima, a vertente da modernização conservadora buscou adequar o Serviço Social às demandas do Estado ditatorial, possuindo marcas tecnocráticas e destacando o caráter racional- moderno, com ênfase no planejamento, o reformismo reconceituador se expressava a partir da defesa da unidade do Serviço Social latino-americano, numa perspectiva anti-imperialista e nacionalista. Essa tendência defendia a ampliação da função do Estado na promoção de melhorias econômicas e sociais, através do estímulo à participação popular no planejamento e na gestão estatal, com destaque no debate das reformas sociais que marcaram as lutas pré-1964.

A tendência gaúcha, reformismo reconceituador, participou da reconceituação através da realização de seminários, das articulações entre escolas e entidades do Serviço Social latino-americanas, contando com a liderança de Seno Cornely. Já a modernização conservadora teve grande destaque no cenário nacional a partir do impulso do CBCISS e da atuação de Lucena Dantas. Ressalta-se que tanto a modernização conservadora quanto o reformismo reconceituador possuíam um traço modernizador em relação ao exercício profissional, no planejamento e na gestão das políticas sociais, o reformismo se diferencia, contudo, por defender o compromisso com a participação democrática e popular no âmbito do planejamento e da gestão estatal. (SCHEFFER et al, 2021).

Realizando a comparação entre o reformismo reconceituador e a reatualização do conservadorismo, Scheffer et al (2021), aponta que ambas as vertentes foram influenciadas por Mounier e Paulo Freire, apresentando divergências na compreensão teórico- metodológica e o contexto histórico diferente no diálogo com esses autores, pois, a escola gaúcha recebe essas influências no final da década de 1950, enquanto a reatualização conservadora emerge, com maior destaque, no fim dos anos 1970. No reformismo reconceituador, o debate de Mounier e Paulo Freire contribui para a politização da profissão, já a reatualização do conservadorismo se apropria dessas ideias como uma reação ao avanço da Teologia da Libertação e ao marxismo na profissão.

Parafrazeando Scheffer e demais autoras (2021, p. 110), para Netto, a emersão da vertente da reatualização do conservadorismo representou *uma forma de travar a erosão do ranço integralista católico, o qual se encontrava fragilizado pelas ideias progressistas da Teologia da Libertação*. Scheffer et al (2021) resgata que Almeida e Pavão, lideranças da vertente da reatualização do conservadorismo, utilizaram-se de formulações de Mounier e de Freire com base na fenomenologia para a construção do Método da Situação Existencial Problematizadora (SEP). Esse “método”<sup>7</sup>, nas palavras das autoras, “[...] se traduziu numa proposta metodológica genérica de ajuda psicossocial, pautada nas concepções de diálogo, pessoa e transformação [...]” (p.112), objetivando gerar reflexões capazes de promover a transformação social. Enquanto que, a interlocução com Mounier na escola gaúcha ocorre durante o processo de renovação do pensamento católico, em seus vínculos com a Ação Popular, com impactos na formação profissional,

---

<sup>7</sup>A relativização imprimida pelo uso de aspas encontra-se no texto de Scheffer ( et al, 2021, p. 110) e optamos por manter remetendo à necessidade de compreender as particularidades de seus significados no caso.

Scheffer e as demais autoras(2021) concordam com Netto (2015) ao formularem que a reatualização conservadora expressa um humanismo cristão abstrato sustentado numa visão de diálogo e amor tratados de forma *desistoricizada e transclassista*, despolitizando inclusive o pensamento de Paulo Freire, o qual reconhece que, na história concreta da sociedade capitalista vivencia-se um processo de desumanização das relações sociais e, por isso, critica as formulações subjetivistas que negam a dialética entre subjetividade e objetividade. No contexto pós AI-5 (1968), o reformismo reconceituador se afasta dos referenciais freirianos, o que se expressa na obra de autores dessa vertente no período. Logo, de acordo com Scheffer et al (2021), nos anos de chumbo, o reformismo reconceituador sofreu um processo de isolamento, fruto do contexto repressivo e de intensa influência norte-americana junto à modernização conservadora.

Assim, tanto a reatualização do conservadorismo como o reformismo reconceituador foram influenciados pelo pensamento de Mounier e Freire, mas seus caminhos foram distintos, pois, na escola gaúcha, a influência desses autores impulsionou a politização do exercício profissional, enquanto na reatualização do conservadorismo, representou a retomada do humanismo abstrato e individualização dos sujeitos no âmbito técnico operativo do Serviço Social.

Por fim, estabelecendo a comparação entre o reformismo reconceituador e a intenção de ruptura, Scheffer e as demais autoras (2021) afirmam que essas vertentes, embora possuam marcos temporais diferentes e divergências teóricas e políticas, têm como traço comum a participação de seus intelectuais na articulação latino-americana e estabelecem importantes conexões com o pensamento da esquerda católica. Ambas se destacam pela presença nos seminários da Reconceituação e pela inserção em entidades profissionais, pelas críticas ao Serviço Social conservador e a defesa de uma profissão vinculada com as lutas sociais e o projeto de uma América Latina livre do imperialismo.

Entretanto, de acordo com Scheffer e as demais autoras (2021), a divergência entre as duas vertentes gira em torno de sua orientação teórica e política, já que a intenção de ruptura estava consolidada no ideário marxista anticapitalista, na defesa de um projeto societário de superação da ordem burguesa, com uma ideia de profissão ligada ativamente às lutas sociais, com destaque para o papel do (a) assistente social como agente de transformação. Já o reformismo reconceituador se formou a partir de um ecletismo ideológico e político entre correntes trabalhistas e socialistas, que não necessariamente defendiam a superação da ordem

burguesa e a construção de outro projeto societário, mas sim, a crença na possibilidade de uma ordem capitalista mais humanitária e igualitária, compreendendo o(a) assistente social como agente de mudança.

A partir da discussão acima realizada sobre a década de 1960 no Brasil e o desenvolvimento do Serviço Social nesse período, é possível compreender o cenário regional baiano, o qual está totalmente articulado ao cenário nacional, assim como os impactos sobre a formação profissional em Serviço Social no estado. O tópico seguinte buscará promover, de forma objetiva, um panorama da Bahia e do Serviço Social baiano imersos nesse contexto geral e suas particularidades.

### **2.1 A Bahia na década de 1960 e o curso de Serviço Social**

Concomitante aos fatos descritos no tópico acima sobre a década de 1960 e a Ditadura Militar, o estado da Bahia insere-se nesse processo com suas devidas particularidades.

Em 1963 toma posse, como governador do estado da Bahia, Antônio Lomanto Júnior. Durante o primeiro ano de seu governo, de acordo com Santana (2009), setores conservadores da Igreja Católica, com a presença de inúmeras senhoras soteropolitanas, organizaram suas primeiras ações para desestabilizar Jango. Entretanto, apesar da existência de várias organizações de mulheres dos setores médios na Bahia, em sua grande maioria de caráter filantrópico ou emancipacionista como a Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, criada em 1931 em prol dos direitos civis e políticos das mulheres, não se observa uma articulação institucionalizada com o movimento nacional no período anterior ao golpe de 1964.

Santana (2009) afirma que após 1964, as mulheres baianas da classe média começaram a se mobilizar. Foi formada uma Comissão Organizadora da Marcha, que ocorreu no dia 15 de abril de 1964, às 14 horas na Praça da Sé até o Campo Grande, como agradecimento às Forças Armadas pela libertação do comunismo. A marcha contou com o apoio da prefeitura municipal, do governo do estado e diversos setores, chegou a contar com 400 mil pessoas. Tavares (2019) afirma que em 1964, no primeiro momento, o governador Lomanto Júnior preparou um manifesto de solidariedade à Jango, mas não chegou a publicar. Com o início da ditadura militar, em abril de 1964, instalou-se a repressão e os quartéis se encheram de presos, a 6 Região Militar solicitou um navio da Companhia de Navegação Baiana e o transformou em prisão. Dezenas de professores, intelectuais, jornalistas, dentre outros foram presos como supostos comunistas e subversivos.

Tavares (2019) nos informa que o mandato de Lomanto Júnior ficou ameaçado, mas foi mantido por negociações com os militares, coordenadas pelo arcebispo primaz do Brasil, o cardeal Augusto Álvaro da Silva. Lomanto Júnior durante seu governo reorganizou o seu secretariado e dedicou-se à reforma administrativa. Enquanto isso, o político baiano Luís Viana Filho aceitou o convite para ocupar a chefia do gabinete civil do primeiro presidente da Ditadura Militar, Castelo Branco.

Segundo Tavares (2019), em 1967 foi formalizada a Constituição Outorgada do Brasil, legitimando a Ditadura Militar. Em março do mesmo ano, o presidente Castelo Branco passou a presidência para Artur Costa e Silva. A partir desse mesmo ano, a Bahia passa a ser governada pelo professor de Direito e História do Brasil na UFBA, escritor, acadêmico, político e Deputado Federal, Luís Viana Filho. Primeiro governador eleito de forma indireta pela Assembleia Legislativa, indicado por Castelo Branco.

De acordo com Tavares (2019), Luís Viana tinha vários planos para fazer da educação um polo de desenvolvimento na Bahia. Nomeou para Secretaria de Educação e Cultura o professor Luís Augusto Navarro de Brito, responsável por reorganizar o sistema educacional baiano, do ensino básico ao nível superior. Colocou em prática os Planos de Educação I e II que concedeu a ele o título de terceiro mais importante secretário de educação da Bahia. Durante o governo de Luís Viana Filho, foi construída a Biblioteca Central do Estado da Bahia, localizada no bairro dos Barris, também foram assinados convênios com as editoras baianas Progresso e Itapuã para edições de livros pelo sistema de compra de exemplares. Luís Viana também investiu no cinema baiano e criou um fundo de captação de recursos para seu financiamento. O Teatro Castro Alves foi inaugurado em 1967 e contou com peças de atores baianos e nacionais.

Na área econômica, foi responsável por concluir e inaugurar o Centro Industrial de Aratu (CIA) em 1967. De acordo com Almeida (2008), o CIA foi baseado em uma concepção de desenvolvimento regional presente nos anos 1950, contou com o suporte do Estado para iniciativas fiscais e preparação de áreas (terraplanagem, ruas, pistas de acesso), implantação de infraestrutura básica (abastecimento de água, energia elétrica, telecomunicações e saneamento básico) e garantiu o fornecimento de alguns serviços essenciais (transporte e segurança). Assim, os terrenos foram oferecidos para as empresas que tivessem interesse na implantação de fábricas, formando-se um Distrito Industrial. Apesar do CIA ter acelerado a industrialização baiana, seu feito foi efêmero, pois com o avanço do neoliberalismo, a partir

da década de 1980, ocorre um esvaziamento das políticas regionais de desenvolvimento, além do fechamento dos incentivos fiscais bancados nacionalmente. Isso acabou com empresas que não tinham acúmulo de capitais suficientes para suportar as novas condições de concorrência. Assim, nos anos 2000, o CIA se esvaziou e foi considerado como um “cemitério de empresas”, conforme aponta Almeida (2008).

Almeida (2008) discute que desde os anos 1960, a indústria baiana é concentrada na indústria petroquímica e química, gerando uma baixa diversidade industrial. Além disso, a opção por uma indústria química não favorece o desenvolvimento da agropecuária. Considerando que a agroindústria foi a principal criadora de empregos, no final do século XX, esse atraso teve como consequência o êxodo rural e taxas elevadas de desemprego rural e urbano. Sobretudo porque a indústria química e petroquímica, apesar da relativa geração de empregos, exige uma mão de obra mais qualificada, limitando a quantidade de trabalhadores que podem ser incorporados no seu processo produtivo.

De acordo com Almeida (2008), entre as décadas de 1960 e 1970 se avança a “metropolização” em Salvador, ou seja, grande crescimento da capital e a região em seu entorno. Apesar da pobreza da maioria de sua população e uma elevada concentração de renda, o tamanho de Salvador permitiu por si só, o desenvolvimento de uma pequena indústria urbana (alimento, materiais de construção, construção residencial, mobiliário etc.) assim como a expansão de serviços pessoais. Entre os anos de 1960 e 1970 ocorreu uma rápida transformação do varejo, com a expansão de lojas de departamento, supermercados e shopping centers. Além disso, o desenvolvimento do transporte aeroviário no país e o asfaltamento da estrada Rio- Bahia, em 1963, colocaram Salvador no mapa do turismo nacional, logo, em 1968 foi criada a estatal Bahiaturisa - Empresa de Turismo na Bahia. De acordo com Tavares (2019), Luís Viana também se empenhou na construção da Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA) em Simões Filho, inaugurada em 1973, quando seu governo já tinha se encerrado.

Conforme aponta Souza (s.d), no período de 1950/1970 na Bahia, a exploração sistemática do Petróleo e a implantação da RLAM, nas proximidades da capital, foram os fatores que mais contribuíram para o desencadeamento de novas mudanças no desenvolvimento baiano, a médio e longo prazos. Essas atividades estimularam o setor comercial, de serviços e de construção civil, bem como determinaram maiores investimentos

do setor público na criação de uma infraestrutura para a industrialização, a qual torna-se mais expressiva apenas na segunda metade da década de 1960.

Souza (s.d) nos informa que a Petrobrás desapropriou fazendas e roças para instalar seus campos de extração de petróleo e abriu estradas que provocaram a elevação do preço da terra e a troca de seus donos. Contribuiu para uma intensa modificação das formas de assentamento da população nesta área, devido aos intensos deslocamentos migratórios direcionados principalmente para Salvador e cidades vizinhas. A empresa também criou empregos diretos na extração e refino do petróleo, incorporando inclusive trabalhadores rurais.

Sobre a urbanização, de acordo com Vasconcelos (2016), em 1960, a população de Salvador passou para 655.735 mil habitantes, com um aumento de 234 mil habitantes em 10 anos, dos quais 61% eram de origem migratória e 51% da população já se concentravam nos subdistritos (nomeados atualmente como "bairros") localizados ao norte da cidade.

Conforme afirma Souza (s.d), no âmbito do campo, um processo intenso de divisão da terra se desenvolveu, gerando o crescimento de pequenos estabelecimentos, nos quais se realizava uma produção não especificamente capitalista, com maior ou menor vínculo com o comércio, porém, majoritariamente estruturada sobre o trabalho familiar e principalmente voltada para uma policultura alimentar. Diante do processo de urbanização, responsável por abrir novos mercados para a produção primária nos anos 1950 e 1960, estas pequenas produções familiares, seja para o consumo próprio ou para o mercado, cresceram. Até os anos 1970, a produção familiar compunha a forma mais presente de inserção social da mão de obra agrícola da Bahia.

Nos anos 1960, a emigração para fora do estado e o fluxo rural- urbano ao interior da Bahia persistiram significativamente, porém, cresceram em ritmos menores. A população rural em seu conjunto cresceu mais 13,9% que na década anterior, contudo, em quantidade bem inferior ao crescimento vegetativo estimado para a década. Isto indica que as perdas demográficas do campo permaneceram expressivas entre 1960 e 1970, mas sem um alarmante esvaziamento rural. A expansão da agricultura de subsistência nesta década pode ter reduzido o êxodo rural. Destaca-se que a ampliação da agricultura familiar e de subsistência indica um declínio no processo de proletarização, o qual se configurou de forma mais intensa na década de 1950. Ressalta-se que a economia brasileira durante boa parte da década de 1960 esteve em recessão. (SOUZA, s.d)

Desta forma, conforme discute Souza (s.d), o pequeno grau de urbanização no final da década de 1960, segundo o Censo de 1970, pode ser explicado pela ausência de um investimento capitalista mais efetivo na agricultura e devido à extensão da produção familiar. Apenas 41,2% da população habitava as cidades e vilas que na sua maioria tinham pequeno porte e uma economia basicamente voltada para a produção agropecuária. Apenas 15 cidades tinham 20.000 habitantes e destas, apenas sete tinham 50.000 habitantes ou mais.

Souza (s.d) demonstra que apesar de ter ganhado intensidade, o processo de proletarização no campo no período de 1950/1970 alterou e reduziu, sem destruir completamente, as variadas formas de pequena produção não capitalista no campo, localizando-se neste âmbito a maior parte da população baiana. A “semiproletarização” ou proletarização incompleta possibilitou que amplos segmentos de trabalhadores não precisassem se subordinar ao capital. Entretanto, por outro lado, permitiu que formas de exploração indiretas desses trabalhadores, se tornassem um modo corrente e recorrente de acumulação, promovendo o agravamento da pobreza ou instabilidade de renda para muitos trabalhadores.

Destarte, Pedrão (1985) sinaliza que o assalariamento na economia urbana acontece primeiro que na economia rural. O emprego industrial começa a crescer em Salvador, acompanhando a urbanização (o surto da urbanização é anterior ao surto de industrialização). O aumento do assalariamento ocorreu de forma mais expressiva em ocupações corporativas e artesanais, sapateiros, marceneiros, encanadores, alfaiate, dentre outros.

Desse modo, Pedrão (1985) afirma que até 1960, Salvador continuou sendo uma cidade com a maior parte da força de trabalho ocupada num regime de pequena produção urbana, na prestação de serviços e manufaturas e com uma participação significativa na economia rural. Portanto, o crescimento de Salvador entre 1950 e 1970 decorreu mais de movimentos de expulsão da população do meio rural e dos povoados e cidades pequenas, do que o movimento de atração da população por esperança de emprego. Pedrão (1985) destaca que com a falta de oportunidades de emprego industrial, o comércio tornou-se a principal fonte de emprego urbano, junto com a ocupação no setor público, produzindo uma quantidade grande de pessoas em busca de trabalho e formando o exército industrial de reserva, o qual pressiona para o pagamento de salários sempre inferiores aos das cidades mais industrializadas do Centro-Sul do país.

Assim, as diferenças reais de salário entre Salvador e as pequenas cidades do interior, assim como as perspectivas de emprego, não foram suficientes para produzir significativas migrações interurbanas da população. Pedrão (1985) destaca que se formou na Bahia um perfil de geração de emprego em que os segmentos da economia tradicional (pouco modernizada) continuaram sendo os principais empregadores, com salários inferiores aos pagos pelos segmentos modernizados. Os segmentos tradicionais recrutavam mais uma mão de obra pouco qualificada do que qualificada, logo, tendia a ser cada vez maiores as parcelas da mão de obra pouco qualificada que qualificada, portanto, tendiam também a ser mais expressivo os(as) trabalhadores(as) sem condições de receberem salários comparáveis, à época, com a média das capitais do Centro- Sul.

De acordo com Pedrão (1985), a Bahia ficou caracterizada como uma região de emigração, onde o trabalho era remunerado diante da pressão de um numeroso exército de reserva de trabalhadores e uma oferta de emprego com pouca exigência de um trabalho qualificado. Foi uma região em que a remuneração dos trabalhadores não esteve vinculada aos movimentos de produtividade e não houve qualquer estímulo para uma profissionalização, contribuindo para uma baixa remuneração do trabalho, gerando como consequência: “[...] elevados componentes de desemprego aberto e de subemprego urbano, com suas consequências em perpetuação da pobreza urbana.” (PEDRÃO, 1985, p. 57)

Vasconcelos (2016) recupera dados de 1967 que revelam um pouco do panorama social e condições de vida da cidade no período, contudo, os dados se limitam à área do Pelourinho, não abrangendo a cidade em sua totalidade, entretanto, fornecem uma pequena noção das condições de vida da população soteropolitana em um dos principais bairros populares da cidade, evidenciando algumas pistas sobre as condições de vida das populações mais empobrecidas de Salvador na década de 1960.

A referida pesquisa revela que a população do Pelourinho era estimada em 4.937 pessoas, foi realizada uma amostragem de mil indivíduos e de 251 habitações. Das 556 mulheres da amostra, 234 se declaram prostitutas (42%) e 145 domésticas (26%), dentre as mulheres que se declararam como prostitutas, 116 eram originárias do interior. Dos 444 homens, 129 foram registrados como comerciários (29%) e 52 biscateiros (12%), um total de 120 homens (27%) estava na faixa de renda de até um salário mínimo, enquanto as mulheres na mesma faixa eram 163 (29,3%). Os adultos do sexo masculino com mais de 59 anos eram 50 indivíduos (11,8%), mesmo número de mulheres na mesma faixa (9%). Entre os 611 menores de 18 anos,

54 eram analfabetos (8,8%). Os dados evidenciam a situação de vulnerabilidade social vivenciada pela comunidade.

A população baiana nunca esteve imobilizada diante do contexto de pobreza descrito e no próprio período da ditadura militar, marcado por resistências organizadas em todo o país. Grupos importantes da sociedade estiveram presentes no processo de luta, para este trabalho, foram selecionados três dos principais: movimento estudantil, Ação Católica e o sindicalismo petroleiro, por estarem mais próximos ao Serviço Social, pois, estudantes de Serviço Social também estiveram imersos no movimento estudantil, assim como, na Ação Católica e, apesar de não se associar ao sindicalismo petroleiro, o avanço industrial na Bahia na década de 1960 favoreceu a atuação profissional entre os operários.

O movimento estudantil teve um papel de destaque no enfrentamento à Ditadura Militar. De acordo com Dias (2014), desde a sua criação em 1937, a União dos Estudantes (UNE) acumulou experiências de militância política sob a hegemonia de lideranças socialistas e comunistas, exceto por um breve período, na década de 1950, quando esteve sob a direção de um grupo de direita ligado à União Democrática Nacional (UDN).

Em 1961, a UNE cria o Centro Popular de Cultura (CPC), responsável por levar em todo o país o teatro e cinemas populares, a UNE também ampliou a discussão sobre a reforma universitária. Nessa mesma época, sob a direção do baiano OliveiraGuanais, cresceu o predomínio da Ação Popular (AP) no movimento estudantil e as principais pautas do movimento giravam em torno das campanhas nacionalistas em defesa das empresas brasileiras e do ensino público e gratuito. Junto com a UNE surgiram outros movimentos de cultura e de educação popular.

A UNE tinha forte integração com o governo de Jango, devido a sua posição política de esquerda e suas promessas das reformas de base que contemplariam a militância política estudantil. Por isso, com o golpe de 1964, as lideranças estudantis foram presas e a sede da UNE no Rio de Janeiro, invadida e incendiada por integrantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Inúmeros líderes políticos, estudantis e sindicais baianos buscaram organizar mobilizações com o objetivo de resistir às forças militares na capital, entretanto, em abril de 1964, Salvador já se encontrava cercada pelas tropas militares e diversas prisões foram realizadas. (DIAS, 2014)

Dias (2014) afirma que após a consolidação do golpe de 1964, os estudantes baianos iniciaram a reestruturação de suas bases políticas e a substituição de suas lideranças de forma mais rápida, por isso se tornaram a vanguarda dos movimentos progressistas populares contra a ditadura. Começaram a organizar assembleias, atos e passeatas para exigir as reformas no ensino, ampla liberdade de expressão, democracia e anistia dos presos políticos. Se uniram aos estudantes, alguns profissionais liberais, políticos, operários, professores, intelectuais, estivadores, petroleiros e trabalhadores rurais. Contudo, não é possível unificar todos os estudantes em um único grupo, também se observava entre eles, o apoio aos militares como o Movimento Universitário Democrático (MUD), a Associação Soteropolitana de Estudantes Secundaristas (ASES) e o Movimento Estudantil Patriótico (MEP), os quais lançaram notas públicas denunciando a infiltração de ideias comunistas no movimento estudantil baiano e convocaram a população para apoiar as Forças Armadas.

Em novembro de 1964, foi aprovada a Lei n<sup>o</sup> 4.464 de 1964, denominada como Lei Suplicy. Colocou as entidades estudantis, como a UNE na ilegalidade e instituiu como forma legal o funcionamento do Diretório Acadêmico (DA), restrito a cada curso, e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), no âmbito da universidade, conforme discute Dias (2014), procurando eliminar a representação estudantil em nível nacional na sociedade, bem como qualquer tentativa de ação política independente por parte dos estudantes.

Em 1967, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino do Estado da Bahia, lei n<sup>o</sup> 2.463. De acordo com Dias (2014), a lei praticamente extinguiu o ensino público na Bahia, pois permitia às fundações, que seriam criadas para substituir as escolas públicas, cobrar taxas e mensalidades, reservando ensino gratuito apenas para o nível primário e aos estudantes que provassem insuficiência de recursos financeiros. Os estudantes dos Colégios Isaías Alves, Colégio da Bahia (Central), Severino Vieira, Teixeira de Freitas e Pinto de Carvalho procuraram deputados, lançaram manifestos e fizeram protestos contra a Lei do Ensino em apreciação na Assembleia Legislativa. Receberam grande apoio dos estudantes da Faculdade de Filosofia, da Escola de Teatro e de outras faculdades da UFBA e da Universidade Católica que se manifestaram com faixas e cartazes pelas ruas da cidade. Alguns segmentos da sociedade local se mobilizaram, como em raros momentos durante a ditadura, para apoiar a causa dos estudantes.

A Assembleia Legislativa acabou aprovando, de madrugada, a Lei do Ensino, com a maioria dos votos favoráveis pelo partido ARENA (Aliança Renovadora Nacional). No dia

seguinte, uma massa de estudantes saiu às ruas, quebrou janelas, cercou carros de deputados, danificou carros oficiais com murros, pedradas, garrafadas e pontapés. Os protestos atraíram outros setores populares da população ao movimento dos estudantes, que se juntaram a eles nas vaias à polícia. Foi uma das mobilizações mais efetivas, amplas e unificadas dos estudantes baianos contra as imposições da ditadura, a violência excessiva que foi direcionada aos manifestantes pela polícia contribuiu para uma antipatia generalizada da população aos militares. Diante da enorme pressão popular, Luís Viana fez um pronunciamento na televisão afirmando que a lei se tratou de um “equivoco” e que os colégios públicos continuavam gratuitos, embora as fundações pudessem explorar o ensino, cobrar mensalidades e exigir o atestado de pobreza. (DIAS, 2014).

De acordo com Dias (2014), o clima de insatisfação era contagiante e motivado não somente pelas arbitrariedades do regime, como também, pela falta de espaço físico nas faculdades e o apoio de diretores de colégios, professores e membros da administração central das universidades ao regime ditatorial. A conjunção de todos esses fatores resultou na unificação das lutas estudantis na Bahia, durante os primeiros anos da ditadura militar na década de 1960.

O movimento estudantil enfrentou maior refluxo a partir de 1968, com o decreto do AI-5, responsável pelo fortalecimento da ditadura e do autoritarismo, retirando todas as possibilidades de resistência legal ao regime. Para fechar ainda mais as possibilidades de ação institucional do ME, em fevereiro de 1969, o Governo criou o Decreto 477. Este Decreto previa a expulsão de professores que se envolvessem em manifestações de caráter “político-partidário”. Os estudantes que participassem dessas ações, seriam impedidos de se matricular por até 3 anos em uma faculdade. (DIAS, 2014).

Destaca-se que as estudantes de Serviço Social da Bahia estiveram presentes nesse processo. A publicação do CFESS “Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura: depoimentos” do ano de 2017 recupera a história de assistentes sociais, a maioria estudantes na época, que vivenciaram a ditadura e estiveram à frente de mobilizações importantes para seu enfrentamento. Um dos depoimentos pertence a Ana Maria Tereza Fróes Batalha, estudante de Serviço Social da Universidade Católica de Salvador, na época era representante estudantil do curso, eleita em assembleia, militante da Ação Católica e simpatizante da Ação Popular.

Ana Maria Batalha foi presa ao participar do 30º Congresso da UNE em Ibiúna (SP), organizado clandestinamente e programado para ocorrer em 12 de outubro de 1968, porém foram descobertos pela polícia de São Paulo e cercados quando o Congresso estava para iniciar-se. Como a maioria dos estudantes, Ana Maria ficou presa em São Paulo e por aproximadamente quatro dias em Salvador. O depoimento, presente na publicação do CFESS, evidencia que a

[...] prisão foi coletiva e não houve tortura física direta, naquela ocasião, aos estudantes oriundos do congresso, além da apreensão e expectativa da espera do momento do interrogatório, realizado de forma provocante, para estimular contradição das respostas. Este foi um dos momentos mais difíceis desse processo. (CFESS, 2017, p. 19).

Foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional e por ser estudante de universidade particular, Ana Maria Batalha pode continuar seus estudos, contudo, devia prestar contas ao Serviço Nacional de Informações (SNI) para circular livremente, não podia tirar habilitação para dirigir e nem carteira para trabalhar. Ana Maria conclui (CFESS, 2017, p. 20):

Continuei participando das lutas e manifestações públicas contra o regime. Participei do Comitê da Anistia/BA na década de 1970, da APAS (Associação de Profissionais Assistentes Sociais), do Convênio Cultural e do Trabalho Conjunto. O Convênio Cultural foi um importante espaço, amplo e público de debate e resistência, constituído por entidades de profissionais liberais, sindicatos e pelo único partido político de oposição, que era o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O Trabalho Conjunto era ainda mais amplo e formado por lideranças dos movimentos sociais, líderes de bairros periféricos, pastoral, igrejas evangélicas, sindicatos e MDB.

Conforme exposto acima, o movimento estudantil teve forte contato com a Ação Popular, a qual surgiu no seio da Juventude Universitária Católica (JUC). A JUC surgiu em 1930, como parte da Ação Católica Brasileira. De acordo com Santana (2009), a organização nasce como um movimento conservador e clerical que tinha como objetivo “influenciar o sistema educacional brasileiro e promover a cristianização da futura elite intelectual que se formava nas universidades” (p.151). A partir do final dos anos 1950, os militantes da JUC começam a sentir a necessidade de maior engajamento político e social frente à realidade brasileira.

De acordo com Santana (2009), a partir de 1960 evidencia-se uma presença cada vez maior dos militantes jucistas no movimento estudantil. Neste mesmo ano, a JUC apoiou o baiano Oliveira Guanais, candidato da esquerda para a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE). Sua gestão, contribuiu para conectar mais a UNE com as bases e mobilizar os estudantes para discutirem seus problemas. Encontros foram organizados para debater os

problemas regionais, como o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado na Bahia.

Santana (2009) destaca que as atividades da JUC não se restringiam ao meio universitário, pois também atuaram em programas de educação popular, ligas camponesas, no Centro Popular de Cultura etc. Contudo, surgiram alguns conflitos com a hierarquia eclesiástica da Igreja Católica e sentiu-se a necessidade de outro instrumento de ação política capaz de se posicionar perante as questões colocadas na realidade social, econômica e política. Assim, membros da JUC iniciaram a organização da Ação Popular (AP). A AP formou-se depois de três reuniões, sendo a última em fevereiro de 1963 na cidade de Salvador. Nessa reunião foi aprovado o seu Documento Base que “expressava a marca do humanismo cristão e do socialismo revolucionário da Ação Popular. “(p.152).

Durante os anos 60, os católicos e os organismos ligados a eles, como a Ação Popular, participaram e lideraram diversas experiências de educação popular, sendo o Movimento de Educação Popular um dos mais significativos entre elas, o qual se baseava no método desenvolvido por Paulo Freire. As experiências se desenvolveram em bairros populares de Salvador através de militantes e simpatizantes da AP e o Movimento de Educação por Base (MEB), com o qual a AP realizou em conjunto um trabalho de alfabetização e educação política no interior da Bahia, através das escolas radiofônicas. Participando das atividades do MEB e da Superintendência para Reforma Agrária (SUPRA), a AP conseguiu criar vínculos com o movimento camponês. (SANTANA, 2009).

Segundo Santana (2009), a AP também construiu vínculos no meio operário, mas com menos intensidade, pois o Partido Comunista Brasileiro (PCB) exercia grande influência no meio proletário. Mesmo assim, conseguiu construir base no movimento sindical e urbano. Na Bahia, podemos citar o exemplo do Sindicato dos Trabalhadores na Extração do Petróleo; o Sindicato dos Trabalhadores no Refino e a criação de uma base operária na Refinaria de Mataripe.

De acordo com Santana (2009, p.155), com o golpe de 1964,

(...) Todas as atividades desenvolvidas pela Ação Popular foram interrompidas, desde os trabalhos de educação e conscientização de camponeses através do MEB à fundação de sindicatos e o trabalho de educação em bairros populares, já que incentivavam o senso crítico, assim como a organização e mobilização dos operários.

A autora nos informa que com o movimento estudantil, o qual era responsável por grande parte da mobilização da AP, que a Ação Popular conseguiu reorganizar suas atividades pós-1964. Entre 1966 e 1969, a AP teve uma inserção bastante expressiva no movimento estudantil.

Quanto ao enfrentamento da Ditadura Militar, a AP apontou para a necessidade da luta armada revolucionária, influenciado pelo foquismo<sup>8</sup>. O caminho para a Revolução Socialista Nacional seria pela luta armada. Após o preparo teórico, a AP deu início a uma série de ações militares. Tais como o atentado ao Aeroporto dos Guararapes em Recife, a expropriação de um banco no interior de Alagoas e a tentativa de sabotagem do processo eleitoral na Bahia, com a explosão de uma bomba no Fórum Ruy Barbosa. Contudo, as ações não renderam os efeitos esperados e iniciou uma luta interna pela mudança da direção assumida pela organização. Assim, em julho de 1968, é aprovado o Documento Base que coloca o maoísmo<sup>9</sup> como a estratégia revolucionária a ser seguida. (SANTANA, 2009).

Santana (2009) afirma que a influência maoísta pode ser observada através da semelhança entre o processo de integração e o processo de “reeducação ideológica” que era colocado em prática naquele período na China, durante o auge da Revolução Cultural. “O ideal de reeducação baseava-se no envio dos quadros do Partido Comunista Chinês periodicamente ao campo ou às fábricas para que estes não perdessem o contato com as massas e o trabalho produtivo.” (p.161). Inspirada nessa experiência, a AP colocou em prática a integração, também com o objetivo de se inserirem junto aos operários e camponeses visando sua educação, organização e mobilização em prol da ampliação das bases da AP. As primeiras experiências da integração partiram de São Paulo e da Bahia no segundo semestre de 1967.

Santana (2009) aponta que as bases de apoio no campo escolhidas no estado da Bahia para o envio dos militantes foram Panelinha, Camacã, Eunápolis, Itabuna, Ilhéus e algumas cidades da região da Chapada Diamantina. Inseridos no trabalho, os militantes começavam a participar da vida e dos problemas sociais e econômicos das massas. Partindo dessas questões, iniciaram um trabalho de conscientização política dos trabalhadores, visando mostrar aos

---

<sup>8</sup>Teoria revolucionária inspirada por Che Guevarra. Foi adotada, nos anos 1960, pelos grupos armados de esquerda e consistia, basicamente, em criar focos de revolução no mundo, como forma de enfraquecer o imperialismo. ( MAESTRI, 2010.)

<sup>9</sup>O Maoísmo foi parte de um movimento mais amplo no século XX que poderia ser chamado de “revoluções burguesas com bandeiras vermelhas”, como no Vietnã ou Coréia do Norte. É uma corrente do comunismo baseada nos ensinamentos de Mao Tse Tung, na República Popular da China.

camponeses a dominação ideológica e a exploração econômica às quais estavam submetidos e as formas como eles poderiam lutar contra os opressores.

Segundo Santana (2009), a integração da AP não se restringiu ao campo, pois foi possível registrar a prática dessa mesma linha de trabalho político nas áreas urbanas, através da ida dos seus militantes às fábricas consideradas como prioritárias nas cidades de Salvador e Candeias. Dentro do próprio cenário fabril, existiam as categorias consideradas como prioridade, as quais a militância deveria buscar emprego para iniciar o trabalho político. As categorias eram a metalúrgica, a têxtil, os trabalhadores da indústria de alimentação, portuários e químicos. Em Salvador, atuaram em bairros ou até regiões de concentração operária como Paripe, o Centro Industrial de Aratu, em Simões Filho e a Refinaria Landulpho Alves, em São Francisco do Conde, nos quais os militantes se fixaram visando realizar um trabalho de educação política.

Os militantes da AP também se inseriram nos bairros populares de Salvador para a realização desse mesmo estilo de trabalho de educação popular. A atuação da organização no bairro também tinha como intenção fortalecer o trabalho na fábrica, na luta contra a repressão e pelas reivindicações econômicas.

Segundo Santana (2009), a AP teve atuação fundamental na Bahia para o enfrentamento à Ditadura Militar. Contudo, devido a sua aproximação ao maoísmo, a organização também se aproximou do PC do B a partir da década de 1970, pois este era o correspondente oficial do Partido Comunista Chinês no Brasil. Depois de intensos debates internos e expulsão de muitos dos seus membros, a AP decidiu em janeiro de 1973 pela incorporação ao Partido Comunista do Brasil.

Por fim, o sindicalismo petroleiro teve forte representação no cenário baiano e é a maior representação da luta dos trabalhadores urbanos baianos nesse período. De acordo com Ivo (2009), a história do sindicalismo petroleiro baiano começou a ser construída ainda na década de 50, mais precisamente em 1954, quando foi criada a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo no Estado da Bahia, entidade que deu origem ao Sindicato dos Trabalhadores da Extração e do Refino do Petróleo (Sindipetro-BA), fundados, respectivamente, em 1957 e 1959. Contudo, a atuação efetiva do sindicalismo petroleiro começou na década seguinte, através da greve que reivindicava equiparação salarial entre os trabalhadores que serviam na Bahia e em São Paulo, comandada pelo Sindipetro/Refino.

De acordo com Ivo (2009), a categoria foi conquistando amplos espaços através da sua organização política. Assim, em 1961, foi capaz de garantir importante mobilização em defesa da posse de João Goulart, declarando-se, inclusive, em greve e em assembleia permanente até que o impasse fosse solucionado. As unidades da Petrobrás foram protagonistas da crise política brasileira entre 1961 e 1962. Jânio Quadros, atendendo às pressões dos empresários baianos e da imprensa baiana, iniciou as providências para a transferência da sede da Petrobrás para Salvador. Contudo, com a sua renúncia, a proposta não se efetivou. Empresários, políticos e imprensa argumentavam que a Bahia, apesar de ser a única produtora de petróleo do país, era tratada de forma desigual pelo governo federal. Dessa forma, os sindicalistas pressionaram para inserir baianos na direção da empresa, conseguindo, no governo de Jânio, a nomeação de Josaphat Marinho para a presidência do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) e de Geonísio Barroso para a direção da Petrobras.

Segundo Ivo (2009), em janeiro de 1962, Barroso foi demitido da direção da empresa, gerando intensas insatisfações expressas na greve dos trabalhadores baianos, cessada somente com a nomeação do socialista Francisco Mangabeira para o comando da estatal. O autor menciona (2009, p.59):

A presença de Mangabeira à frente da Petrobras representou uma aproximação efetiva entre os sindicalistas e o alto comando da empresa [...] Quatro meses após a sua posse, estourava a maior crise de sua gestão. Diversas associações de engenheiros criticaram a condução empreendida por Mangabeira e o acusavam de desestabilizar a Petrobras. O presidente da empresa respondeu, aproximando-se ainda mais dos sindicatos. A partir daí, os petroleiros baianos começaram a ganhar imenso espaço nos seus locais de trabalho.

O autor Ivo (2009) discute que o avanço das atividades sindicais e a adoção de uma política nitidamente de esquerda fez com que a imprensa local manifestasse preocupação com as novas atitudes dos sindicalistas. No final de 1962, o jornal “A Tarde” iniciou uma série de acusações de teor anticomunista contra os sindicalistas petroleiros, principalmente, dirigida à Jairo Farias, dirigente sindicalista de Mataripe. As autoridades policiais também passaram a investigar sua vida. Assim, o crescente prestígio e a mobilização dos petroleiros baianos eram tidos pelos setores mais conservadores da sociedade como uma verdadeira ameaça.

Os sindicalistas realizaram intensas resistências ao golpe civil-militar de 1964, proclamando uma greve geral. Contudo, como afirma Ivo (2009), as esperanças do grupo foram esvaziadas à medida que os seus principais líderes eram presos, fugiram ou aderiram ao golpe. Após conseguir sua manutenção no cargo, o governador Antônio Lomanto Júnior, conclamou que os trabalhadores retornassem para suas atividades. As unidades da Petrobras

na Bahia passaram por uma profunda investigação, resultando num volumoso Inquérito Policial Militar que investigou as atividades sindicais em Mataripe e foi concluído com um total de 1580 páginas. Em 1964, quinhentos e vinte e seis funcionários da Petrobrás foram demitidos e na Bahia pelos menos trinta e seis demissões se deram por questões políticas.

A queda dos líderes sindicalistas representou mudanças no mundo do trabalho do petroleiro baiano. Mesmo com a manutenção das vantagens salariais obtidas entre 1960 e 1962, os trabalhadores enfrentaram tempos mais duros nas relações de trabalho, como a perda de uma série de benefícios, que não estavam garantidos por nenhuma convenção de trabalho, e o clima militarizado que as unidades de trabalho voltaram a ter. A intensa repressão sobre os sindicalistas, contribuiu para o regresso das mobilizações operárias no pós-golpe. Era um grande risco para os chefes de famílias a atuação política que poderia resultar em demissões, prisões e perseguições. Mesmo assim, a experiência da “era de ouro” do movimento sindical petroleiro, sobretudo nas questões voltadas para o ambiente de trabalho, deixou um legado marcante para os trabalhadores da Refinaria de Mataripe e da Região de Produção. (IVO,2009).

Apesar da fragilização dos sindicatos, o sentimento de solidariedade de classe persistiu. Enquanto muitos líderes sindicais estavam sendo presos e outros preferiram abandonar a empresa por causa do clima instalado no pós-golpe, os petroleiros que continuavam em seu local de trabalho organizavam – sem a intervenção sindical – listas de auxílio para as famílias dos demitidos e perseguidos políticos, outros levavam alimentos para os próprios fugitivos, que permaneciam escondidos próximos aos locais de trabalho. Ademais, pouco tempo depois, houve a reorganização de suas atividades. (IVO, 2009)

Em resumo, esse era o panorama econômico, político e social da Bahia na década de 1960, a Escola de Serviço Social esteve totalmente inserida neste contexto.

Em 1961, a Escola de Serviço Social que antes funcionava de forma isolada foi uma das unidades que fundaram a Universidade Católica de Salvador (UCSAL). De acordo com Costa (1986), a década de 1960 marca a eclosão de uma “crise” para o curso baiano. A autora realizou uma série de entrevistas com ex-alunas do curso nesse período, as entrevistas evidenciam que desde a década de 1950, a insatisfação era generalizada entre as discentes da escola, havia uma preocupação quanto aos “fins” do Serviço Social diante da realidade brasileira naquele momento. A ideologia veiculada pela escola revelava o indivíduo (“cliente”

do Serviço Social) como um ser desvinculado da realidade social. O conteúdo das disciplinas não sinalizava saídas para o atendimento da “clientela marginalizada”.

Costa (1986) aponta os questionamentos feitos pelas alunas desde a década de 1950 e intensificados no início dos anos 1960: *Qual a posição do Serviço Social no processo de transformação social? Qual a participação do(a) assistente social nos grandes processos transformadores da sociedade brasileira? Qual a participação do (a) assistente social frente aos seguintes movimentos: alfabetização de adultos, movimento de educação de base, sindicalização dos trabalhadores, partidos políticos, partido comunista, socialista etc.? Qual a posição do (a) assistente social face ao quadro político, que se chamava “revolução brasileira”? Qual seria a clientela prioritária do Serviço Social e como atendê-la? Discussão sobre a integração do indivíduo na sociedade: Como integrar? Para que?*

Os (as) estudantes queriam discutir essas questões com profundidade para entender o papel do assistente social como “agente mobilizador e organizador das massas” (COSTA, 1986, p. 35). Assim, Costa (1986) conclui que “crise” desencadeada pelos alunos, instalada nos anos 50 e com seu ponto máximo em 1962, na verdade, vinha se gestando desde que a escola foi inaugurada, embora seus dirigentes tentassem mantê-la resguardada em seus princípios, não puderam evitar que ela se envolvesse na dinâmica social mais ampla. A tomada de posição dos (as) alunos (as) em 1962 não se constitui em um fenômeno isolado, mas sim em um envolvimento da escola no processo social mais amplo, expresso principalmente através da ação da JUC e da inserção do Centro Acadêmico Santo Tomás de Aquino na UEB/UNE, passando a reivindicar a consolidação do espaço profissional na comunidade baiana e a adoção de fundamentos teóricos e metodológicos que dessem conta da realidade e dos inúmeros questionamentos presentes.

Diante da intensa pressão dos(as) alunos (as), Costa (1986) revela que foi realizada a eleição de uma nova diretoria: Ana Heudyrice de Almeida Barros como diretora e Margarida Maria de Carvalho Rêgo como vice-diretora para o período de 1962- 1965, essa ação gerou impacto entre os professores e as instituições que eram campos de estágio. Incomodados com a mobilização dos (as) estudantes, todos os professores pediram licença dos seus cargos e todos os campos de estágio se fecharam para a escola. Contudo, Costa (1986) define que a nova diretora conseguiu contornar a crise com “inteligência e habilidade”, Ana Barros revelou na entrevista cedida para Costa (1986) que o sucesso se deu por contar com a colaboração de pessoas amigas como Thales de Azevedo, Maria Brandão e Geraldo Semanzato, além do

diretor do Instituto de Ciências Sociais, Dr. Calazans, o qual cedeu inúmeras vagas para as alunas de serviço social em cursos e seminários realizados pela UFBA.

Na medida em que se recompunha o quadro de professores, foram introduzidos novos conteúdos às disciplinas, definidos por Costa (1986) como “coisas novas para a atualidade”. Naquele momento, já se entendia que frente ao quadro político brasileiro e aos questionamentos dos profissionais, inclusive em relação às demandas presentes no mercado de trabalho, os conteúdos curriculares vigentes não faziam mais sentido. O trabalho em comunidade estava sendo exigido e não havia na escola, no âmbito da prática, nenhuma experiência sobre o assunto, sendo convidada a professora e socióloga, esposa do Cônsul alemão na época - Costa (1986) não menciona o nome dela- para orientar sobre a experiência de comunidade. A partir daí, em 1962, a escola implementou as experiências nas comunidades de San Martin e Alto das Pombas. Ao mesmo tempo, algumas alunas - estagiárias foram colocadas em instituições públicas, sindicatos e associações de classe. " O trabalho nas instituições era muito burocratizado e buscou-se vincular o trabalho institucional aos sindicatos, procurando esclarecer aos trabalhadores seus direitos.” (COSTA, 1986, p.37)

Enquanto isso, conforme nos informa Costa (1986), a escola passava por dificuldades financeiras muito graves: o número de alunos era reduzido (cerca de 20 alunos) e a receita não cobria as despesas, além disso, a escola dividia espaço, naquela época, com a faculdade de filosofia da UFBA e inúmeros atritos se travaram devido a esta divisão de espaço, para solução deste problema, contavam com a construção do campus universitário da UCSAL em terreno próprio no Cabula, como este projeto retardou, a escola resolveu comprar sede própria.

Costa (1986) afirma que, com a ajuda do MISEREOR - obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha - equipou-se, em termos mobiliários, a escola com a construção da biblioteca (com cerca de 3 mil volumes) e foram adquiridos equipamentos e dois móveis - desse material dispersou-se ou perdeu-se com a incorporação da escola à UCSAL em 1961. Em termos de manutenção, a escola administrava sua verba, arrecadada com a mensalidade dos/as aluno/as, arcando com problemas de toda ordem, a escola integrava a UCSAL, mas não foi integrada de fato. As dificuldades foram tantas que em uma reunião da congregação, decidiu-se que uma comissão composta por alunos e professores iria até o Ministério da Educação (MEC), em Brasília, para buscar uma subvenção que impedisse a escola de fechar as portas. Com a ajuda do então governador, Lomanto Júnior e o deputado João Alves de Macêdo, foram para Brasília e lá conseguiram junto com o ministro uma verba de 100

milhões de cruzeiros, ao retornar para Salvador e após reunião da congregação, decidiram reabrir a escola em 31 de março de 1964.

A autora expõe que a atitude em busca da subvenção não foi bem recebida socialmente e a escola viveu períodos de intensos temores e dificuldades, inclusive foi nomeada de “escola subversiva” pelo jornal A Tarde. Apesar das repressões sofridas por alguns membros da escola, entre alunos (as) e professores (as), Ana Heudyrice Barros conseguiu levar até o final sua gestão e foi sucedida pela assistente social Maria Nazaré da Silva de Moraes, contando como vice-diretora, a assistente social Margarida Carvalho Rêgo, a gestão durou de 1966 a 1972.

Costa (1986) afirma que a gestão de Margarida Rêgo se voltou para a estrutura administrativa da escola, além de pedagógica. Foram organizados os departamentos de ensino e estágio, a situação funcional dos/as professores/as foi regulamentada, eles/as passaram a receber um salário, embora defasado e desigual quando comparado a outros cursos e universidades. Além das mudanças administrativas, houve também um trabalho de crítica ao currículo e consequentes adaptações, como já se sabia que a reforma universitária seria implementada, iniciou em 1967, a título experimental, a proceder-se a reforma: foi implantado o regime semestral, introduziu-se novas disciplinas, redefiniram os conteúdos programáticos na medida em que se considerava o conhecimento necessário para instrumentalizar o (a) aluno (a) de Serviço Social e o curso de modo geral. A diretora sentia-se comprometida com todos os programas do governo relacionados ao desenvolvimento, portanto, o planejamento, a pesquisa e administração se faziam necessárias, logo, foram introduzidas as modificações e, ao chegar a reforma universitária, já não existiam mais novidades. Nesse período, os programas de estágio compreendiam três momentos: Estudo da instituição - Serviço Social Aplicado II, Planejamento - Serviço Social Aplicado III, Execução - Aplicado IV. Durante o Aplicado II os (as) alunos (as) conheciam três instituições e no Aplicado III optavam por uma delas para concluir o estágio.

A reforma teve continuidade durante a década de 1970 e contribuiu, de acordo com Costa (1986), para a expansão da universidade e do curso.

Por fim, a partir do contexto macro da Bahia na década de 1960 e feito uma análise geral da estrutura administrativa, pedagógica e social do curso de Serviço Social na década de 1960, o próximo capítulo irá se debruçar sobre a exposição dos dados coletados através das monografias produzidas no período delimitado e a análise dos dados tornará possível debater sobre a formação profissional baiana na década de 1960.

### **3. Um panorama da formação profissional em Serviço Social nos anos 1960 na Bahia**

Com o intuito de alcançar o objetivo geral deste trabalho que consiste em compreender a formação profissional em Serviço Social na Bahia (1961- 1969), utilizou-se como critério metodológico a pesquisa documental a partir dos TCCs produzidos pelos(as) discentes do curso nesse período. Para a sistematização dos dados, contou-se com uma amostra expressiva de 53 TCCs, aos quais o acesso foi permitido pela Universidade Católica de Salvador (UCSAL), a metodologia já foi devidamente exposta na introdução deste trabalho. Assim, este capítulo tem como objetivo expor os dados encontrados e analisá-los.

A partir da leitura inicial do universo dos 53 TCCs, evidenciou-se que existia uma determinação do curso de Serviço Social de que o tema do TCC fosse, obrigatoriamente, vinculado a uma experiência de estágio com duração mínima de 8 meses, assim, todos os TCCs produzidos entre 1962-1969 foram frutos das experiências de estágios em variadas instituições.

Na área da saúde, identificamos, por exemplo, o Hospital Santa Izabel, o Hospital Aristides Maltez, o Hospital São Jorge, o Hospital Raimundo Martagão Gesteira, a Maternidade Tsylla Balbino e o Preventório Santa Terezinha. A previdência social também mostrou-se um relevante campo de estágio, com trabalhos vinculados a experiências desenvolvidas no Instituto de Aposentadoria (IAP), no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários e Servidores Públicos (IAPFESP) e no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), criado em 1966. Destaca-se que, nessas instituições acima listadas, também existia a atuação articulada à saúde dos previdenciários, já que nesse período, a saúde era uma política contributiva – tinham acesso aos serviços de saúde aqueles que trabalhavam formalmente e contribuía para a previdência-. O Serviço Social da Indústria (SESI) também está presente de forma relevante nas produções, evidenciando-se como um importante campo de trabalho para os/as assistentes sociais na época, o que pode ser explicado pela intensificação da industrialização da Bahia na década de 1960. Foi encontrado um TCC cuja o estágio realizou-se na empresa Bahema Engenheiros e outro no Serviço Municipal de Transporte Coletivo, demonstrando a presença de profissionais em empresas.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) também foi uma das principais instituições de atuação de assistentes sociais na época, e contava com entidades, ligadas a ela, como a Casa da Criança, o Educandário e a Casa Ana Nery. A Clínica de Orientação Infanto-Juvenil (COIJ) também se mostrou significativa, assim como diversas outras instituições vinculadas à assistência das famílias, crianças e adolescentes, como: Sociedade de Bem estar familiar na

Bahia (BEMFAM), a qual tinha como objetivo promover a política de planejamento familiar no estado; a Campanha Educativa do Departamento Nacional da Criança; e o Fundo Internacional de Socorro à Infância. Presente também o Instituto Social de Cegos da Bahia, o qual tinha o intuito de prestar assistência às pessoas com deficiência visual em situação de rua na cidade de Salvador.

Nesse universo de instituições que conformava o espaço sócio-ocupacional para as assistentes social, destacamos especialmente a UFBA como um dos campos de estágio que contou, na ocasião, com a contribuição de alunas da UCSAL para a implantação do Departamento Social de Vida Universitária da UFBA (DSVU). Departamento este voltado para a assistência estudantil na universidade. Além dos estágios na educação superior, também foram encontradas experiências de estágios na educação básica, como em escolas públicas (não são evidenciados os nomes das escolas) e o Instituto Social da Bahia (ISBA), escola privada em Salvador com cunho filantrópico, fechada recentemente em 2020.

Comum também eram os estágios vinculados às comunidades situadas em regiões periféricas de Salvador como Pernambués, Morro da Boa Esperança, o Cortiço em Monte Serrat etc. Estas experiências geralmente eram articuladas à LBA ou a sociedades beneficentes que contam com o envolvimento da Igreja Católica, como: Sociedade Beneficente do Senhor do Bonfim e Sociedade Beneficente Santa Rita Duran, além de paróquias, a exemplo da Paróquia de São Paulo e Paróquia de São Brás. Apesar da maioria dos campos de estágio terem se desenvolvido em Salvador, foi encontrada uma experiência vivenciada no município de Feira de Santana, através da AFAS (Associação Feirense de Assistência Social).

Como os TCCs deveriam ser, necessariamente, derivados das experiências de estágios, a maior parte das produções dos (as) discentes vinculam-se às instituições acima mencionadas. Foi realizado um detalhamento das temáticas das monografias em cada ano entre 1962-1969, com o intuito de compreender as mudanças na formação profissional e na realidade social baiana.

Entre a amostra dos TCCS, as produções de 1962 totalizam quatro trabalhos, destes, dois abordam a experiência de aplicação do Serviço Social de Grupo (uma experiência realizada em duas comunidades de Salvador e a outra experiência refere-se a um trabalho realizado com crianças em uma instituição não especificada), um trabalho sobre a experiência do Serviço Social na COIJ, também vinculada a temática da infância e, por último, um trabalho sobre o Serviço Social Médico. Foram localizadas 8 produções de 1963, destas, quatro TCCS tratam de temáticas ligadas à infância e à família, dois trabalhos sobre o Serviço

Social na educação (um sobre a educação básica, denominada no TCC como primário e o outro sobre a educação técnica) e dois trabalhos vinculados à saúde e às causas sociais do adoecimento.

Dos TCCS apresentados no ano de 1964 foram digitalizados 6, destes, um trabalho refere-se à experiência de estágio no IAP dos Industriários, um sobre a comunidade Morro da Esperança e os quatro demais vinculam-se à temática da saúde. Apenas uma monografia foi identificada como do ano de 1965 e refere-se a uma experiência de implantação do Serviço Social na UFBA.

Relativa a 1966 a amostra incluiu 9 TCCs, destes, três referem a experiências de Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC)- sendo a primeira vez que o termo “DOC” surge entre as monografias-, dois trabalhos vinculados à saúde (um deles aborda a tuberculose), um trabalho refere-se à experiência no IAPFESP (previdência social), um trabalho sobre o Serviço Social de Grupo aplicado com grupos universitários, um trabalho sobre atuação no centro social da LBA, vinculado a temática da família e, por fim, um trabalho sobre o Serviço Social inserido em uma experiência de cooperativismo (sendo este um dos trabalhos mais diferentes, em relação à temática, dentre as produções analisadas). Em 1967 foram localizados quatro TCCs, dois destes estão relacionados à previdência social, um trabalho sobre uma experiência de DOC e um trabalho sobre a aplicação do Serviço Social de Grupo em uma comunidade.

Referente a 1968, temos a amostra de 7 TCCs: um trabalho sobre o Serviço Social no INPS, logo, vincula-se à temática da previdência social; um trabalho sobre o Serviço Social Médico na luta contra a tuberculose; uma produção sobre o Serviço Social em uma comunidade; um TCC sobre o Serviço Social de Grupo aplicado à grupos universitários; um TCC sobre o Serviço Social em empresas e, por último, dois trabalhos vinculados à discussão sobre a realidade social de um território<sup>10</sup>, desses dois, um TCC aborda a realidade do município de Feira de Santana e o outro discute sobre a comunidade Morro da Esperança em Salvador.

Por fim, o ano de 1969 é o que possui a maior amostra: 13 TCCS. Destes, 6 trabalhos referem-se às experiências em comunidades, sendo a principal temática neste ano; três produções vinculam-se às temáticas da família e da infância; um trabalho sobre o

---

<sup>10</sup> Por território, compreende-se determinado espaço físico e geográfico. No caso do TCC que aborda sobre a comunidade Morro da Esperança, não foi caracterizado na categoria anterior que refere-se ao trabalho do Serviço Social em comunidades porque ele dedica-se a promover um estudo sobre o Morro da Esperança, sem discutir a experiência de Serviço Social no território, diferenciando-se dos demais trabalhos.

Serviço Social de Grupo com tuberculosos; um TCC sobre o Serviço Social Escolar e dois trabalhos vinculados à discussão acerca da relação empresa/previdência.

A partir da exposição acima realizada, pode-se perceber que, nos anos iniciais (1962-1964), predominam as temáticas sobre infância/família, apesar destas estarem presentes em todos os anos até 1969, assim como, os TCCs vinculados à temática da saúde, que se mantêm ao longo dos anos. A discussão em torno do Serviço Social de grupo também apresenta destaque em praticamente todos os anos, contudo, tem maior evidência nos anos iniciais (1962-1964). Os trabalhos sobre a previdência social e seus segurados também se apresentam de forma mais evidente a partir de 1966, assim como as monografias sobre as comunidades, principalmente aquelas destinadas a relatar experiências de DOC.

**No que se refere às principais temáticas discutidas nos TCCs, lideram as produções sobre uma experiência de Serviço Social em alguma comunidade, sobretudo a partir de 1965, as experiências articuladas aos métodos do serviço social assumidos na época: Serviço Social de casos, Serviço Social de Grupos e Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC). Apesar da forte presença da temática sobre as comunidades, a maioria das produções liga-se a uma experiência de aplicação do Serviço Social de grupo nos territórios, o que parece corroborar o exposto por Costa (1986) e mencionado no capítulo anterior, que a presença do DOC na Bahia foi mais incipiente na década de 1960.<sup>11</sup>**

Em segundo lugar, temos as temáticas em torno da saúde e o Serviço Social médico, termo este utilizada na época para se referir à atuação profissional nos espaços da saúde e em conjunto com as equipes multiprofissionais da área, sobretudo com os médicos, considerando que, historicamente, a saúde evidencia uma das principais áreas de atuação da profissão. Empatadas, em segundo lugar, temos as produções que giram em torno de uma experiência de Serviço Social de grupo e as produções que discutem sobre famílias, crianças e adolescentes. Geralmente os TCCs sobre o Serviço Social de grupo estão associados à alguma instituição, comunidade ou grupo específico (grupo universitário, pensionistas, mães dos centros infantis da época etc.), enquanto que as discussões sobre família, crianças e adolescentes vinculam-se às experiências de estágios em instituições de cunho assistencialista como LBA, Sociedades Beneficentes, COIJ, Paróquias, dentre outras.

Por fim, em terceiro lugar, encontram-se as discussões ligadas ao Serviço Social na previdência social, principalmente as experiências vinculadas ao INPS e IAPFESP, destaca-se

---

<sup>11</sup> Destaca-se que apesar da presença expressiva das monografias sobre a experiência de Serviço Social nas comunidades baianas, são poucos os trabalhos que mencionam a utilização do DOC enquanto método técnico-operativo. Por isso, podemos associar esse fato ao mencionado por Costa (1985) sobre a incorporação tardia da escola de Serviço Social baiana à discussão sobre DOC.

que algumas produções sobre a previdência social estão relacionadas à temática da saúde. Encontram-se produções significativas ligadas ao Serviço Social e à educação básica, com experiências de estágios em escolas. Por fim, em quarto lugar está a temática vinculada ao Serviço Social em empresas, presentes nas produções advindas dos estágios no SESI e trabalhos que discutem os operários e suas condições de vida, revelando dados interessantes sobre a Bahia na década de 1960.

**Buscou-se também analisar a estrutura acadêmica dos TCCs produzidos no período selecionado (1962- 1969) por entender que esse aspecto revela pontos importantes sobre a formação profissional em Serviço Social na Bahia na década de 1960. Para a coleta, foram sistematizados os seguintes dados dentro do universo das monografias: a presença de título ou não, capa, contracapa, agradecimentos, epígrafe, sumário, índice, introdução, metodologia, conclusão, sugestões, referências bibliográficas e anexos.**

Iniciando pelo título, observa-se que das 53 monografias do universo, apenas em duas não constam os títulos, assim, 51 TCCs possuem títulos (96,22%). Todas as monografias também contam com capas, apesar delas não seguirem exatamente um padrão no seu formato e escrita, contudo, a maioria das capas expõem o título do trabalho, a assinatura manual do (a) autor(a) do TCC, a informação “Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à escola de Serviço Social da Universidade Católica de Salvador (UCSAL) para obtenção do título de assistente social”, destaca-se que atualmente, ao concluir o curso de Serviço Social, o (a) concluinte se torna bacharel em Serviço Social, recebendo o título de assistente social apenas ao se inscrever no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), a maioria dos trabalhos também apresentam na capa o nome da cidade e ano da defesa. Registra-se a presença de um carimbo nas monografias com o símbolo da UCSAL e a sigla ESSB referente ao nome Escola de Serviço Social da Bahia.

No que se refere à contracapa, 36 dos 53 TCCs não contam com contracapa na sua estrutura, totalizando 68 % dos trabalhos, logo, a sua maioria. As monografias, que contam com a contracapa, trazem no seu elemento textual as mesmas informações listadas acima presentes nas capas: título do TCC, nome do(a) autor(a) ou autores (as), a informação sobre ser um TCC para o curso de Serviço Social da UCSAL e destinado a obtenção do título de assistente social, nome da cidade e ano da defesa.

Sobre os agradecimentos, 27 dos 53 TCCs, representando 50% das monografias, contam com esse tópico, os agradecimentos costumam ser uma escrita mais pessoal dentro do

trabalho, mas, é possível notar que dentro do universo predomina o agradecimento à Deus, familiares, amigos, professores (as) e supervisores (as) de estágio. As epígrafes são menos comuns nos TCCs analisados, apenas 13 trabalhos contam com uma epígrafe (representando 24,5% dos trabalhos), todas elas se relacionam ao tema discutido no TCC.

Os sumários e índices estão interligados nas produções, alguns trabalhos contam com os dois (sumário e índice) e outros contam com um dos dois (sumário ou índice). A maioria das monografias utiliza o termo índice para referir-se ao sumário, totalizando 38 dos 53 TCCs (71, 6%), sendo presente também o índice de anexos, quadros, siglas, gráficos, tabelas etc. O uso do termo sumário está presente em apenas 22 TCCs (41,5%). De acordo com Lubisco e Lienert (2019, p. 57 e 62, grifos das autoras) no Manual de Estilo Acadêmico da UFBA, o Sumário é um elemento pré-textual, "[...] é a enumeração das seções (capítulos ou partes) que compõem o documento, **na mesma ordem e na mesma forma gráfica em que aparecem no texto**, seguidas das folhas ou páginas onde estão localizadas [...]"; já o índice é um elemento pós-textual, "[...] é uma relação de palavras ou frases que tem por objetivo remeter o leitor a trechos e informações específicas do texto. As palavras ou frases são ordenadas segundo determinado critério [...]". Assim, a maior parte das monografias adota o termo índice, mas para referir-se ao sumário, enquanto apenas nove TCCs contam com sumário e índice (16, 9%).

No que se refere à introdução, conclusão e sugestão, evidencia-se que apenas dois trabalhos não possuem em sua estrutura a introdução, assim 96, 22% dos trabalhos contam com a Introdução. Em alguns casos, constam os termos prefácio ou apresentação para nomear o que identificamos pelas características como introduções. A conclusão também está presente na grande maioria dos trabalhos (50 de 53), totalizando 94 % do universo de TCCs ao qual tivemos acesso, como já explicitado anteriormente. Foi observado, com base em uma primeira leitura feita nos 53 trabalhos, a grande presença de um tópico denominado como "Sugestões", assim, ele foi também incluído como um ponto de análise apesar de não fazer parte da estrutura formal dos trabalhos acadêmicos de acordo com a norma da ABNT atualmente. Assim, dos 53 trabalhos, 43 contam com o tópico sugestões, totalizando 81% das monografias, e na maioria dos trabalhos foi incluído após as conclusões ou inserido em conjunto com elas, ficando então "conclusões e sugestões".

Sobre a metodologia adotada pelas autoras dos TCCs, evidencia-se que uma minoria preocupou-se em expor os procedimentos e instrumentos metodológicos utilizados para a

escrita do seu trabalho, totalizando apenas 26% das monografias que mencionam a metodologia utilizada, logo, seriapossível suporque não havia, ao menos no curso de serviço social baiano, nesse período, uma grande preocupação com o caráter científico e acadêmico desuas produções? Contudo, em relação às referências bibliográficas adotadas, nota-se que apenas um trabalho não conta com as referências, assim, 99 % das monografias preocupam-se em evidenciar as fontes de pesquisa adotadas em seus trabalhos. Destaca-se que destes, 86 % adotam o termo “Bibliografia” em vez de referências. Por fim, os anexos também estão presentes na maioria das produções, mais especificamente, em 75 % das monografias e costumam trazer informações como: a ficha de entrevista social utilizada na instituição, dados sobre a população usuária do serviço ou da comunidade (para aqueles trabalhos que se desenvolvem nas comunidades), os regimentos das instituições, fotos, dentre outros. Os anexos fornecem informações interessantes sobre o trabalho profissional, contudo, como esta monografia dedica-se à formação profissional, não serão tecidos maiores comentários.

**Aproveitando o ensejo, analisando os principais referenciais teóricos presentes** nas produções desse período, observa-se um grande ecletismo, pois, é possível encontrar referências teóricas e metodológicas de cunho positivista e funcionalista, em sua maioria, mas também autores (as) mais próximos (às) da teoria social crítica marxista, assim como a manutenção de referências da Igreja Católica, apesar de em bem menor número quando comparado com as produções da década de 1940-1950.

Ressalta-se que diante do número grande de TCCS (53), não será possível expor todos os referenciais teóricos adotados em cada produção, contudo, foi realizada uma análise a partir do levantamento das referências biográficas de cada TCC, dos autores(as) que estiveram presentes na maioria dos trabalhos. Sendo encontrado dentre os (as) autores(as) do próprio Serviço Social: Paré e Wilson com a discussão sobre o Serviço Social de Grupo (1961), Balbina Ottoni Vieira com a publicação “Discussões sobre Grupos” (s.d) , Hamilton Gordon com a obra “Teoria e prática do Serviço Social de Casos”(1958), Nadir Gouveia Kfourri, importante professora do curso de Serviço Social em São Paulo, também com o debate sobre o Serviço Social de Casos, Maria Lúcia Carvalho com o Curso de Atualização em DOC (1964), apesar de menos frequente já que a discussão sobre DOC ainda estava incipiente na década de 1960 no curso de serviço social baiano, Amaral Fontoura com as obras “Introdução ao Serviço Social” (1959) e “Introdução à Sociologia” (1961)e Annete Garrett, uma assistente social estadunidense que aparece majoritariamente nos TCCs com a discussão sobre “ A entrevista, seus princípios e métodos” (s.d).

Autores (as) de outras áreas do conhecimento também estão presentes de forma relevante nas produções dos TCCs, como Cupertino Gusmão e a obra “Introdução às Ciências Sociais: a sociologia e sua relação com as demais ciências” (1964), George M. Beal e a produção “Liderança e Dinâmica de Grupo” (1965), Otto Klineberg- psicólogo e pesquisador da psicologia social- mais presente nos TCCS a partir de 1966-, essa informação pode indicar um início da aproximação com a influência fenomenológica e por fim, Karl Mannheim, um sociólogo austríaco, que de acordo com Costa (2016), discute a ideologia e utopia e elabora uma análise teórica da sociologia do conhecimento.

Desde os TCCs de 1963, já encontram-se referências de autores marxistas ou que se aproximam do marxismo, como: Otávio Ianni com obras como Homem e sociedade (1961), Industrialização e desenvolvimento social no Brasil (1963) e Estado e Capitalismo (1963); o historiador Werneck Sodré através das produções O que se deve ler para conhecer o Brasil (1967), Formação Histórica do Brasil (1964) e Quem é o povo no Brasil (s.d); Florestan Fernandes com publicações como Ensaio da sociologia geral e da sociologia aplicada (1960) e A sociologia numa era de revolução social (1963); e Caio Prado Júnior com a obra Evolução política do Brasil e História Econômica do Brasil (1962).

É marcante também a presença de autores baianos como Thales de Azevedo com a publicação Ensaio da antropologia social (1959) e Família, casamento e divórcio no Brasil (1961); Guerreiro Ramos com Sociologia do Orçamento Familiar (1950) e O problema da mortalidade infantil no Brasil (1963); e Anísio Teixeira com as produções Educação e Desenvolvimento (1962), Educação e Crise (1953), Educação escolar no Brasil e Educação e sociedade (s.d).

Mostra-se expressiva também a presença de autores como Celso Furtado, economista brasileiro com discussão sobre desenvolvimento econômico e subdesenvolvimento (Desenvolvimento e Subdesenvolvimento de 1961) e obras como A pré-revolução brasileira e Dialética do Desenvolvimento (1964), assim como, Darcy Ribeiro em A universidade latino-americana e o desenvolvimento social (1965) e A universidade e a nação (1962), promovendo discussões importantes sobre a educação superior.

Por fim, as produções católicas também se mantêm presentes nos escritos das discentes, principalmente entre os TCCS defendidos nos anos iniciais (1962-1965), as produções católicas encontradas são: a Encíclica *Conubii* publicada pelo papa PIO XII em 1930 sobre o matrimônio cristão, Encíclica *Divini Illius Magistri* produzida pelo papa Pio XI em 1929 sobre a Educação Cristã, e a Encíclica *Rerum Novarum* escrita pelo Papa Leão XII

em 1891 sobre as condições dos operários, esta uma encíclica bem conhecida e debatida no Serviço Social por ser um dos documentos da Igreja Católica que discute as condições de vida e trabalho das classes trabalhadoras. As encíclicas acima mencionadas apresentam, nos trechos citados nas monografias, um viés mais conservador quando comparado com as formulações presentes nos TCC que utilizam o padre francês Lebret como referência, o qual discute sobre economia e humanismo, se aproxima da ideologia desenvolvimentista e compõe um grupo mais crítico dentro da Igreja Católica, ligado à teologia da libertação, conforme discute Godoy (2016).

Dessa forma, fica ilustrada a intensa mistura de diferentes referenciais teóricos e ainda doutrinários, inclusive, presentes em conjunto no mesmo TCC, bem característico das produções da área na década de 1960. Como por exemplo, a presença, na mesma monografia, de autores marxistas como Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior, autores vinculados a metodologia positivista adotada na época, como Balbina Ottoni Vieira, Paré e Wilson, Maria Lúcia de Carvalho, dentre outros, e a manutenção de referências católicas, como as Encíclicas Papais e as produções do padre Lebret.

Sobre essa mistura, Netto (2011) discute a respeito do ecletismo e sincretismo presentes historicamente no Serviço Social. Ele afirma que a própria natureza sócio-profissional do Serviço Social favorece o sincretismo, diante da carência de um referencial teórico crítico-dialético.

O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social. (NETTO, 2011, p. 92)

Netto (2011) destaca três fundamentos da estrutura sincrética do Serviço Social: o universo problemático apresentado como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte do seu exercício profissional e sua modalidade específica de intervenção. Assim, o sincretismo acompanha o Serviço Social na sua prática profissional, na ideologia difundida entre os profissionais e no conhecimento produzido na área. Considerando que este trabalho se debruça sobre a formação profissional, será exposta aqui, de forma breve, a discussão realizada pelo autor sobre o sincretismo “científico” ou teórico.

Para Netto (2011, p. 132), a análise do sincretismo teórico, que se refere ao saber em que se firma o Serviço Social, deve levar em conta três aspectos: “[...] as possibilidades do conhecimento teórico (“científico”) do ser social, a filiação teórica do Serviço Social e suas próprias pretensões em instituir um saber específico. ”

Sobre o primeiro aspecto, Netto (2011, p. 136) afirma

"[...] que um conhecimento *teórico* do ser social [...] só é viável quando as relações sociais apresentam-se como tais, isto é, como produtos distintos da natureza e próprios da prática humana. E somente quando as relações sociais estão saturadas da sociabilidade, que elas podem se colocar como objeto específico para uma reflexão teórica[...] Estas condições surgem apenas com a sociedade burguesa [...]".

Netto (2011) cita Lukács, ao abordar que, apenas na sociabilidade burguesa, é possível reconhecer na sociedade, a realidade, pois é neste terreno que o homem torna-se ser social, a sociedade torna-se a realidade desse homem.

De acordo com Netto (2011), existem duas tradições de conhecimento teórico sobre o ser social, a vertente das ciências sociais (o positivismo e suas variações) e a vertente marxiana. Contudo, apenas a vertente marxiana se aproxima da realidade da sociedade burguesa, portanto, a teoria veiculada pela vertente positivista, a qual se mostra muito presente no Serviço Social brasileiro na década de 1960, representado pela teoria do Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade, apresenta limites expressivos para a explicação do ser social. Enquanto a vertente marxiana tem a *possibilidade de uma teoria social veraz*, que não se prende a um paradigma explicativo, parafraseando Netto (2011, p. 140), *um modelo reflexivo e intelectual que introduza no movimento social uma lógica e um sentido externos a ele, e sim que capture as determinações essenciais e fundamentais da sua dinâmica e as resolva na sua processualidade, indo além do imediato*.

Portanto, o segundo aspecto levantado por Netto (2011) está ligado ao primeiro. A filiação teórica do Serviço Social está presente nas discussões acadêmicas das ciências sociais. Em toda a história da profissão, o sistema de saber que ampara o Serviço Social é um subproduto das ciências sociais. Por isso, de acordo com Netto (2011), a subalternidade técnica do Serviço Social derivou da marginalidade teórica, influenciada pela vertente europeia e a vertente norte-americana. A vertente europeia do Serviço Social foi mais resistente à influência das ciências sociais, contudo, também foi influenciada pelo pensamento funcionalista de Durkheim, com a sua visão conservadora do sistema da divisão social do trabalho e sua teorização sobre o normal e o patológico da vida social. No Serviço Social, porém, estes elementos durkheimianos foram retirados do seu contexto original e interpretados em uma lógica ainda mais moralista, conforme analisa Netto (2011)

Já a vertente norte-americana, conforme apontou Netto (2011), desde as suas origens, esteve muito próxima ao desenvolvimento das ciências sociais. Ela surge sob o amparo da sociologia em seu processo de institucionalização, entre a Primeira Guerra mundial e a grande crise, o exercício profissional do assistente social é permeado pela noção de umaciência social

sintética empírica e é neste âmbito que Richmond, assistente social norte-americana, buscou elaborar pautas de intervenção.

Dessa forma, se apresenta o terceiro aspecto mencionado por Netto (2011), o Serviço Social acaba por não participar do processo como um protagonista do seu próprio desenvolvimento interno, será um receptor dos resultados desse desdobramento, ou seja, não estará vinculado à produção dos saberes especializados das ciências sociais, apenas receberá os seus produtos, nas palavras de Netto (2011), sendo uma espécie de “desaguadouro” das produções das ciências sociais, assim o Serviço Social se vulnerabiliza, por não desenvolver a sua capacidade crítica.

Assim, o autor aponta que o aspecto teórico do Serviço Social é essencialmente eclético, por conta de onde decorre a filiação teórica do Serviço Social e por buscar se orientar a partir de produções das ciências sociais que respondam à sua prática profissional. De acordo com Netto (2011), o problema que se coloca é determinar se o sincretismo teórico do Serviço Social é um fator permanente, o qual a profissão está condenada ou se pode ser superado. Este dilema veio mais à tona nos anos sessenta, diante das tendências críticas e renovadoras presentes no Movimento de Reconceituação da América Latina.

Netto (2011) explana que durante o Movimento de Reconceituação, houve inúmeras sugestões de possíveis teorias para o Serviço Social, desde que fundada em outros referenciais teórico-metodológicos que rompam com a tradição conservadora. O autor compreende que a filiação teórica do Serviço Social não está fadada ao positivismo, pelo contrário, é possível construir seus parâmetros teóricos na tradição marxista assim como sua vinculação ao pensamento conservador não é inevitável, ele pode se fundamentar em um projeto societário vinculado às aspirações societárias revolucionárias. Contudo, o autor afirma que o Serviço Social estará sempre limitado a construir uma teoria específica e de metodologia particular.<sup>12</sup>

Isso porque, de acordo com Netto (2011), a alternativa de um Serviço Social livre da tradição positivista e do pensamento conservador, não mudará o seu estatuto fundamental: o de uma atividade que responde, dentro da divisão social e técnica do trabalho da sociedade burguesa consolidada e madura, as demandas sociais práticas-empíricas. Significa que independente da filiação teórica assumida, o Serviço Social não se configurará como produtor teórico específico, permanecerá sendo profissão e seu objeto será um complexo heterogêneo de situações que demandam intervenções empíricas. Não significa que o Serviço Social não seja capaz de produzir conhecimento, apenas não poderá se classificar enquanto ciência

---

<sup>12</sup>Sobre essa conclusão feita por Netto (2011), é possível encontrar divergências em Yamamoto (2010).

independente e autônoma, o que responde ao terceiro aspecto de sincretismo levantado por Netto: a pretensão do Serviço Social em assumir um saber específico, o autor entende que essa pretensão tem viés positivista e para a necessária superação do ecletismo teórico presente na profissão, é necessário que o Serviço Social se posicione contrário à ideia de se firmar como um sistema original de saber e portador de uma teoria particular.

Passada a breve exposição sobre a discussão realizada em torno do sincretismo no Serviço Social por Netto (2011) diante do observado nas produções das discentes de Serviço Social na Bahia, retorna-se a exposição dos dados. Assim como os referenciais teóricos adotados nas produções do TCC são variados e fruto do ecletismo da profissão, a concepção de Serviço Social adotada pelos (as) discentes do curso também são diversificadas, apesar de possuírem pontos em comum.

A partir da coleta de dados feita com base na leitura completa dos dez TCCS selecionados (já mencionados na introdução), nota-se que apesar do sincretismo, a concepção do Serviço Social como uma técnica capaz de ajudar o homem a enfrentar suas dificuldades, ajustando-o de forma que lhe permita um real bem-estar, é predominante por estar presente em todos os TCCS lidos.

O TCC sobre o Plano do Serviço Social Médico no Hospital São Jorge de 1962, da discente Simone Maria de Matos Montanha, traz a seguinte definição sobre o Serviço Social, retirado a partir do Relatório do grupo de trabalho na X Conferência Internacional de Serviço Social em 1961.

Uma atividade organizada com o objetivo de auxiliar na mútua adaptação dos indivíduos e seu meio social através da utilização das técnicas e métodos que permitem aos indivíduos, aos grupos e as comunidades, enfrentar suas próprias necessidades e resolver seus problemas de adaptação a uma sociedade em transformação, permitindo ainda pela cooperação, o melhoramento de suas condições de vida, tanto no aspecto econômico quanto no social. Os métodos para o discernimento destes problemas e a atividade organizada, necessária ao seu tratamento conduzem a uma diversidade de atividade de natureza pública e particular em numerosos campos de ação. (MONTANHA, 1962, p.8)

Os TCCS em sua maioria, discutem sobre as mudanças assumidas pelo Serviço Social a partir das transformações radicais geradas pela industrialização e a necessidade da contribuição da profissão para o "ajustamento dos indivíduos" a essa nova sociedade. A monografia sobre o Serviço Social Médico no Hospital Santa Izabel de 1964, escrito por Marri Viana de Lima, exemplifica bem essa ideia que o Serviço Social passou a assumir um comportamento técnico-científico, procurando propiciar ao mundo em transição, o seu "equilíbrio" e, por isso, o Serviço Social deixa de ser um órgão da assistência que se limitava a ajudar mas sem apresentar "soluções para os problemas", para formular planos de

tratamento em busca de solução, tendo por objeto o próprio ser humano, para quem interpretará essas mudanças para que elas se realizem em "seu próprio benefício".

Dessa forma, a partir do exposto, com base na amostra dos TCCs, nota-se uma mudança no perfil dos "clientes" do Serviço Social, pois, deixam de ser apenas aqueles que se apresentam nas instituições e buscam por ajuda e passam a ser todas as pessoas, já que, se partirmos do princípio de que as instituições sociais modernas se preocupam com o *bem estar geral* e a colaboração de todos, pode-se afirmar que todo cidadão é um cliente em potencial do Serviço Social. (MONTANHA, 1962)

O TCC intitulado "Uma experiência de implantação de Serviço Social" de 1965, das alunas Liliana Mercuri de Almeida, Iraci Batista Cerqueira e Marinho Luiza Pinho Pereira, resgata os princípios fundamentais do Serviço Social a partir de um compilado das discussões realizadas pelos (as) autores (as) da época, sendo eles: respeito à personalidade humana; necessidade de participação dos interessados em todas as etapas do processo; respeito à liberdade, individualização, participação ativa dos beneficiários, autodeterminação, fidelidade às características científicas e ao sentido humano do Serviço Social e articulação e integração dos métodos fundamentais (Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade).

Ao comparar com os princípios fundamentais presentes atualmente no Serviço Social notadamente no Código de Ética do (a) assistente social, Resolução CFESS nº 273 de 13 de março de 1993, notaremos alguns pontos em comum com os princípios levantados pelas discentes no TCC mencionado acima, como: liberdade e participação ativa da população. Contudo, a liberdade defendida pelo Código de Ética não se configura como a ideia de liberdade burguesa (como a mencionada nos princípios fundamentais do Serviço Social pela monografia de 1965), mas sim de libertação da classe trabalhadora da exploração vivenciada na sociedade capitalista. Assim como a defesa da participação ativa da população no Código de Ética assume um teor de luta coletiva contra a todas as explorações da sociedade capitalista e a defesa da democracia, enquanto que para os princípios fundamentais levantados pelo TCC acima citado, a participação coletiva, apesar de também vincular-se à democracia, se refere a participação coletiva em prol do desenvolvimento do país (nota-se a influência da ideologia desenvolvimentista), pela ideia de que cada sujeito social deve assumir sua posição e compromisso na busca do desenvolvimento.

Em síntese, a principal concepção de Serviço Social presente em todos os TCCS da amostra, é bem exposta no TCC de 1967, intitulado como "Experiência de Serviço Social de

Grupo numa comunidade marginalizada” da aluna Ceres Sento Sé Nuno de Souza (1967, p. 17).

O Serviço Social é uma técnica específica que tem em vista ajudar o indivíduo a desenvolver suas capacidades e potencialidades, a fim de melhor realizar sua vida como pessoa humana e tomar posição consciente em face da sociedade. Com este fim, sua ação se estende à escola, à família, à comunidade, através do assistente social. Contudo, não atinge somente a pessoa humana tomada individualmente, em grupo ou em comunidade, respeitando-lhe os direitos, mas também descobrindo-lhes e explorando seus talentos e aptidões [...] O Serviço Social deve unificar esforços para tornar o indivíduo mais feliz e realizado nos diversos aspectos da vida.

Contudo, apesar da ideia do Serviço Social presente nos trabalhos vincular-se aos aspectos teóricos e metodológicos do Serviço Social tradicional e conservador, algumas dessas monografias já realizam algum comentário sobre a necessidade de mudança do Serviço Social e de seus métodos se aproximarem mais da realidade brasileira. O TCC de Almeida e demais autoras (1965, p.1), trazem os seguintes questionamentos: *Qual o papel do Serviço Social num país em desenvolvimento? Quais os pressupostos filosóficos do Serviço Social? É possível o Serviço Social em qualquer sistema econômico? O que é específico do Serviço Social como profissão? Qual a área humana prioritária de atuação do Serviço Social? A formação profissional do assistente social responde aos desafios do mundo moderno?*

Esses são questionamentos sobre o Serviço Social pertinentes até os dias atuais. Sobretudo, destacamos as seguintes questões: *é possível o Serviço Social em qualquer sistema econômico? O que é específico do Serviço Social como profissão? A formação profissional do assistente social responde aos desafios do mundo moderno?*

Questões estas ainda presentes em debates acadêmicos dentro da profissão, pois, conforme a realidade se modifica, as respostas para essas perguntas também se renovam. Basta considerar que os desafios modernos que o Serviço Social deve responder mencionados por Almeida et al (1965), possivelmente não são os mesmos desafios modernos da sociedade dos anos 2000.

Assim, os TCCs objetos dessa pesquisa apresentam questionamentos que, diante da multiplicidade das necessidades humanas e das transformações que ocorrem na sociedade, torna-se fundamental para a formação do Serviço Social em cada país, sua adaptação às características econômicas, culturais e sociais de cada um. Dessa forma, Almeida, Cerqueira e Pereira (1965) afirmam que cabe ao Serviço Social o conhecimento profundo da realidade humana em determinada área e época, em particular, *suas aspirações, grau de associatividade, sensibilidade à mudança, como forma de compreender o homem ali inserido como indivíduo em grupo e na comunidade*. Este conhecimento pode ser fornecido pela

filosofia, pelas ciências sociais (sociologia, antropologia, psicologia e etc) e pelos relacionamentos sociais do profissional do Serviço Social com a área de atuação.

As alunas prosseguem com a seguinte afirmação (ALMEIDA, CERQUEIRA E PEREIRA, p.13, 1965):

Podemos constatar no Brasil um esforço, ainda de uma minoria, de profissionais e estudantes, em purificar o Serviço Social de alguns traços de suas heranças europeias e americanas, buscando atender as exigências de nossa realidade de país em desenvolvimento. Acreditamos que o contato cada vez mais direto com os grupos humanos, fará do Serviço Social um real instrumento de libertação do homem brasileiro. O Serviço Social no Brasil talvez tenha em si a resposta para o próprio Serviço Social da América Latina e do terceiro mundo.

Dessa forma, fica nítido a presença nas monografias sobre o debate muito presente no Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil e em toda América Latina, por compreender a necessidade de buscar teorias e metodologias que respondam realidade latina, totalmente distinta da realidade norte-americana, de onde vêm a forte influência do Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Desenvolvimento e Organização de Comunidade. Destaca-se que apesar da citação acima ter sido retirada de um TCC em específico, sua ideia central também está presente nos demais trabalhos da amostra.

É possível também observar a compreensão do contexto histórico- social e seus impactos sobre o Serviço Social e as respostas que o mesmo deve dar para a sociedade daquele momento. Na monografia “Nossa atividade num centro social” de 1966, escrito por Maria das Graças Vinhaes BelloDultra, afirma que existe uma dupla compreensão: as condições histórico-sociais da crise geral ( ao abordar sobre crise, a autora se refere às mudanças geradas pela industrialização e o aumento do pauperismo no país) e a natureza do Serviço Social. As condições histórico-sociais, de acordo com Dultra (1966), determinam a explicação dos problemas e contradições de uma sociedade em mudança e a natureza do serviço social responde quais dessas contradições e problemas podem ser resolvidos pelo Serviço Social, até que ponto o consegue ou poderá conseguir, dentro e fora dos modos de relações econômicas e sociais, tais como existem.

Seguindo a mesma lógica do TCC acima sobre o contexto histórico social e a natureza do serviço social, a produção de Souza (1967, P.23) afirma:

O momento atual se apresenta como uma oportunidade para que seja superada definitivamente a forma tradicionalista da atuação do Serviço Social ainda vinculada à forma assistencialista. O Serviço Social já revela um grau de amadurecimento profissional favorável a esta posição de rompimento com o passado, e é seguro a função de melhor servir à pessoa humana e à noção que novas linhas de pensamento e ações se impõe. Para o Serviço Social, assim, nova dimensão de conceito de “problema social” se afirma. O “problema social” não pode mais ser visto apenas

como um desvio de norma vigente, mas principalmente como originário das estruturas sócio- econômicas inadequadas à promoção social e humana.

Iamamoto e Carvalho (2014), na obra que marca a articulação do Serviço Social com o marxismo, aponta o Serviço Social como uma profissão historicamente situada, ou seja, a profissão surge a partir do contexto sócio-histórico que o demanda e se atualiza à medida que esse contexto lhe exige mudanças. Portanto, Dultra (1966) já se aproxima dessa ideia ao retratar que as condições histórico-sociais determinaram as demandas postas ao Serviço Social e as respostas que são possíveis de serem concedidas pela profissão.

Os autores Iamamoto e Carvalho (2014) explicitaram teoricamente os fundamentos socio-históricos dos limites estruturais que são impostos ao Serviço Social como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, sendo esta compreensão um ponto chave para a libertação da ideia salvacionista do Serviço Social, ou seja, a falsa ideia de que cabe à profissão a missão de libertar a classe trabalhadora da exploração que vivencia, pois, apenas a própria classe trabalhadora, em seu coletivo e pela luta política, é capaz de transformar a sociedade e libertar-se. Dultra (1966), apesar de não desenvolver com maior densidade essa discussão, aproxima-se dela ao afirmar que existem “problemas sociais” que o Serviço Social não será capaz de solucionar.

Cabe destacar que os problemas sociais, mencionados por Dultra (1966) e Souza (1967), podem ser entendidos como as expressões da questão social discutida por autores contemporâneos do Serviço Social, como Iamamoto e Carvalho (2014). Essa ideia será melhor desenvolvida mais adiante quando for discutida a compreensão da questão social presente nas monografias.

Conforme já evidenciado, predomina nesse período a adoção dos métodos do Serviço Social, de caso, de grupo e de comunidade, aplicados às experiências de estágio. Será aqui exposto, de forma mais breve e objetiva, a maneira como a discussão desses métodos se expressava nos TCCs elaborados na ESSBA nesse período.

No âmbito da amostra selecionada, o trabalho de Dultra (1966, p. 29) é o que se dedica à definição desses métodos, para ela,

[...] o Serviço Social de Casos é o trabalho social com indivíduos, decorrente do não atendimento de suas necessidades básicas [...]um processo utilizado para [...] a compreensão mais profunda [...] da conduta individual e [...] da personalidade, [...] tem por objetivo desenvolver as capacidades do homem.

Portanto, a descrição apresentada por Dultra (1966) reafirma que o Serviço Social de Caso, como o próprio sentido mais comum do termo remete, parte de uma perspectiva

individual, o que é corroborado pela análise de Almeida et al (1965) ao identificar que o Serviço Social pautava-se no princípio da “Individualização”.

Nas palavras de Dultra (1966, p. 31), o “[...] Serviço Social de Grupo é um método de educação social no qual os membros do grupo são eles próprios, os educandos, os educadores e o material educacional, os quais funcionam num processo de relacionamento.” Busca formar e desenvolver

[...] o senso de responsabilidade, a obrigação que cada indivíduo assume para o verdadeiro sentido de cooperação[...] mútua. Seu trabalho de educação é lento e se processa de modo informal. A ele importa a reanimação do homem oprimido que defenda seus direitos inalienáveis e o ponha a serviço da comunidade, ao mesmo tempo em que o faça responsável pela construção de sua própria história. (DULTRA, 1966, p. 31-33)

Contudo, de acordo com Dultra (1966, p. 34), O Serviço Social de Grupo ainda

[...] não satisfazia plenamente as necessidades do povo e, surgiu então, o Desenvolvimento e Organização de Comunidade (DOC), como método do Serviço Social muito mais avançado, pois, sua finalidade não é “curar” indivíduos “desajustados”, não é “prevenir” novos “desajustamentos” individuais, mas sim trabalhar pela organização de uma sociedade melhor, melhor equilibrada, mais bem estruturada, em que haja possibilidade de bem-estar para seus membros. (DULTRA, 1966, p. 34)

Assim, sem excluir a atenção aos “desajustados”, passa-se a incluir também as estruturas sociais da comunidade como objeto de atenção. Segundo Dultra (1966, p. 34), “[o] DOC trata da criação, revitalização, readaptação e coordenação dos quadros sociais para atender os problemas sociais através do processo de conscientização e capacitação da comunidade”.

Contudo, uma outra monografia também desenvolvida em 1966, sem título, mas que aborda a comunidade de Pernambués, promove críticas interessantes ao DOC e a sua falta de utilidade na realidade brasileira, sobretudo na realidade baiana. Isso porque, um dos princípios defendidos pelo DOC, de acordo com formulações de Galeão (1966), autora do TCC, é o ajustamento entre as necessidades e os recursos da comunidade, ou seja, buscar atender as necessidades da população da comunidade a partir dos seus recursos próprios (humanos, financeiros, serviços etc.), contudo, para Galeão (1966, p. 42), pensando na realidade das comunidades dos países subdesenvolvidos como o Brasil, esse princípio tem pouco valor prático, de acordo com a autora que apresenta os seguintes questionamentos: *Como promover esse ajustamento se as necessidades são inúmeras e se acumulam com o processo de desenvolvimento do país? Como promover o ajustamento se inexistem os recursos materiais nas comunidades?*

Em regra, as experiências do Serviço Social em comunidades nacionais não têm sido do tipo integrativas, ou seja, vinculadas ao planejamento global. Diversas tentativas são feitas com o propósito de se realizar o objetivo teórico do DOC que é a integração da comunidade na vida da nação. (GALEÃO, 1966, p. 51)

Destacamos que a autora conclui, a partir de sua experiência prática de DOC em Pernambuco, que não houve a participação articulada, efetiva ou satisfatória, do governo para o desenvolvimento dos projetos comunitários. Sendo assim, para Galeão (1966), fica descartada na prática a ideia defendida pelo DOC de incentivo ao esforço da população, com o devido suporte estatal, para a solução de seus problemas, já que, nas comunidades pobres brasileiras, faltam serviços básicos como acesso a alimentação, saneamento básico, energia elétrica, dentre outros, ou seja, não existem suficientemente os próprios recursos locais que deveriam ser acionados para solucionar os problemas comunitários. A chave do que é defendido pela autora é de que, sem o suprimento das necessidades básicas de seus moradores, não é possível mobilizá-los para buscar outras melhorias na comunidade.

Dessa forma, o trabalho de Galeão (1966) traz críticas significativas aos métodos adotados pelo Serviço Social na década de 1960 e, também, se aproxima das discussões presentes no Movimento de Reconceituação ao afirmar que o método DOC não responde à realidade das comunidades brasileiras, diante do cenário de pobreza muito distinto da pobreza norte-americana.

Não é tão presente, nos TCCs desse período, a ideia de que assistentes sociais devem possuir "características" em sua personalidade que a tornem uma "boa profissional", o que parece indicar o distanciamento da perspectiva da profissão como uma vocação já que busca se aproximar de um viés mais técnico e científico do Serviço Social. Contudo, um TCC em específico traz um pouco dessa ideia, Carrilho (1969, Pp.15) afirma:

[a] assistente social em qualquer área que funcione deve ser uma pessoa psicologicamente sadia, com bom controle emocional e alto grau de estabilidade. A maturidade é a qualificação principal para o bom desempenho da tarefa da assistente social. De acordo com Mira y Lopes, a pessoa madura é aquela que possui boa saúde mental. Implicando em maturidade ela deve: reconhecer os seus erros e apreciar os seus êxitos na sua justa medida, julgar-se com objetividade, relacionar-se com os demais, integrar-se dentro dos interesses da coletividade e dos grupos sociais a que pertence e oferecer sua ajuda a quem dela necessitar, tentar a modificação do ambiente em que atua, mas não conseguindo adaptar-se a ele sem contudo modificar os seus propósitos, manter-se neutro, não se permitindo envolver emocionalmente na situações e problemas apresentados pelos seus clientes, cuidar em não assumir a responsabilidade de resolver todos os problemas de seus clientes, reconhecer as suas insuficiências pessoais que podem influenciar seu julgamento a respeito de outros, ou deturpar suas relações profissionais.

Nota-se a ideia da neutralidade, muito influenciada pelo positivismo, o qual defende a necessidade da imparcialidade do pesquisador diante do seu objeto. Assim, a partir do exposto

por Carrilho (1969), o assistente social deve manter-se neutro ao deparar-se com diferentes sujeitos e realidades sociais. A partir da interlocução do Serviço Social com o marxismo, a defesa da necessidade de neutralidade e imparcialidade é derrubada e, pelo contrário, o discurso predominante no Serviço Social brasileiro passa a defender a classe trabalhadora e seus interesses. O próprio Código de Ética assume no seu oitavo princípio: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.” (CFESS, 1993, p. 6)

Além disso, Yamamoto e Carvalho (2014) discutem como o Serviço Social atende as demandas postas pela classe trabalhadora (atender as necessidades básicas para sua reprodução social) mas também as demandas postas pela classe burguesa (controle social sobre a classe trabalhadora e a garantia da manutenção e reprodução da classe que produz a riqueza) e, nessa correlação de forças entre as classes sociais contraditórias, porque negam-se mas dependem uma da outra, fortalece mais os interesses da classe dominante, mas sempre atende, mesmo que em menor proporção, os interesses da classe trabalhadora, o que expressa o caráter contraditório da própria profissão. Esse entendimento já revela a impossibilidade de o Serviço Social ser pensado isoladamente das suas condições objetivas de ação que também o constituem e, desse modo, conformam as suas opções ou seu espaço de relativa autonomia, interditando assim a possibilidade de uma posição neutra. A formação profissional, o trabalho profissional, a ideologia veiculada pelo Serviço Social, dentre outros, sempre assumirão um posicionamento.

Ressalta-se que, na amostra selecionada para a análise, o trabalho de Carrilho (1969) é o primeiro a mencionar a necessidade do(a) assistente social manter o sigilo profissional (CARRILHO, 1969, p.17).

As informações obtidas, em caráter profissional, devem ser discutidas somente com os técnicos que estejam claramente relacionados com o caso. Deve-se obter do cliente permissão para o uso de suas informações, quando necessário, para estudo e tratamento do caso. Por exemplo, as comunicações em reuniões, entrosamentos em outros serviços ou outros profissionais. O material colhido nas entrevistas só poderá ser utilizado para estudo e pesquisas havendo conhecimento e consentimento do cliente.

Este trabalho de Carrilho (1969), em específico, traz de forma mais expressiva o que podemos supor como uma interlocução com a influência fenomenológica, o que pode ser compreendido com o fato de ser um TCC de 1969, mais próximo da década de 1970, quando passa-se a notar, de forma mais expressiva, a presença da perspectiva fenomenológica no

Serviço Social, conforme aponta Netto (2015). Alguns trechos de Carrilho (1969, p.19 -20) evidenciam essa influência.

Na entrevista, a assistente social tem de distinguir a realidade objetiva da realidade subjetiva apresentada pelo cliente, mas não pode separá-las demasiadamente. Então, a atuação da assistente social seria levar o cliente da subjetividade para a objetividade da situação, mas sem pressões.

Na evolução da terapêutica a assistente social irá situando com o cliente as áreas mais difíceis de serem enfrentadas. Através do apoio recebido nas entrevistas, o cliente se sentirá mais seguro para vivê-las, superando-as ou aceitando-as de forma mais positiva. Desta maneira saberá, futuramente, lidar com novas dificuldades que porventura surjam, sem necessitar mais a ajuda do serviço.

A ideia do(a) assistente social preocupar-se em atuar sobre a subjetividade do indivíduo- chamado como cliente- e a adoção do termo terapêutica para referir-se ao trabalho em serviço social podem ser associados à influência da fenomenologia, que se debruça sobre a subjetividade e a individualização, vinculado a uma intervenção psicossocial, conforme discute Netto (2015).

Um TCC em específico destaca-se por trazer algumas discussões inéditas quando comparado aos demais trabalhos. Trata-se do trabalho intitulado “Padrão de vida do operário e sua família” de 1962, escrito por Margarida Maria Cerqueira de Carvalho, a partir da experiência de estágio no SESI. Carvalho (1962) resgata o conceito de Serviço Social do Trabalho, abordado na Convenção Anual da ABESS - atualmente ABEPSS- em 1955, definindo uma ramificação específica dentro do Serviço Social como Serviço Social do trabalho, por dedicar-se aos trabalhadores, buscando humanizar as relações Capital e Trabalho e gerar uma produção menos exploratória. (CARVALHO, 1962). Destaca-se que não há qualquer referência à compreensão marxista neste trabalho sobre a relação capital e trabalho, mas a monografia se destaca por ser a primeira a se aproximar dessa temática, mesmo que defenda uma ideia ilusória, perante a ótica marxista, sobre a possibilidade de humanizar as relações capital e trabalho.

Considerando a definição usada por Carvalho (1962), sobre o Serviço Social do Trabalho, ser fruto de uma Convenção Anual da ABESS em 1955 e, ao recuperar o que foi dito acima sobre a perspectiva do reformismo reconceituador apontado por Scheffer et al (2020) presente desde a década de 1950, e também dentro do Movimento de Reconceituação no Brasil, nota-se algumas semelhanças. Pois, o reformismo reconceituador compreende a exploração gerada pelo sistema capitalista, mas, diferente da teoria marxista, acredita ser possível a transformação de um capitalismo menos exploratório e mais justo e o Serviço

Social seria o agente de mudança responsável por tal intento, próximo a ideia abordada por Carvalho (1962), ao considerar possível humanizar a relação capital e trabalho através do Serviço Social do trabalho.

Carvalho (1962, p.120) imprime uma visão romantizada e salvacionista do Serviço Social, conforme discute Iamamoto (2014), ao considerar que o Serviço Social pode, parafraseando a autora, “[...] servir à promoção da classe operária, à sua elevação no tríplice plano de sua condição material, jurídico, social e espiritual”. O trecho abaixo exemplifica bem essa imagem:

Sendo o serviço social, por excelência, a profissão que se dedica a propiciar à pessoa humana a realização máxima de suas potencialidades tem, no momento em que vivemos, grande missão a cumprir. Principalmente ao Serviço Social do Trabalho que visa humanizar as relações entre empregados e empregadores, entre o mundo do trabalho e o do capital, está reservada uma grande tarefa, sobretudo agora que o Brasil enfrenta um período de industrialização e progresso econômico. Prestando o seu concurso tanto aos patrões como aos operários, no respeito à liberdade e dignidade de cada um, pode vir a ser de grande valia na obtenção de uma mentalidade que permita o advento e a permanência de estruturas mais humanas. Agindo, dentro das fábricas, deverá ser o traço de união entre o Trabalho e o Capital, colaborando para o real entendimento das duas classes, dentro dos princípios de justiça social e equidade. (CARVALHO, 1962, Pp.133)

Demonstra então acreditar na conciliação de classes, também um dos pontos defendidos pelo reformismo reconceituador. Apesar da discussão diferenciada promovida pela aluna quando comparado com os demais trabalhos, prevalece no seu trabalho a ideia de o Serviço Social ter por objetivo a realização máxima das potencialidades humanas, com o intuito de alcançar o seu bem-estar. Pode-se afirmar que essa é a concepção de Serviço Social presente em todos os TCCs.

A partir da análise da amostra selecionada, nota-se que o homem é reconhecido como o objeto da profissão. A monografia de Montanha (1962, p. 17) exemplifica essa constatação, ao afirmar o homem como objeto da profissão.

O homem, tendo como preocupação tornar sua vida mais longa, seus direitos bem determinados e defendidos, seu conforto material mais acessível e desejável, a fim de que a tão sonhada felicidade seja alcançada pelo maior número de pessoas possível.

Inclusive, predomina nas monografias a ideia do Serviço Social alcançar o homem em sua integralidade e por isso, compreende a necessidade de superação dos métodos (Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade) de forma isolada para a integração de todos eles, chamado de “síntese do Serviço Social” pelas discentes. Ou seja, ao invés de escolher de forma isolada um método específico para intervir naquela realidade, busca-se a integração dos

três métodos na mesma realidade, com o intuito de atender as necessidades do homem em sua integralidade. Tenta-se operar para promover o homem com o intuito de que ele possa realizar-se como pessoa, além de torná-lo também agente de mudança, apto a humanizar as estruturas das quais é membro ou que venha criar ou pertencer.

A partir do amadurecimento teórico e metodológico do Serviço Social, gerado pela aproximação com a teoria social crítica marxista, passou-se a compreender que o objeto do Serviço Social não seria o homem e sim a questão social (apesar de ainda existir debates acadêmicos em torno desse conceito). Os autores Iamamoto e Carvalho (2014) afirmam que a questão social se expressou devido às transformações sociais decorrentes da mudança da base econômica- o fim da república agrária e o início da industrialização (década de 1930) no Brasil - gerando profundas mudanças, como a exploração do trabalho pela generalização do assalariamento e pela precarização das condições de vida da classe trabalhadora, que passaram a exigir uma outra intervenção, além da caridade e repressão. Tais mudanças geraram como consequência a intensificação da pobreza, miséria, desemprego, dentre outros fenômenos ou expressões da questão social.

Nessa perspectiva nos anos 1990, as formulações de Iamamoto (1998) e em consonância com o debate da formação profissional que teve como conclusão a elaboração das Diretrizes Curriculares, explicita-se que as expressões da questão social constituem o objeto do trabalho dos/as assistentes sociais pelo menos para a maioria dos debates acadêmicos.

De acordo com Borges et al (2018), a concepção marxiana (materialista, histórica e dialética), indica que a questão social tem sua dimensão histórica, por sua gênese estar vinculada ao processo de acumulação primitiva do capital que funda posteriormente a sociedade capitalista, dimensão estrutural, pois a raiz da questão social se encontra no modo de produção capitalista, fundado na exploração do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção e a dimensão política, por se tornar objeto de luta da classe trabalhadora, ao entender o real motivada pauperização e a necessidade de transformação social.

Apesar da questão social ser um conceito recente no Serviço Social brasileiro, ao tomarmos as referências de Iamamoto e Carvalho (1982) e Iamamoto (1998; 2015) mais especificamente, é possível identificar, em uma leitura recorrente, aqui no caso os TCCs, as manifestações da questão social e as formas de interpretação desses fenômenos. No que se refere ao aspecto histórico da questão social, podemos listar como exemplo dois TCCs: Montanha (1962) e Lima (1964).

Montanha (1962, p.9) afirma que a passagem de uma economia agrícola para uma industrial, ou seja, da vida rural para a vida urbana, gerou como consequência o desequilíbrio das instituições existentes.

As instituições econômicas tornaram-se incapazes de atender todas as necessidades econômicas do povo e dessa forma o desemprego tornou-se um problema e os laços famílias e comunidade local tornaram-se frouxos, trazendo como problemas a delinquência e a prostituição.

Montanha (1962, p. 9) segue a discussão afirmando que esses dois fatores geraram demandas ao Serviço Social, devendo o (a) assistente social, parafraseando a autora: “[...] ajudar as pessoas a se ajustarem a situação e a fazerem o melhor possível dentro de seus próprios meios, e auxiliar a instituições sociais existentes a mudar, de forma que possam responder às necessidades crescentes.”

É possível analisar a compreensão da discente e autora do TCC, de que as mudanças geradas pela industrialização e urbanização geraram consequências que devem ser atendidas e respondidas pelo Serviço Social, o que se aproxima da discussão realizada por Yamamoto e Carvalho (2014), Martinelli (1989), dentre outros autores (as) que compreendem a questão social como a responsável pela gênese do Serviço Social, assim como o objeto da profissão. Mesmo que Montanha (1962) não compreenda com a densidade necessária essa passagem histórica.

Lima (1964) também afirma que as descobertas e consequente industrialização operou modificações radicais na sociedade moderna. Os trabalhadores rurais foram atraídos por uma imagem de melhores condições de vida no espaço urbano, contudo, depararam-se com o desemprego, miséria, fome, dentre outros, “aumentando a fila de hipossuficientes dos grandes centros” (LIMA, 1964, p. 14). Além disso, Lima (1964) atribui a responsabilidade também a utilização das máquinas industriais, as quais substituíram o trabalho humano. Essa situação resultou na diminuição do mercado de trabalho, pois as máquinas também passaram a substituir o trabalho humano, gerando o desemprego em larga escala. O exposto por Lima (1964) e Montanha (1962) conflui para o debate atual sobre a dimensão histórica da questão social já exposta acima. A discussão em torno das expressões da questão social está presente em praticamente todos os TCCs da amostra, com apenas uma exceção, denominadas nas monografias como “problemas sociais”, “desajustamentos”, dentre outros.

Os “problemas sociais” apontados em basicamente todas as produções giram em torno da baixa remuneração dos trabalhadores em comparação com o custo de vida, tendo um destaque para alimentação- apontada por Carvalho (1962) e Galeão (1966)- como a

responsável pelo maior custo das famílias, o problema habitacional também surge como grande destaque em Salvador, com diversas comunidades empobrecidas e isoladas do centro da cidade, falta de saneamento básico nas comunidades, pouco acesso à educação, dentre outros.

Destaca-se também o número expressivo de analfabetos no Brasil e mais especificamente na Bahia. O TCC intitulado “A realidade da educação primária brasileira e o Serviço Social” de 1963 da discente Maria Joaquina Moura Pinto faz a seguinte reflexão:

Em determinadas áreas do país em que a renda per capita é bastante baixa, torna-se necessário que toda a família seja mão de obra ativa, inclusive as crianças, que acabam evadindo as escolas para trabalhar, esse fator apesar de gerar um aumento da renda familiar, também gera como consequência a formação de pessoas marginais e sacrificadas. (PINTO, p. 79)

Abordando os “problemas sociais”, é importante ressaltar os “desajustamentos” que indicam uma grande carga moralista pelas discentes. Dultra (1966), por exemplo, buscou investigar as causas da “desintegração das famílias”, encontrando “[...] fatores econômicos: pensão insuficiente, salário familiar baixo, crise de habitação e amparo insuficiente na comunidade, saúde: falta de educação sanitária e moral: falta de formação moral das famílias, vícios sociais e mães solitárias.” (DULTRA, 1966, p. 54).

Sobre a falta de formação moral, Dultra (1966) destaca que as viúvas ou ex-companheiras (solteiras) pobres, por precisarem trabalhar fora de casa, não davam a orientação mínima necessária aos seus filhos, gerando como consequência os vícios sociais, como criminalidade, dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, prostituição, pobreza etc.

Acerca disso, Galeão (1966) completa que a inexistência de uma estrutura social e econômica que atenda às necessidades básicas destas famílias e torne possível a manutenção das mulheres-apontadas pela autora, como responsáveis pela formação da personalidade das crianças e adolescentes-em casa, cria situações graves que geram a desintegração familiar. Utilizando como referência Alceu Amoroso Lima, Galeão (1966p. 21) afirma que a incapacidade de sustento financeiro pelo chefe da família e a disseminação do trabalho feminino leva forçosamente à instabilização do lar e com isso o favorecimento dos “germes corruptores da família: esterilidade materna, a impossibilidade ou inferioridade da educação doméstica, com a prematura dispersão dos filhos.”

Assim, é presente nas monografias, como as exemplificadas acima (Dultra e Galeão), a ideia de que os “desajustamentos” são gerados também pela ausência feminina no ambiente doméstico, ausência esta justificada pela necessidade de aumento da renda familiar-

escancara-se então uma concepção moralista e conservadora, já que, aponta a responsabilidade sobre as mulheres e a própria família, sem evidenciar a responsabilidade do Estado em garantir as necessidades básicas dos indivíduos. Portanto, por essa lógica, as famílias negras e empobrecidas estariam fadadas aos “desajustamentos” (desemprego, criminalidade, pobreza, prostituição etc.).

Apesar da forte culpabilização da pobreza presente nesses trabalhos, também existem, em poucos TCCs, uma aproximação com uma concepção mais crítica sobre a realidade social. A mesma Galeão (1966), que menciona sobre a saída da mulher da casa como fator gerador de desajustamentos e vícios sociais, também compreende que a exclusão social vivenciada pela maioria da população tem como fundamento básico a natureza das relações que a mesma estabelece com os meios de produção, da qual forma-se o seu “status” de classe baixa dentro da sociedade.

Nada possuindo além da sua força de trabalho que desvinculada do processo produtivo nada representa, esta classe social (classe baixa) vê-se na iminência, para sobreviver, de oferecer aquela em troca do salário o qual, na maior parte das vezes, vem acrescido da exigência de não fazer reivindicações no sentido de humanização das condições de trabalho. Submete-se a isto porque se vê ameaçada com o desemprego, fato que representa novos “lances” para subsistir e uma situação semelhante quando a tentativa tem êxito. Tendo como única fonte de riqueza o fruto do seu trabalho (salário) desproporcional ao custo de vida, as oportunidades que lhe apresentam de participação dos benefícios da vida social são bem limitadas. (GALEÃO, 1966, p. 49)

Evidencia-se, portanto, uma certa compreensão sobre o aspecto estrutural da sociedade capitalista e da questão social, ao afirmar que a “classe baixa” possui como única fonte de renda seu salário, fruto do trabalho, o qual é desproporcional ao seu custo de vida, mesmo que não discuta sobre a relação capital e trabalho, apropriação privada da riqueza social, mais-valia, dentre outros conceitos e categorias marxistas que explicam a intrínseca desigualdade social na sociedade capitalista.

Por fim, o TCC de Carvalho (1962) evidencia um entendimento sobre o aspecto político da questão social. A autora discute algumas das manifestações da questão social enfrentadas pelo operariado baiano como baixos salários que não dão conta das necessidades básicas de suas famílias, péssimas condições de trabalho, jornadas exaustivas, falta de acesso aos serviços de saúde, educação, assistência, etc. afirma:

Refletindo no pouco que foi dito acerca das condições econômicas do proletariado, poderemos compreender, de certo modo, o clima de insatisfação reinante, a revolta surda, o fermentar de uma revolução que, necessariamente, virá à tona, caso se conservem essas mesmas condições. Compreende-se o desejo de mudança. O ideal será que tal renovação se verifique na direção certa e que dê ao homem, proletário ou não, o lugar que sua dignidade intrínseca exige. Que haja realmente a promoção da classe operária, mas que tal promoção signifique humanização, promoção do

homem integral, compreendendo não só a melhoria das condições materiais de existência, mas também possibilite ao homem não escravizado, subjugado ou curvado ao peso das necessidades inadiáveis, mas ao homem livre, a aderir, com todo seu valor e dignidade, um ideal de vida verdadeiramente humana.(CARVALHO, 1962, p. 39)

Dessa forma, Carvalho (1962) analisa as insatisfações políticas da classe empobrecida e compreende o sentimento e desejo de mudanças, contudo, não é estabelecida uma abstração sobre qual a sociedade que deverá ser construída para que se alcance a promoção da classe operária, sua ideia se aproxima de um viés romantizado e utópico de uma sociedade “verdadeiramente humana”, não existe a menção de uma total ruptura com a sociedade capitalista mas sim a crença de ser possível humanizar a sociedade burguesa já imposta.

Carvalho (1962) também discute a relação entre a vida do operário na família e o trabalho, aponta as múltiplas cargas de trabalho das mulheres: trabalho fora de casa, dona de casa, mãe, esposa etc. Expõe os problemas gerados para a criança devido à ausência da mãe em seu cotidiano e os efeitos para o casamento. A autora coloca como solução aumentar os salários dos operários homens para que suas esposas não precisem trabalhar. Pondera como a tensão entre o trabalho em condições precárias e salários injustos propiciam rebeliões e revoltas, sendo então fundamental a atuação do Serviço Social para “humanização” das relações de trabalho.

Almeida et al (1965,p. 21) realiza considerações importantes sobre a sociedade e o sistema de classes. Afirma que a sociedade brasileira estava passando drasticamente de um momento histórico para outro, sendo natural a existência de contradições, pois, “[...] nessa sociedade, os homens se apropriam de forma diferente do produto do trabalho social, uma vez que nosso regime de produção se funda na compra e venda da força de trabalho, na separação do produtor do seu produto”. Este é, para Almeida e demais autoras (1965), uma das principais causas que faz com que exista no Brasil um sistema de classe, o qual possui desigualdades econômicas e educacionais difíceis de serem ultrapassadas devido à divisão de classes no Brasil.

Há o grupo que é dono dos bens de produção (terra, indústria, banco, etc.), é justamente a classe alta, minoria que está na parte mais alta da pirâmide e detentora dos poderes econômicos, políticos e sociais. A classe baixa formada pelos camponeses, operários sujeitos à lei da oferta e da procura de trabalho, decorrendo daí o grupo de marginais (desempregados, mendigos, prostitutas e etc.), e os de sub-emprego, constituindo a maior parte da população cujo comportamento é totalmente desintegrado do processo cultural brasileiro. Há ainda a classe média, que se coloca no meio da pirâmide e que no Brasil é constituída pelos profissionais liberais, técnicos e funcionários. (ALMEIDA et al, 1965, p. 22).

Destarte, as conclusões feitas por Almeida et al (1965) são as mais próximas, dentre os TCCs da amostra, das abstrações realizadas pela teoria marxista sobre a sociedade capitalista e sua estrutura de classes. É o primeiro trabalho a mencionar sobre a sociedade capitalista se amparar na separação entre o produtor e o seu produto, o que gera a divisão entre as classes sociais.

Portanto, conclui-se que apesar de, no período estudado (1962- 1969) não ter sido ainda estabelecido academicamente o conceito de questão social no Serviço Social, já é possível notar aproximações em torno dessa discussão na década de 1960, discussões que ganharam maturidade a partir da adoção do viés marxista para compreensão da realidade social e da profissão.

Seguindo com a exposição dos dados e a análise realizada através da ficha de leitura (em anexo), foram também sistematizados os principais conceitos-chave presentes nesses onze TCCs.

Ressalta-se que a maioria dos conceitos-chave levantados pelas discentes ao longo das monografias, relacionam-se com as temáticas de seus trabalhos, naturalmente. Contudo, para a exposição aqui realizada, foram considerados os conceitos que surgiram com certa frequência nos trabalhos. O conceito mais frequente e presente em quatro trabalhos diferentes, mesmo com temáticas diversificadas, foi o conceito de educação.

A palavra educação é derivada do latim educare, significa levantar, erigir, criar. É uma ciência e uma arte que deve ter como alvo o grupo social e o papel que o homem desempenha no grupo. A educação possui como objetivo essencial formar o homem para uma vida de cooperação útil na comunidade, orientar o desenvolvimento da pessoa humana na esfera social, despertando e fortalecendo seus sentimentos de liberdade, obrigação e responsabilidade. (DULTRA, 1966, p. 37)

Dultra (1966) traz como referência Paulo Freire para discutir que a educação é um processo global de “[...] realização humana, conhecimento, comunicação e essencialmente diálogo”. Assume um caráter de ação transformadora do trabalho, logo, educação é trabalho.

Souza (1967) resgata uma ideia semelhante à exposta por Dultra (1966) sobre o objetivo da educação, afirmando que o objetivo principal da educação é a inserção do indivíduo, seu ajustamento ao meio. “Educar é transformar o indivíduo em membro da sociedade, prepará-lo para viver na comunidade, conviver com os demais de forma cooperativa, trabalhando para o bem comum.” (SOUZA, 1967, p. 8).

Por fim, Dultra (1966,p. 37) relaciona que a educação é uma poderosa alavanca do Serviço Social, com a qual, o Serviço Social idealiza “[...] arrancar o homem da servidão e elevá-lo para a dignidade”. Ressalta-se que a articulação defendida entre o Serviço Social e a

educação, nesses TCCS, vincula-se à perspectiva da educação como um processo fundamental para a conscientização dos indivíduos sobre seus problemas e os meios necessários para solucioná-los, sendo intensamente citados os conceitos sobre educação nos trabalhos que abordam o Serviço Social de Grupo. Entretanto, de forma geral, na amostra selecionada, a educação é encarada como um meio para o ajustamento necessário dos indivíduos na vida socialmente imposta.

Muito próximo da perspectiva idealista presente na concepção de educação, encontra-se o conceito de homem presente na amostra, o qual, como já sinalizado acima, é encarado como o objeto do trabalho profissional. Dultra (1962,p. 21) recupera o pensamento de Alves Correia (s.,d), ao afirmar que “[...] o homem é uma unidade aberta e nessa unidade reside seu poder de influir”. A autora acredita na unificação entre o homem e sua obra, seu pensamento e ação, o escrito e o escritor, afirmando a integralidade humana. Dultra (1966,p. 21) resgata novamente Paulo Freire, afirmando que o “homem é um ser de ligação, de vinculação e de convivência.”

Souza (1967, p. 8) aborda que o homem

[é] um ser social, consciente que possui além da individualidade biológica, uma individualidade social, superando todos os outros animais tanto pelo seu poder de organização social como pela linguagem, que lhe é um privilégio exclusivo. Assim, o homem possui as três características essenciais que o diferenciam dos demais animais: a palavra, o poder de fabricar instrumentos e a capacidade de organização social.

A discussão realizada por Souza (1967) se aproxima do debate teórico realizado por Netto (2006) sobre o homem como ser social. De acordo com Netto (2006), a satisfação das necessidades dos homens e mulheres que compõem a sociedade é feita através da sua interação com a natureza, homens e mulheres transformam matérias naturais em produtos que atendam às suas necessidades. Essa transformação é realizada através do trabalho. Netto (2006) ampara-se em Marx para afirmar que o trabalho pertence exclusivamente ao homem, o que o diferencia dos demais animais, sendo destacado por Netto (2006) que as transformações geradas pelo trabalho atinge a própria sociedade, modificando sua interação, assim, a atividade responsável por transformar a natureza também transforma o seu agente (homem), gerando a formação do ser social. Pode-se compreender então que o poder de fabricar instrumentos definido por Souza (1967) como um dos elementos que constituem o ser social, se assemelha ao conceito de trabalho e ser social expresso por Netto (2006), o que parece indicar, como também apresentado anteriormente sobre as explicações para as condições de vida da classe trabalhadora, a presença das concepções marxianas mesmo que não explicitamente.

Isso porque as transformações na natureza realizadas pelos animais partem de suas necessidades biológicas, feitas por uma herança determinada geneticamente. Já o homem idealiza aquilo que deseja alcançar antes de realizar o trabalho, ou seja, quando o homem constrói um prédio, por exemplo, idealiza primeiro como esse prédio será feito e o resultado que deseja, assim, o trabalho feito pelo homem parte de uma ação premeditada com uma finalidade específica, nos termos marxistas apresentados por Netto (2006), é uma atividade *teleologicamente direcionada*. Assim, o trabalho não se realiza por determinações genéticas e biológicas, mas sim por conhecimentos e habilidades que se adquirem inicialmente por repetição e experimentação e se transmitem através do aprendizado. A transmissão do aprendizado é permitida através da comunicação, por isso, o trabalho requer e propicia a constituição de um tipo de linguagem (linguagem articulada) que além de apreendida, é condição para o aprendizado. Souza (1967) também aborda sobre a linguagem como um fator de diferenciação do homem em relação aos demais animais.

Apenas um TCC traz o conceito de trabalho, de forma muito semelhante ao exposto por Netto (2006). De acordo com Carvalho (1962,p. 7), “[...] o trabalho é todo esforço habitual do ser humano ordenado a um fim.” Conforme exposto acima por Netto (2006), o trabalho se constitui justamente por ser uma atividade *teleologicamente direcionada*, ou seja, realizada visando um fim específico, um objetivo pensado antes de ser posto em prática. Além disso, Carvalho (1962) também aponta o trabalho como humanização do indivíduo, ou seja, responsável pela própria formação do homem como tal, assim como afirma Netto (2006) ser o trabalho responsável pela formação do ser social. Inclusive, Carvalho (1962) discute em sua monografia como o trabalho exploratório realizado na sociedade capitalista gera o efeito oposto, a animalização do indivíduo.

Diante da grande presença do Serviço Social de Grupo como um dos métodos de intervenção da profissão, torna-se bem presente nos trabalhos a discussão em torno de grupos e seus diferentes conceitos. De acordo com Souza (1967, p. 27), o grupo:

[é] uma síntese da vida social, nele devemos nos adentrar para viver em sociedade, aprendendo a liderar e a seguir, a tolerar a desigualdade e a divergência quando legítimas, como manifestação das riquezas humanas ao sobrepor o interesse individual ao interesse comum. O grupo é capaz de multiplicar nossas virtualidades e alargar nossa visão sobre os problemas locais e nacionais que nos afetam.

Souza (1966) acrescenta que a ideia popularmente conhecida como natureza humana só é formada a partir da associação em grupos, sendo a própria personalidade humana um produto dessas relações coletivas.

Guedes e Araújo (1968), autoras do TCC intitulado “Uma experiência de Serviço Social no Instituto Nacional de Previdência Social”, reúnem diferentes conceitos de diferentes autores sobre grupos, como Otto Klinberg (1957), Sprott e Paulo Dourado Gusmão. O que esses diferentes conceitos levantados por esses autores possuem em comum é o entendimento de que o grupo se forma através de pessoas em constantes relações, sofrendo influências mútuas e ligadas por objetivos em comum.

O grupo é um número de pessoas cuja comunicação recíproca realiza-se frequentemente, durante um período de tempo, o suficiente para permitir que cada um dos seus membros se comuniquem entre si, não indiretamente, através de terceiros, mas diretamente. (GUEDES e ARAUJO, 1968, p.29).

Assim como o Serviço Social de grupo domina as produções, as discussões em torno das comunidades possuem destaque, apesar de apenas um TCC preocupar-se em definir conceitualmente a comunidade.

Destarte, Galeão (1966), autora do TCC que encontra-se sem título mas dedica-se a discutir sobre a comunidade de Pernambués em Salvador, resgata três autores para definir comunidade: MacIver, Kingslev Davis e Mannheim. O conceito recuperado por Galeão (1966) a partir de MacIver encontra-se em espanhol, o que demonstra a interação das discentes do curso com autores de outras nacionalidades, a partir de obras que não passaram por uma tradução para o português. De forma geral, a ideia de comunidade presente nos TCCs da amostra refere-se à comunidade como um grupo social que ocupa determinada área territorial, sendo o local em comum um importante fator para criar a coesão social. Assim, a comunidade é construída pelo “sentimento de nós”. A maioria das discentes entendem que a comunidade não possui uma estrutura social própria, mas reflete a conjuntura global na qual ela se insere.

Por fim, o último conceito de maior expressividade nas monografias é a família. O TCC de Carvalho (1962), dentro da amostra selecionada, exemplifica melhor o conceito de família mais comum entre os trabalhos. Carvalho (1962,p.,92) afirma que a família “[...] é o grupo relativamente estável que a sociedade sanciona, constituída por pais e filhos”. A família ideal é aquela que possui como base o casamento, o qual gera como frutos, os filhos.

A família possui finalidade dupla: a primeira e primordial é assegurar a propagação e educação da espécie e a outra, subjetiva e também primordial, é propiciar, através de uma comunidade de vida entre os esposos, pais e filhos e destes entre si, a intimidade do grupo e a plena expansão pessoal de seus membros. É na família que se forma a personalidade do indivíduo. (CARVALHO, 1962, p. 92)

Carvalho (1962,p. 93) finaliza afirmando que a função primordial da família é “[...] ser a origem da vida humana e o círculo em que os indivíduos se educam, cuidam de suas

necessidades cotidianas e protegem a dignidade e nobreza entre os homens”. A família é constantemente assumida nas monografias como a principal responsável pelos desajustamentos sociais, assim como, a principal chave para resolvê-los, desde que devidamente “diagnosticada e tratada”.

Após a exposição dos principais conceitos discutidos nos TCCs do período delimitado, expõe-se as principais terminologias presentes nas produções. Foi feita uma análise dos termos que surgem na maior parte dos TCCs, são eles: *desajustamento, ajustamento, clientes, grupos, emocional, classes sociais, classes dominantes, comunidade, educação e tratamento*.

Os termos “desajustamento” e “ajustamento”, apesar de opostos, estão intimamente imbricados nas monografias. Conforme já exposto acima, os “problemas sociais” são encarados como desajustamentos, sendo estes a pobreza, miséria, fome, desemprego, falta de planejamento familiar e controle de natalidade, dentre outros. Assim, enquanto “desajustamento”, a missão que cabe ao Serviço Social é combatê-los, promovendo o “ajustamento” dos indivíduos na realidade social vigente. Por exemplo, uma das monografias aborda que o alto número de desemprego é gerado pela falta de qualificação da mão de obra, sendo esta identificada como um desajustamento dos indivíduos à ordem social, logo, cabe ao Serviço Social, promover o acesso da população a capacitações que tornem possível a qualificação para o acesso ao mercado de trabalho, contribuindo para o “ajustamento” dos indivíduos na realidade.

Todos os TCCs referem-se às pessoas com quem o Serviço Social trabalha como clientes. Esse termo reforça a ideia dos cidadãos como pacientes remetendo à ideia de anomalia social que precisa ser “tratada” e como consumidores de um serviço prestado, o que acaba por enfraquecer a noção de direitos, logo, reproduz ideologicamente uma relação mais mercadológica entre o sujeito e o serviço social. Já o termo usuário, usado atualmente pela profissão, perpassa uma ideia de usuário dos serviços, além do termo referir-se aos sujeitos com maior participação coletiva e social, sendo respeitada sua autonomia.

“Grupos” e “comunidades” são terminologias apresentadas com destaque devido às temáticas principais dos trabalhos estarem também vinculadas às abordagens e técnicas do Serviço Social utilizados na época, sendo mais frequente o termo grupos do que comunidades. A presença dos termos “classes sociais” e “classes dominantes” demonstram uma aproximação com o debate sobre a estrutura social capitalista, ainda que distante de uma interpretação marxista com o rigor necessário.

Destaca-se que o emprego do termo “tratamento” também está associado à discussão sobre desajustamento e ajustamento, já que, muitas discentes assumem que o trabalho realizado com o objetivo de conseguir o ajustamento dos indivíduos, se efetiva através do “tratamento social”, o qual é feito após o “diagnóstico” realizado pelo serviço social, sendo este também um termo adotado nas produções. O “diagnóstico social” refere-se à identificação da realidade em que a profissão está inserida e demanda sua atuação.

Também localiza-se nas produções os termos: “distúrbios de conduta”, “promiscuidade”, “vícios”, “progresso social”, “desequilíbrio”, “classe operária”, “auxiliares de serviço social” (usado para referir-se às estagiárias), “subdesenvolvimento”, “elite”, “planejamento integrado” e “baixo nível cultural”. Assim, encerra-se o primeiro eixo de análise, voltado para os pontos que evidenciam uma compreensão sobre o Serviço Social.

**O segundo eixo da análise dedica-se a identificar, nos TCCs,** a compreensão das discentes sobre os aspectos históricos, econômicos, sociais e políticos da Bahia. A maioria dos trabalhos identificam aspectos sociais importantes do estado ou de Salvador (dados da saúde, escolarização, desemprego, habitação etc.), enquanto que a discussão sobre os pontos históricos, econômicos e políticos do estado ficam em segundo plano nas monografias.

Sobre a compreensão histórica da Bahia, Souza (1967) discute os problemas habitacionais históricos no estado ocasionados pelo “boom” populacional que Salvador sofreu a partir de meados da década de 1940, acompanhada por uma intensa migração interna, segundo a autora determinada pelo extremo pauperismo das regiões rurais, gerando o encanto de sua população pelas maiores oportunidades de emprego de mão de obra pouco qualificada na capital. Assim, o próprio crescimento vegetativo de Salvador, contribuiu para a habitação de áreas até então não habitadas, favorecendo o crescimento das “comunidades marginalizadas” - termo assumido por Souza (1967).

Ainda abordando as características da urbanização de Salvador, Lima et al (1969), com a monografia intitulada como “Relato de uma experiência realizada na Baixa do Padre Antônio”, expõe que as primeiras casas da comunidade foram construídas em 1948 por uma determinação do governador da Bahia, Octávio Mangabeira, de que as áreas periféricas de Salvador fossem desapropriadas para contemplar o grande número de famílias desabrigadas, provenientes do interior, que aqui chegaram por consequência do êxodo rural muito presente nesse período em todo o Nordeste. De acordo com Lima e demais autoras (1969), esse fato acentuou ainda mais a problemática urbana em Salvador, especialmente na Baixa do Padre Antônio, comunidade estudada em sua monografia. Além disso, Lima (*et al*, 1969) reflete que

o expressivo acréscimo de mão de obra pouco qualificada gera o aumento do desemprego, por impossibilitar a concorrência com a mão de obra melhor qualificada presente na capital.

Em relação à economia da Bahia, Guedes e Araújo, autoras do TCC “Uma experiência de Serviço Social no Instituto Nacional de Previdência Social”, escrito em 1968, informam que a rede bancária da Bahia constituía-se na mais importante do Nordeste e, segundo dados estatísticos do ano de 1966, ficava em quinto lugar entre as demais unidades federativas. Abrange um total de 368 estabelecimentos bancários, localizados na capital e no interior do estado, com tendências, na época, de expansão. As autoras acrescentam que, em Salvador, além da instalação de novas agências, ocorre também a incorporação de bancos menores aos bancos maiores. A rede bancária de Salvador totalizava 115 agências distribuídas da seguinte forma: um banco baiano com origem no interior do estado, duas agências no banco do Brasil, três bancos estrangeiros, nove matrizes, vinte e quatro agências de bancos de outro estado, trinta e seis bancos nacionais de outros estados e quarenta agências de bancos baianos.

Guedes e Araújo (1968) resgatam que, além dos bancos propriamente ditos, funcionavam em Salvador as empresas de crédito, financiamento e investimento, como: Banco da Bahia Investimentos, Casa Forte, Investimentos, Créditos e Financiamentos (ambos com sede em Salvador), Credibrás- Financeira do Brasil, S.A Crédito, Banco Nacional de Habitação, dentre outros. O interior do estado contava com 248 agências distribuídas em 114 municípios. Segundo o estudo da rede bancária do Nordeste (1963), usado como referência por Guedes e Araújo (1968), a Bahia era o estado com o maior número de rede de agências bancárias, sendo que cada agência atendia, em média, 20, 2 mil habitantes. Destaca-se que Guedes e Araújo (1968) se preocuparam em realizar esse levantamento porque escolheram trabalhar com os bancários vinculados à previdência.

Outro aspecto econômico destacado nas produções refere-se à problemática do desemprego no estado, sobretudo em Salvador. Além da alarmante falta de emprego, aponta-se a fragilidade das indústrias no estado, o que também contribui para a intensificação do desemprego.

A realidade social da Bahia, de Salvador mais especificamente, é o que aparece com maior evidência nos TCCs. São levantados problemas como, baixos salários da maioria da população, alto custo com alimentação, mesmo com a forte presença da agricultura de subsistência no estado, problemas graves de habitação, falta de saneamento básico, além da falta de políticas públicas de saúde e educação. Serão expostas aqui as principais

características sociais evidenciadas em cada trabalho (dentre aqueles que levantam essa discussão).

Pinto (1963), autora do TCC sobre “A realidade da educação primária brasileira e o Serviço Social”, registra, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que em todo estado eram atendidos (as) 422.676 crianças entre 7 a 14 anos pela educação básica, enquanto deveria ser ministrado o ensino primário (denominado atualmente de educação básica) para 1.256.900 crianças baianas. Em 1961, a quantidade de escolas em Salvador alcançava um número de 472 escolas, sendo que, destas, apenas 136 eram financiadas pelo estado e presentes no espaço urbano. Nos distritos eram 7 escolas e no espaço rural eram 10, totalizando 156 escolas públicas. Já as escolas privadas alcançavam um número de 242, destas, 240 presentes na área urbana, duas em distritos e nenhuma na zona rural. Esses dados são citados por Pinto (1963) através do levantamento do IBGE.

Os números expostos acima evidenciam a problemática da educação na Bahia, primeiro com a grande diferença entre as crianças matriculadas no ensino básico e a quantidade delas que deveriam estar frequentando a escola. Em segundo, o pequeno número de escolas em Salvador, considerando o tamanho da cidade, sobretudo as escolas públicas, estas praticamente inexistentes na zona rural. De acordo com Pinto (1963, p. 68), “[...] enquanto em Salvador crescia o número de professores (as) atuando nas salas de aula, no interior do estado, principalmente nas áreas mais subdesenvolvidas, apresentaram-se uma elevada escassez de professores, quando não a inexistência deles.”

Pinto (1963) finaliza abordando que, a partir da pesquisa do IBGE, a Bahia aparece com um número bem baixo de “ensino primário” quando comparado aos demais estados do Brasil, de acordo com a autora essa diferença não se deve apenas pelo índice de escolarização, mas também pela própria diferença na renda per capita entre as diferentes regiões do Brasil, fruto do grau de desenvolvimento desigual entre cada uma delas. Assim, Pinto (1963, p. 41) afirma que “[...] todo país desenvolvido é educado e todo país subdesenvolvido é subeducado.”

Sobre os dados da saúde pública e o seu acesso, Lima (1964), autora da monografia sobre o Serviço Social médico no Hospital Santa Izabel, retrata a dificuldade de acesso aos hospitais pela população baiana devido a quase inexistência de hospitais gratuitos. A autora menciona o levantamento estatístico realizado em 1956 pela Comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da Lei Orgânica de assistência hospitalar no país (Decreto nº 37.773 de 18 de agosto de 1955), no qual consta que a Bahia possuía apenas 89 hospitais cobrindo sua

população que era maior que a população do Rio Grande do Sul, que possuía 311 estabelecimentos hospitalares. O dado exposto por Lima (1964) representa a disparidade presente entre as diferentes regiões do país.

Sobre as condições de vida na Bahia e evidenciadas nas monografias selecionadas, destaca-se a produção de Galeão (1966) que aborda a experiência do Serviço Social inserido na comunidade periférica de Salvador, Pernambués e apesar de relatar a realidade de uma comunidade específica, ela é um reflexo da realidade vivenciada nas diversas comunidades periféricas da capital nessa época. Galeão (1966) inicia refletindo sobre o processo de isolamento que vivencia os moradores de Pernambués, pois, existia um único ônibus que fazia a linha de ligação com o centro da cidade, além de não possuir a rede telefônica. O tipo mais comum de casas eram aquelas construídas por taipa nas paredes, o chão de cimento e a cobertura de telha comum. A população da comunidade era constituída por cerca de 10 mil pessoas, sendo bastante populosa, a maioria das pessoas eram pardos(as) e negros (as). “Percebe-se uma semelhança acentuada quanto a situação econômica e o modo de vida da população. Isto se reflete no tipo de habitação, na natureza da alimentação, no trajar, no traquejo social, nas condições pouco higiênicas e na aparência enferma da comunidade.” (GALEÃO, 1966, p.14).

Galeão (1966) menciona algumas entidades que foram visitadas por ela quando estava desenvolvendo o trabalho de DOC no local e necessitava do apoio do estado, como: Superintendência de águas e esgotos do recôncavo (SAER), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), SUDENE, Departamento Industrial da Prefeitura, Obras Sociais Franciscanas, Secretaria de Educação do Município, Secretaria de Educação do Estado, Convênio da educação (MEC, SUDENE, USAID, BRASIL) e Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. Assim, fornece um panorama de instituições estatais e não estatais presentes na Bahia na década de 1960.

Por fim, Galeão (1966) realiza uma reflexão acerca das limitações em torno do DOC nas comunidades periféricas baianas.

Analisando o modo como tem se desenvolvido algumas experiências de DOC no Brasil e particularmente na Bahia, admitimos como necessário o seguinte fato. Para que o conceito de DOC possa ser utilizado de modo operativo, deve limitar o alcance de sua ação. Projetos amplos que pretendem atacar todos os setores da vida de uma comunidade não funcionam e a realidade vem demonstrando. Isto se verifica porque faltam a estes projetos as condições básicas para uma intervenção efetiva na estrutura global da comunidade. Estas condições que possibilitaram a outros projetos de desenvolvimento comunitário um resultado feliz (planejamento local integrado ao planejamento global da sociedade, participação do governo na administração, assessoramento técnico e assistência financeira dos programas de desenvolvimento comunitário, equipes interdisciplinares responsáveis pelos mesmos, ajustamento

entre necessidades e recursos locais, criação de recursos necessários do desenvolvimento da comunidade, etc. ) não existem nos programas de desenvolvimento das comunidades brasileiras. (GALEÃO, 1966, p.50)

A autora continua a discussão afirmando que a causa para que o DOC funcione nas comunidades de países desenvolvidos e não funcione nas comunidades de países subdesenvolvidos é o estágio de desenvolvimento em que se encontra os dois tipos de comunidades mencionadas (“desenvolvida e subdesenvolvida”). O primeiro tipo reflete uma comunidade inserida num contexto social desenvolvido, o segundo tipo, no qual a experiência de Galeão (1966) se enquadra, retrata uma comunidade integrante de uma sociedade subdesenvolvida. Dentro deste raciocínio torna-se evidente para a autora que a diferença de perspectivas e possibilidades de uma para outra realidade exigem um procedimento metodológico adequado a cada uma delas (flexibilidade do processo de DOC). Diante disso, Galeão (1966, p. 50) afirma:

[...] que o processo de DOC foi elaborado dentro de uma sociedade desenvolvida e transplantado para a nossa realidade sem sofrer adaptações, deduz-se a necessidade de uma revisão que o torne eficaz. A dúvida levantada é sobre a eficácia deste processo relacionado ao modo como se desenvolvem as experiências no Brasil.

Souza (1967), autora da monografia intitulada “Experiência de Serviço Social de grupo numa comunidade marginalizada”, também discute sua experiência na comunidade periférica Roça do Lobo, e elenca as seguintes características para a comunidade:

1. baixo padrão socioeconômico e cultural
2. analfabetos ou semi-analfabetos
3. apresentando problemas de saúde: subnutrição, verminose e problemas de higiene.
4. famílias numerosas
5. receita familiar insuficiente decorrente da falta de qualificação profissional
6. mãe solteira, sem qualificação profissional e analfabeta (SOUZA, 1967, p. 41)

Lima (*et al*, 1969) também expõe dados importantes sobre uma comunidade periférica de Salvador na monografia “Relato de uma experiência realizada na Baixa do Padre Antônio”. Assim como as casas em Pernambués já expostas por Galeão (1966), as residências da Baixa do Padre Antônio também eram distribuídas sem nenhum planejamento de urbanização, formando um aglomerado de pequenas casas, dessas, 80% são de taipa com cimento ou barro batido e cobertas de telha, exatamente da mesma forma como as casas de Pernambués. Não existem nas casas, necessariamente, instalações sanitárias, nem local para o banho. Os despejos eram lançados em fossas existentes em apenas 8, 40% das residências, ou lançadas nas valas em frente às casas. Inexistia água encanada nas residências, possuindo, entretanto, um chafariz que não atende as necessidades da população. A água utilizada para os gastos

diários era retirada das cisternas escavadas nas ruas. A energia elétrica era garantida nas ruas e em 77% das casas, as demais residências utilizavam iluminação a querosene.

A partir da pesquisa realizada por Lima (*et al*, 1969), verifica-se um elevado índice de natalidade, os dados da pesquisa revelaram que 76,17 % da população local estavam na faixa etária entre 0 a 18 anos. A mulher, em geral, permanecia a maior parte do tempo em casa, exercendo a função de dona do lar, sendo responsável pelos cuidados com os filhos e cuidados com a casa. Os moradores da Baixa do Padre Antônio não possuíam recursos médico-sanitários dentro da própria comunidade. Assim, conforme nos informa Lima e demais autoras (1969), em emergências de saúde devido a acidentes ou doenças, utilizavam os recursos dos bairros próximos como o Hospital Santa Terezinha, posto médico do IAPI e Terceiro Centro de Saúde. De acordo com Lima (*et al*, 1969), não eram feitos exames periódicos nas crianças e não havia a preocupação em vaciná-las, as doenças mais frequentes eram: tuberculose (1,06%), tétano umbilical (0,8%), sarampo (7,8%), coqueluche (15,10%), papeira (0,8%), gripe (17,6%) e diarreia (26,4%). Sobre isso, Lima e as outras autoras (1966, p.15) comentam: “Sabem que os esgotos são fontes de doenças, mas não tomam medidas preventivas, sobretudo em relação a crianças. São supersticiosos em relação a certos tipos de alimentos, a maioria dos remédios utilizados são caseiros-plantas”.

Lima e demais autoras (1969) afirmam que, no que se refere à educação, existia na comunidade apenas uma escola pública mantida pelo governo estadual com duas professoras titulares. Estavam matriculados 40 alunos em cada turma, sendo que existiam na comunidade 381 crianças em idade escolar, o que indica que havia muitas crianças fora do espaço escolar ou que estudavam em outras instituições mais distantes de suas casas.

Lima e outras (1969) continuam expondo dados relevantes da pesquisa realizada por elas na comunidade Baixa do Padre Antônio, verificou-se que 48 % da população infantil em idade escolar estudavam fora da comunidade, 52 % da população adulta é analfabeta, apenas 7, 10% possuem curso primário (atualmente denominado como ensino fundamental). Com primário incompleto, constatou-se um índice de 12, 26% e ainda que 28,12 % dos entrevistados eram semianalfabetos. Os dados da pesquisa revelaram que a população ativa da comunidade, um total de 772 habitantes, apenas 25,4% exerciam atividades ou funções remuneradas em outros locais. As três categorias ocupacionais frequentemente encontradas eram: sapateiros, pedreiros e biscateiros. As atividades remuneradas exercidas para a subsistência familiar eram feitas pelo homem, enquanto que a contribuição da mulher ocorria

de forma complementar a renda familiar através de atividades como: lavagem de roupas, costura, preparo de doces vendidos em casa etc.

Dessa forma, todos os dados expostos acima sobre as três comunidades citadas são fruto das pesquisas realizadas pelas alunas do curso de Serviço Social da UCSAL na década de 1960, a partir de suas experiências de estágios. Apesar de tratar-se de três comunidades distintas, representam, de forma geral, as condições social e econômica da população nos bairros populares de Salvador nesse período. Assim, os TCCs também contribuem para a construção de um quadro sobre a questão social na Bahia.

Por fim, mostra-se pouco presente nas monografias os aspectos políticos do estado nessa época, contudo, é possível encontrar um comentário realizado por Dultra (1966) que se aproxima da discussão política no estado. De acordo com Dultra (1966), os problemas da Bahia estão associados, em suas raízes a uma inércia de grande parte da sua população, pois a população baiana se porta de maneira passiva, devido a falta de acesso a educação, promovendo uma acomodação frente aos problemas e por visualizar o Estado como o único responsável pela resolução de seus incômodos, sem compreender o seu papel e espaço possível de ser ocupado nesse processo.

A comunidade baiana está, no entanto, apesar de praticamente passiva, incluída, ao nosso ver, dentre as comunidades que querem e teoricamente, não podem organizar-se e aperfeiçoar-se, por falta de recursos ou educação suficientes, neste caso, a interferência do Serviço Social se deverá fazer sentir mais intensamente, através de uma perquirição da realidade, feita em função de um objetivo definido que é o de conhecer as deficiências para ajudar a corrigi-las, identificar os valores positivos para mobilizá-los em favor do indivíduo, do grupo ou da comunidade deficientes. (DULTRA, 1966,p.19)

Entretanto, diante das mobilizações sociais presentes na Bahia durante a década de 1960, e aqui já citadas no capítulo 2.1, pode evidenciar que a afirmação de Dultra (1966) não se confirma, pois, havia intensos movimentos populares e políticos ocorrendo nesse período no território baiano. Contudo, é importante destacar a compreensão da discente sobre o objetivo do trabalho do Serviço Social naquele território em incentivar a mobilização da população para a solução de seus problemas, demonstrando uma certa ruptura com a concepção cristã de aceitação da pobreza, apesar de ser uma ideia ainda muito influenciada pelo positivismo por compreender a necessidade das mudanças na comunidade ocorrerem também a partir do ajustamento dos indivíduos.

Durante a coleta de dados, foi escrito um tópico destinado a elencar todas as demais informações importantes presentes nos TCCs, mas que não se encaixavam nos tópicos

anteriores já expostos (concepção de Serviço Social, questão social e suas expressões, principais referenciais teóricos adotados, principais conceitos-chave, principais terminologias utilizadas e configuração histórica, econômica, social e política da Bahia). A partir da leitura realizada em cada TCC, para a análise do tópico “demais informações importantes”, foram sistematizados os pontos que poderiam ser aqui expostos, como: informações sobre as instituições em que a experiência ocorreu (estágios), informações sobre o Serviço Social na instituição e concepções políticas e ideológicas das autoras. Como essas informações são muito específicas de cada produção, torna-se necessário expor os dados de cada TCC da amostra de forma individual.

A monografia de Montanha (1962), sobre o Serviço Social Médico no Hospital São Jorge expõe que o hospital estava localizado no bairro de Roma, sendo predominantemente um hospital destinado para cirurgias. O Serviço Social Médico no Hospital São Jorge estava subordinado à chefia do Serviço Social do IAPFESP e em colaboração com a chefia médica do hospital. Destaca-se que desde 2017, o Hospital São Jorge tornou-se o Hospital da Mulher, sendo hospital de referência no atendimento de saúde da mulher.

Montanha (1962) destaca que no momento da escrita do seu TCC, o Serviço Social Médico do hospital contava com duas estagiárias (“4ª anistas”) da Escola de Serviço Social da UCSAL, ou seja, alunas matriculadas no último ano do curso e eram supervisionadas pela assistente social e chefe do Serviço Social do IAPFESP, D. Ana Heudyrice Almeida Barros. Esse dado revela que apesar do estágio ter se desenvolvido no Hospital São Jorge, as alunas eram vinculadas como estagiárias do IAPFESP, o qual possuía segurados em diferentes hospitais. Logo, o serviço se dividia da seguinte forma:

[os] casos de internamento e acompanhamento no hospital São Jorge ficavam conosco, assim como os segurados internados no Hospital da Sagrada Família, no Couto Maia e na clínica fisiológica. A outra estagiária se responsabilizava pelo internamento e acompanhamento de alguns pacientes no Hospital São Jorge e dos segurados internados no Hospital Santa Izabel, Fundação Santa Luzia e Fundação Hospitalar Otávio Mangabeira. Em virtude da impossibilidade (escassez de tempo) de acompanhar os segurados que necessitavam dos serviços dos sanatórios São Paulo e Bahia, a assistente social do ambulatório se encarregava dos mesmos. (MONTANHA, 1962, p. 57)

Carvalho (1962), autora do TCC sobre o Padrão de vida do operário e sua família, explicita o motivo que a interessou pela temática discutida em sua monografia, pois, durante seu segundo ano de graduação, precisou dirigir em classe um Círculo de Estudos sobre a Questão Social, sendo despertado o interesse pela questão operária, aprimorada pela experiência de estágio no SESI enquanto estava no terceiro ano do curso, interessando-se pelo

relacionamento do SESI com as empresas industriais. A menção de Carvalho (1962) sobre a existência no curso de Serviço Social da UCSAL de um círculo de estudos acerca da Questão Social pode demonstrar a presença da discussão sobre o termo já em 1962, apesar de não ser desenvolvido pela autora qual era sua definição sobre Questão Social.

Carvalho (1962) aponta a existência no SESI de um clube de mães que fornecia curso de corte e costura e contava com as orientações necessárias da assistente social. A aluna destaca que o curso era voltado ao objetivo de que as mulheres melhorassem seu desempenho como donas de casa e não necessariamente para exercer funções remuneradas como costureiras. O SESI também promovia campanhas para incentivar os casamentos nas famílias, porém, negava-se a realizar casamentos pelo contrato civil se um dos dois já tivesse sido casado no religioso. Carvalho (1962) afirma que os operários tinham baixo interesse no casamento religioso e que os padrões de moralidade presentes nas famílias operárias (relações sexuais fora do casamento, falta de responsabilidade paterna etc.) não favorecia “atitudes sadias e corretas de vida”.

Carvalho (1962) sugere, para resolução dos problemas ligados à educação da família dos operários, a criação de cooperativas escolares e criação do Serviço Social Escolar, mantido pelo Estado, sozinho ou em convênio com instituições outras corresponsáveis pela educação (SESI, colégios particulares, SENAI, sindicatos). Funcionaria como um suporte financeiro na educação dos (as) filhos(as) dos(as) operários (as), podendo ser instituído um sistema de pequenos empréstimos ou fornecimento do material escolar com taxas reduzidas e caberia ao assistente social estudar cada caso e avaliar se a família possuía perfil socioeconômico para usufruir do suporte. Esse trecho fornece algumas considerações sobre o trabalho do (a) assistente social na ótica da aluna Carvalho (1962).

O TCC de Pinto (1963) sobre a realidade da educação primária brasileira e o Serviço Social não traz informações muito relevantes sobre a escola na qual se desenvolve a experiência de estágio ou sobre o trabalho profissional do Serviço Social, contudo, explicita o posicionamento político da autora sobre a educação no Brasil, sendo bem diferente das concepções sobre educação já mencionadas aqui anteriormente. De acordo com Pinto (1963, p.12) com

uma análise política-histórica da educação podemos dizer que a mesma é como tudo no Brasil, controlada por grupos que fazem com que a educação continue a ser privilégio de classe, não como aconteceu nas antigas Grécia ou Roma em que a educação era privilégio de uma determinada classe ou casta, mas o que nos acontece

é bem diverso, pois, do povo é roubado todo o direito a uma vida condigna por uma minoria cega de direitos.

Pinto (1963) recupera a trajetória histórica da educação no Brasil, o qual, como país colonial e escravocrata, não tinha a educação como prioridade e quando começou a se desenvolver em nosso território, foi uma educação totalmente excludente e racista, contemplando apenas a elite do país. Assim, a autora sustenta que ao longo desse processo e com a Proclamação da República é firmada a educação como direito e dever de todos e do Estado.

Essa economia dependente gera impactos na educação. O sistema educacional é prejudicado devido a carência financeira e o controle de recursos materiais por parte dos detentores do poder que veem na educação um instrumento da revolução brasileira e segundo, a falta de adaptação da educação às necessidades para a vida de uma pessoa humana, única justificativa da existência do estado. [...] O que interessa aos grupos dominantes é a continuação da ignorância, da incultura, pois é a única condição da vigência de uma estrutura desumana e injusta. (PINTO, 1963, p. 21-22).

Assim, Pinto(1963, p. 22) aponta que, como consequência dessa má política educacional, surge o analfabetismo, condenando milhões de pessoas à marginalidade, “[...] incapazes inclusive de participarem da política do país, contribuindo para reforçar as condições de vida sub-humanas em que vive a maioria dos brasileiros”. Dessa forma, Pinto (1963) afirma a necessidade do Serviço Social ter no seu trabalho maior afinidade com os analfabetos e semianalfabetos, sendo o primeiro TCC da amostra a mencionar o posicionamento político que deve ser assumido pelo Serviço Social diante do tensionamento entre a classe dominante e as classes dominadas. Contudo, é importante destacar que Pinto (1963) afirma ser contrária ao comunismo por considerar como atitude “antidemocrática”, porém defende uma atitude “anti- privilégios”.

Por fim, Pinto (1963, p. 24) também promove uma discussão importante sobre as desigualdades no capitalismo internacionalmente.

Essas desigualdades econômicas internacionais tendem a ser atribuídas, parte da responsabilidade aos países altamente desenvolvidos, ou melhor, atribuem essas desigualdades ao sistema econômico mundial, que mantém os países altamente desenvolvidos enquanto outros se mantêm em estado de pobreza ao lado de nações ricas, as quais vão se tornando cada vez mais ricas e poderosas.

Pinto (1963) promove diversas outras reflexões importantes sobre a educação no Brasil, contudo, como a temática deste trabalho não se dedica diretamente a essa discussão, foram aqui expostas de forma resumida para ilustrar o posicionamento assumido pela autora, o qual também está ligado a sua formação profissional.

Dando continuidade a exposição, Lima (1964) no TCC sobre o Serviço Social Médico no Hospital Santa Izabel expõe que o hospital contava com departamentos de cada equipe de “técnicos de saúde” e um dos departamentos era o de Serviço Social, o qual era composto por uma assistente social (aluna concluinte) e uma auxiliar de Serviço Social. O hospital era filiado à Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública da UCSAL.

O Serviço Social do Hospital Santa Izabel funcionava em uma das salas do ambulatório Silva Lima, em instalações precárias e muito improvisadas, ao lado dessa sala utilizada pelos profissionais do Serviço Social, funcionava também o fichário, de modo que as entrevistas eram interrompidas frequentemente por outros funcionários, impedindo o paciente de expor os seus problemas à vontade. Era nesta sala que o assistente social mantinha contato com os pacientes e o serviço médico e caso fosse necessário se deslocava para os demais setores do hospital. (LIMA, 1964, p. 43)

A autora afirma que o Serviço Social no Santa Izabel esteve diretamente subordinado à diretoria do Hospital com autonomia para executar o seu programa específico. Contudo, não possuía profissionais em número suficiente e tecnicamente preparados. Assim, o serviço era executado por alunas concluintes de Serviço Social e auxiliado por uma funcionária “leiga” que recebeu instruções sobre o Serviço Social para atuar no setor, gerando grande dificuldade para dar total cobertura ao hospital.

Junto aos pacientes que aguardavam internamento era feita a entrevista inicial, procurando tomar conhecimento da situação socioeconômica do paciente e de sua família. Muitos pacientes eram encaminhados para albergues, institutos de previdência, LBA e demais recursos da comunidade. Muitas passagens para pacientes do interior do estado eram concedidas pelo Serviço Social, além de auxílios diversos (medicamentos, aparelhos ortopédicos, cintas etc.). Lima (1964) aborda outras informações sobre o trabalho profissional desenvolvido no hospital, contudo, como o objetivo deste trabalho é discutir a formação profissional em Serviço Social, não tecerei longas observações e exposições sobre o trabalho profissional, sendo, contudo, uma temática com grandes possibilidades de pesquisas.

A monografia de Almeida e demais autoras (1965), sobre “Uma experiência de implantação de Serviço Social”, traz informações interessantes sobre a UFBA, instituição na qual se realizou a experiência de estágio das autoras do TCC. As autoras ponderam sobre a necessidade das universidades estarem vinculadas aos processos nacionais, enquanto que a UFBA mostrava-se desarticulada com o contexto regional e nacional que fazia parte.

Assim, o Departamento Social de Vida Universitária (DSVU), departamento este criado pela iniciativa do Serviço Social, era o órgão da UFBA que tinha por finalidade

proporcionar condições adequadas de estudo ao universitário, através do atendimento de suas necessidades sociais e econômicas, buscando uma real integração do estudante na universidade, assim, fornecia suporte financeiro aos alunos que dele precisasse para se manter na universidade. O Serviço Social da DSVU funcionava com uma aluna concluinte de Serviço Social na função de chefia, três alunas do 4º ano exercendo as funções de auxiliares técnicas em Serviço Social e uma aluna do 3º ano da referida escola.

De acordo com Almeida (*et al*,1965), o Serviço Social foi convidado a trabalhar na UFBA através do Dr. José Arthur Rios, técnico responsável pela pesquisa, da qual resultou a nova política assistencial a ser aplicada no meio universitário. O Serviço Social iniciou suas atividades na universidade em fevereiro de 1965. A assistente social responsável pela chefia do Serviço Social na DSVU foi Anne Lore F. Coelho e são citados como materiais do Serviço Social: formulário de inscrição para financiamento, boletim de julgamento, folha de entrevista com o Serviço Social e os instrumentos utilizados para organização do setor: rotina do mês, agenda da reunião, relação dos trabalhos prioritários e fixação das responsabilidades individuais, cita as reuniões de pessoal como o principal instrumento para aumentar a eficiência do trabalho.

Destaca-se que, de acordo com o mencionado por Almeida (*et al*,1965), a direção do Dr. Rios gerou algumas mudanças na assistência estudantil da universidade, surgindo inclusive a ideia de financiamento, ou seja, seriam concedidas ajudas financeiras aos estudantes que necessitassem, mas eles teriam que devolver esse valor à universidade ao concluir o curso. Essa atitude gerou grande revolta entre os alunos e foi designado ao Serviço Social o papel de “mediar” esse conflito e “convencer” os estudantes sobre o novo sistema de assistência estudantil e seus benefícios. Evidencia-se, mais uma vez, o papel assumido e designado ao Serviço Social para construir *consensos*. No caso, no sentido criticado por Yamamoto (1998) *consensos* criados para legitimar interesses da instituição prioritariamente.

Dutra (1966), na sua monografia sobre “Nossa atividade num centro social”, expõe que o Centro Social em Salvador foi fundado em 3 de maio de 1965 como uma entidade civil pela iniciativa dos beneficiários dos servidores municipais soteropolitanos falecidos e para ser destinado a qualquer família que dele necessitasse, possuía finalidades educativas.

Um Centro Social tem o dever de interessar-se pela vida política, porém não deve, nem pode fazer política partidária, deve prometer aos seus frequentadores uma educação cívica, informando-os sobre o papel do Estado, a função dos governantes e dos diversos órgãos públicos. Já o assistente social, o auxiliar ou voluntário como cidadãos que são, não podem desinteressar-se da política do seu país, como cidadãos

podem votar e ser votado, mas não podem usar de suas qualidades profissionais para este fim. (DULTRA, 1966, p. 42).

Esse trecho afirma a necessidade do(a) assistente social exercer seu papel enquanto cidadão (ã) e participar da política de seu país, contudo, adverte que sua condição profissional não pode ser utilizada para esta finalidade. Dultra (1966) afirma que o corpo técnico que compõe os centros sociais varia conforme as atividades, a disponibilidade financeira do mesmo e a possibilidade de se obter os técnicos necessários, contudo, em todos os centros sociais deve haver pelo menos um (a) assistente social, sendo esse (a) profissional fundamental para o funcionamento dos centros sociais. Os materiais do Serviço Social mencionados pela autora são: ficha social, evolução de caso, folha de estatísticas, memorandum. Os instrumentos de trabalho mencionados são: reuniões com os associados para saber os problemas do centro social, suas necessidades e aspirações, entrevistas e visitas domiciliares.

O trabalho de Souza (1967) sobre a Experiência do Serviço Social de Grupo numa comunidade marginalizada revela pontos relevantes que também indicam um posicionamento político da autora, assim como Lima (1963).

A urbanização e industrialização provocavam crises e ameaçavam comunidades, como em áreas subdesenvolvidas que estavam atravessando profundas transformações sociais, passando de um feudalismo patriarcal de base agrícola para o ritmo vertiginoso do capitalismo industrial. Assim, a tarefa do educador é desenvolver nos indivíduos, o senso de responsabilidade e a capacidade de se ajustarem aos mais variados grupos. (SOUZA, p. 14).

O parágrafo acima evidencia a defesa feita pela autora da existência do feudalismo nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, sendo esta afirmação contestada por historiadores e autores como Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, dentre outros, que diferenciam a formação capitalista no Brasil da formação capitalista europeia, negando a existência do feudalismo na construção histórica brasileira. Por fim, ao afirmar ser tarefa do educador desenvolver o senso de responsabilidade nos indivíduos e sua capacidade de se ajustar, sustenta uma mentalidade conservadora muito presente no Serviço Social desse período, sobre a necessidade de ajustamento e integração das pessoas à realidade social vigente.

A ideia da educação como fator importante no desenvolvimento está baseada no fato de acreditar-se que no desenvolvimento das aptidões humanas, o adestramento da mão de obra, essencial e indispensável para realização do desenvolvimento, é dependente do sistema educacional. (SOUZA, 1966, p. 16)

Assim, afirma a ideia da educação como um instrumento de adequação dos indivíduos, seu “adestramento”, conforme o termo utilizado na citação acima. Souza (1966, p. 18) também

destaca a responsabilidade da família na formação do indivíduo, a qual deve se pautar na “compreensão, amor, carinho e justiça”. Contudo, para a autora, a “família moderna” não fornece mais esse ambiente. Por fim, os instrumentais mencionados pela autora que foram utilizados na comunidade foram: entrevistas, reuniões e visitas domiciliares.

A monografia de Guedes e Araújo (1968,p. 13) fornece algumas informações sobre o funcionamento do INPS na Bahia nesse período, mais especificamente, sobre o Serviço Social na instituição. De acordo com as autoras, no INPS baiano o Serviço Social se encontrava dentro da Coordenação de Bem Estar, a qual também abrangia o grupamento de reabilitação. Na Bahia, funcionava como posto de reabilitação e não como centro de reabilitação, pois, não contava com a equipe necessária para compor um centro: “fisioterapia, terapia ocupacional, foniatria, setor de prótese e órtese, oficina de treinamento e agência de colocação e reemprego.”

Guedes e Araújo (1968,p.,16) informam que, na Bahia, o Serviço Social regional compunha-se de unidades operacionais e centro social, a unidade operacional era aquela destinada ao “[...] estudo da problemática dos beneficiários da previdência, quando aspectos psico-sociais interferem na consecução dos objetivos dos serviços especiais da instituição.” Enquanto o Centro Social era “[...] a unidade executiva integrada na ação da instituição e da comunidade local, destinada a desenvolver o programa do Serviço Social em área geográfica limitada.”

Carrilho (1969,p. 7-8), no seu TCC sobre a experiência no Centro de Orientação Infante Juvenil (COIJ), afirma que o COIJ foi a primeira clínica de orientação do país destinada aos “menores” que apresentavam problemas emocionais e pedagógicos, definidos pela autora como “problemas de ajustamento”, visando conduzi-los a uma “[...] adaptação positiva às suas condições de vida na família, escola, no trabalho e na sociedade.”. Para alcançar essa finalidade, o COIJ promovia o estudo para realizar “[...] o diagnóstico, orientação, terapia e o estabelecimento das relações comunais”. Carrilho (1969) afirma que o serviço era chefiado por um médico da Secretaria da Saúde Pública (pediatra), interessado nos problemas emocionais da criança, além dele, participavam da equipe: psiquiatra, psicóloga e assistente social. A essa equipe cabia o diagnóstico dos casos, cada um dentro de sua especialização. Destaca-se que o COIJ era uma das poucas clínicas existentes, a única oficial e, por isso, tinha uma longa fila de espera.

Por último, a título de curiosidade, a monografia de Lima (*et al*,1969), destinada à apresentação da experiência de Serviço Social (grupo e DOC) na comunidade Baixa do Padre Antônio, afirma que o trabalho desenvolvido nessa área foi implantado através da iniciativa religiosa em fevereiro de 1966, logo em seguida, ocorreu na Sede Social Beneficente Recreativa 3 de Outubro, um curso de treinamento de líderes, promovido pela Arquidiocese de Salvador, com a colaboração de Caritas Diocesana. Explicita-se então a atuação da Igreja Católica nas comunidades baianas e a integração com as experiências de Serviço Social, representado nesse caso pela experiência de estágio das alunas da UCSAL.

Destarte, esses são os aspectos coletados neste trabalho e que tornam possível expor pontos importantes que desvelam algumas pistas sobre a formação profissional em Serviço Social na Bahia durante a década de 1960. De forma geral, conclui-se que apesar das particularidades apresentadas, a formação profissional na Bahia esteve muito próxima dos padrões presentes no Serviço Social do eixo Sul- Sudeste, o que demonstra a integração entre os diferentes estados do país em relação a construção do Serviço Social brasileiro, apesar de suas diferenças e singularidades.

### **Considerações Finais**

O presente trabalho, ao eleger como objeto de estudo a formação profissional em Serviço Social na Bahia (1961- 1969), buscou discutir as particularidades e similaridades da formação profissional no estado, recuperando, para isso, a história do Serviço Social no Brasil (eixo Sul-Sudeste) e na própria Bahia, além da compreensão sobre o contexto histórico, econômico, político e social da Bahia, fornecendo um prisma sobre a questão social na região, a qual demandará a atuação profissional de assistentes sociais e conseqüentemente sua formação profissional.

A pesquisa demonstrou que a formação profissional na Bahia seguiu padrões muito próximos à formação profissional em São Paulo e Rio de Janeiro (escolas adotadas como referência para a escola baiana de acordo com Costa (1987), contudo, contou com singularidades próprias do desenvolvimento econômico, social e político da Bahia. Por exemplo, a industrialização paulista na década de 1960 já se encontrava bem mais avançada que a industrialização baiana, gerando mudanças nas expressões da questão social de um estado para o outro e automaticamente diferenças no trabalho e formação profissional do Serviço Social em cada estado.

Destaca-se que a presente monografia, diante das limitações de um trabalho de graduação, não teve como objetivo identificar as diferenças e similaridades desses processos de forma comparativa entre São Paulo/ Rio de Janeiro e a Bahia, mas sim, expor e analisar pontos que evidenciam características da formação profissional baiana a partir da leitura e análise das monografias dos (as) discentes da época, como a concepção de Serviço Social adotada pelos(as) alunos (as) e a compreensão sobre a Questão Social e suas expressões. Também preocupou-se em refletir sobre a configuração da questão social no estado e a organização das instituições sociais e estatais na Bahia que demandavam a atuação do (a) assistente social. Dessa forma, afirma-se que os problemas levantados para essa pesquisa, - sendo eles: Como se configurou a formação profissional em Serviço Social na Bahia no período de 1961 a 1969? Qual o panorama dos TCCs dos(as) discentes do curso de Serviço Social nesse período? Qual a concepção de Serviço Social evidenciada nos TCCs dos (as) alunos(as) do curso de Serviço Social baiano no período demarcado? Como estava configurada a Bahia na década de 1960 (econômico, político e social)? Qual a compreensão das discentes sobre a Questão Social e suas expressões na Bahia? - foram devidamente respondidos ao longo do trabalho.

A aproximação com essa discussão se mostrou desafiadora pela escassez de referências e produções sobre a temática, contudo, o trabalho, mesmo com suas limitações, apresenta contribuições significativas à temática ao evidenciar aspectos relevantes sobre a formação profissional baiana na década de 1960, como as concepções dos (as) discentes sobre o Serviço Social, a compreensão acerca da questão social e suas expressões e o levantamento das principais referenciais teóricos utilizados- sobre esse ponto, seria interessante o desenvolvimento de um trabalho que analise a filiação teórica e metodológica dos principais autores(as) utilizados(as) nos TCCs, como uma forma de promover uma análise mais profunda sobre a formação profissional- contudo, diante das limitações da escrita de uma monografia, não foi possível realizar essa discussão de forma mais densa.

A temática evidencia-se como um campo muito rico e com diversas possibilidades de pesquisas futuras, como o estudo da formação profissional baiana em outros períodos históricos (década de 1940, 1950, 1970, 1980, etc.), o trabalho profissional no estado, a organização política das assistentes sociais baianas e dos (as) próprios (as) alunas, dentre outros.

A falta de acesso aos documentos da Escola de Serviço Social (currículo, disciplinas, atas de reuniões, regimentos, dentre outros), também limitou as possibilidades de discussões que poderiam ser feitas nesta monografia, portanto, a história da escola foi recuperada apenas através da leitura de Costa (1987) e não a partir do olhar da autora deste trabalho. Diante do não acesso aos documentos mencionados acima, toda a pesquisa usou como fonte de dados as monografias defendidas entre 1962-1969. A discussão sobre a formação profissional também poderia partir da análise dos documentos mencionados acima, se o acesso tivesse sido garantido, assim como a partir da análise de documentos históricos, como matérias da mídia baiana sobre o Serviço Social, legislações, regulamentos das diferentes instituições de trabalho etc.

Dessa forma, espera-se que esse trabalho preencha algumas lacunas sobre a formação profissional no território e possa gerar contribuições significativas para as diversas possibilidades de pesquisas futuras.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. G. Serviço Social e Filosofia: das origens à Araxá / Antônio Geraldo de Aguiar- São Paulo: Cortez: Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 3ª ed. 1985.

ALMEIDA, P. H. A Economia de Salvador e a Formação de sua Região Metropolitana, In: Como anda Salvador e sua Região Metropolitana/ organização Inaiá Maia Moreira de Carvalho; Gilberto Corso Pereira. Salvador; Edufba, 2008.

BASTOS, C. M. A; COSTA, I.S. A escola de Serviço Social da Bahia em sua primeira década (1944- 1954). In: MOTA, Ana Elizabete; VIEIRA, Ana Cristina; AMARAL, Ângela. (Org.). Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação. 1ed.São Paulo: Cortez Editora, 2021, v., p. 116-131.

BORGES, M. E. S., SILVA, E.L, MACHADO, L.O.R, COUTINHO, G.B.S, AZEVEDO, Y.O.M. A questão social em debate: problematizações contemporâneas. Anais do XVI ENPESS: Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social. UFES, Vitória- ES, 2 a 7 de dezembro de 2018.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em 19 de junho de 2022.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 9. ed- Brasília, Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

CARRERA, G.O; OLIVEIRA, I. P. F.; CRUZ, A. C. Percurso histórico da criação da escola de Serviço Social da Bahia. In: JÚNIOR, A.A.S. A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste, Curitiba, 2021.

CFESS. Serviço Social, Memória e Resistências contra a Ditadura: depoimentos. Brasília (DF), 2017.

CHAVES, A.A.; ARGUELHES, D. Guerra Fria: Uma leitura da formação de aspectos conceituais. OPSIS, Catalão-GO, v. 14, n. Especial, p. 134-159, 20.

COSTA, D.L.S. A sociologia do conhecimento de Karl Mannheim: entre ideologia e ciência. Cadernos de pesquisa em Ciência Política. Universidade Federal do Piauí- v. 5, n.3 (jul/ set., 2016). Teresina, UFPI, 2016.

COSTA, D. S. **Estudos preliminares para avaliação do currículo da escola de serviço social.** Faculdade de Educação- Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, 1987.

DIAS, J. A. A subversão da ordem: manifestações de rebeldia contra o regime militar na Bahia: 1964- 1968. In: ZACHARIADHES, G. C.; SANTOS, A. C.[et al]. **Ditadura Militar na Bahia: histórias do autoritarismo, conciliação e resistências.** Salvador: EDUFBA, 2014.

FERNANDES, F. Universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FGV. O Brasil de JK. A criação da Sudene. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>. Acesso em 12/04/2021 às 10:11.

GASKELL, G., BAUER, W.M. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático-** 7. Ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GODOY. J.H.A. A práxis de Lebre: economia humana, desenvolvimento católico e industrialização do Nordeste. Universidade Federal da Paraíba, Brasil, 2016.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo.** Revista Temporalis, Brasília, n. 3, Brasília: ABEPSS, 2001.

IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica-** 41. Ed.- São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M.V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. – 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

IVO, A. S. Uma “revolução” contra o comuno-peleguismo: o golpe de 1964 e o sindicalismo petroleiro. In: ZACHARIADHES, G. C. **Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes.** Salvador, EDUFBA, 2009.

LOPES. A revolução cubana. Revista DCH, 2005.

LUBISCO, N.M.L; VIEIRA, S.C. Manual de estilo acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. 6. ed. rev. e ampl. - Salvador: EDUFBA, 2019.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política: livro I; tradução de Reginaldo Sant'Anna-37ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós- 64/** José Paulo Netto. – 17 ed.- São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. ( biblioteca básica de serviço social ; v.1).

O primeiro Campo comercial de petróleo do Brasil e o sonho da independência econômica e da soberania nacional. Sindipetro, 2019. Disponível em:<http://www.sindipetroba.org.br/2019/o-primeiro-campo-de-petroleo-do-brasil-e-o-sonho-da-independencia-economica-e-da-soberania-nacional/>. Acesso em: 24 de agosto de 2020, às 16:00 horas.

PEDRÃO, F. C. **As raízes da pobreza na Bahia: a condição econômica da questão social**- Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1985.

PINTO, R. M. F. Política Educacional e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1986.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo** – 2 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RODRIGUES, M. A. Do humanismo à Contra- Reforma em Portugal. Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1981.

SANTANA, C.S. Notas sobre a história da Ação Popular na Bahia (1962-1973); In: ZACHARIADHES, G. C. **Ditadura Militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes**, Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTANA, E. L. Campanha de desestabilização de Jango: as ‘donas’ saem às ruas! In: ZACHARIADHES, G. C. **Ditadura Militar na Bahia: histórias do autoritarismo, conciliação e resistências**. Salvador, EDUFBA, 2009.

SANTOS, M. O Centro da Cidade do Salvador: Estudo de Geografia Urbana 1 Milton Santos. - 2. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008. 208 p.; 21 cm. - (Coleção Milton Santos; 13).

SCHEFFER, G. CLOSS, T. T. ZACARIAS, I. R. MIZOGUCHI, J, F. O reformismo reconceituador entre a articulação latino- americana e a renovação do Serviço Social brasileiro. In: IAMAMOTO, M.V. SANTOS, C.M. A História pelo avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941- **Metodologia do Trabalho Científico** – 23. Ed. rev e atualizada- São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Formação profissional do assistente social: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão.- 2 ed.- São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, G. A. A. Proletário e migrante: livre para a subordinação. Revista Brasileira de Estudos da População. s.d

SKIDMORE, E., T., Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930- 1964. - 7 ed-. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TAVARES, L.H.D; História da Bahia- 12 ed.- Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP, 2019.

VASCONCELOS, P. A. **Salvador: transformações e permanências (1549- 1999)**- 2. ed. rev. ampl.- Salvador: EDUFBA, 2016.

VELOSO, F.A; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968- 1973): Uma análise empírica. Rio de Janeiro, v. 62 n. 2 / p. 221–246 Abr-Jun 2008.

VELLOSO, J. O PIBIC e a formação de cientistas. Brasília, DF: NESUP, 2000.

YAZBEK, M. C. **Os fundamentos históricos e teórico- metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. Direitos Sociais e Competências Profissionais, 2009.

### **FONTES DOCUMENTAIS**

MONTANHA, S. M. M. Plano de Serviço Social Médico no Hospital São Jorge. ESSUCSAL, 1962.

CARVALHO, M.M. S. Padrão de vida do operário e sua família. ESSUCSAL, 1962.

PINTO, M.J.M. A realidade da educação primária brasileira e o serviço social. ESSUCSAL, 1963.

LIMA, M.V. Serviço Social Médico no Hospital Santa Izabel. ESSUCSAL, 1964.

ALMEIDA, L. M; CERQUEIRA, I.B.; PEREIRA, M.L.P. Uma experiência de implantação de Serviço Social. ESSUCSAL, 1965.

DULTRA, M.G.V.B. Nossa atividade num centro social. ESSUCSAL, 1966.

GALEÃO, E.M.N.R. Sem título. ESSUCSAL, 1966.

SOUZA, C.S.S.N. Experiência de Serviço Social de Grupo numa comunidade marginalizada. ESSUCSAL, 1967.

GUEDES, H. E.A; ARAUJO, L. M. L. Uma experiência de Serviço Social no Instituto Nacional de Previdência Social. ESSUCSAL, 1968.

CARRILHO, E.R. Uma experiência no Centro de Orientação Infanto- Juvenil. ESSUCSAL, 1969.

LIMA, M.D; CONCEIÇÃO, S.M.A; CARVALHO, L.L; RANGEL, L.M.D. Relato de uma experiência realizada na Baixa do Padre Antônio. ESSUCSAL, 1969.

Como anda Salvador e sua Região Metropolitana/ organização

Inaiá Maia Moreira de Carvalho; Gilberto Corso Pereira –

Salvador; Edufba, 2008. 228 p.: grafs; mapas.

**ANEXO****Ficha de Leitura dos TCCs:****Data da leitura:**

Ano da defesa do TCC:

---

Autor(a) do TCC:

---

Orientador(a):

---

Título do TCC:

---

Instituição da prática desenvolvida:

---

**Eixos de Análise:**

1. Compreensão dos fundamentos teóricos e metodológicos:
  1. Concepção de Serviço Social
  2. Compreensão sobre a Questão Social e suas expressões
  3. Principais referenciais teóricos
  4. Principais conceitos- chave utilizados
  5. Principais terminologias utilizadas
1. Estrutura do TCC ( introdução, metodologia, conclusão, referências e etc.)
1. Identificar a configuração histórica, social, econômica e política da Bahia.
2. Demais informações importantes